

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Albér Carlos Alves Santos

**DO JEQUITINHONHA OU DO LÍTIO, O VALE EM DISPUTA NO CAMPO DO
DESENVOLVIMENTO**

Montes Claros - MG
2026

Albér Carlos Alves Santos

**DO JEQUITINHONHA OU DO LÍTIO, O VALE EM DISPUTA NO CAMPO DO
DESENVOLVIMENTO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), como requisito à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Social.

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira

Linha de Pesquisa: Relações Socioeconômicas e Estado

**Montes Claros - MG
2026**

Ficha catalográfica

S237d Santos, Albér Carlos Alves.
Do Jequitinhonha ou do lítio, o vale em disputa no campo do desenvolvimento
[manuscrito] / Albér Carlos Alves Santos. – Montes Claros (MG), 2026.
167 f. : il.

Bibliografia: f. 152-167.
Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2026.

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira.

1. Regionalismo. 2. Vale do Jequitinhonha. 3. Campo do poder. I. Pereira,
Laurindo Mékie. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

Tese intitulada “Do Jequitinhonha ou do lítio, o vale em disputa no campo do desenvolvimento”, de autoria do doutorando Albér Carlos Alves Santos, apresentada à banca examinadora constituída pelos professores:

Orientador: Prof. Dr. Laurindo Mékie Pereira (Unimontes)

Profa. Dra. Anete Marília Pereira (Unimontes)

Prof. Dr. Geraldo Antônio dos Reis (Unimontes)

Prof. Dr. Andrey Lopes de Souza (UFVJM)

Prof. Dr. Davidson Afonso Ramos (UFVJM)

AGRADECIMENTOS

Em tudo e por tudo sou grato ao Criador, pela oportunidade de participar da história com liberdade e responsabilidade.

Aqui finalizo uma etapa importante, que sempre acreditei e busquei ao longo de minha trajetória acadêmica. Sei de onde vim e da importância deste momento. Tenho certeza de que nunca estive sozinho. Obrigado, minha gente.

Ao professor Dr. Laurindo Mékie Pereira, agradeço pela orientação ao longo de todo o percurso, pela leitura rigorosa e pela constante disponibilidade durante a pesquisa. Muito obrigado pelas indicações no texto e prontidão dos retornos. Espero ter correspondido à oportunidade e à sorte desse encontro.

Aos professores e professoras da Escola Estadual Arthur Antônio Fernandes e aos amigos da Diocese de Araçuaí. Minha jornada acadêmica e aprofundamento intelectual começou há muito tempo. Meus passos vieram de longe.

À professora Dra. Aline Weber Sulzbacher e ao professor Dr. Rômulo Soares Barbosa, agradeço pelas valiosas contribuições no momento da qualificação da pesquisa. À professora Dra. Anete Marília Pereira, pela leitura atenta e contribuições na etapa de qualificação e também nesta fase final do doutoramento. Aos professores Dr. Andrey Lopes de Souza, Dr. Davidson Afonso Ramos e Dr. Geraldo Antônio dos Reis, que compõem a banca avaliadora, agradeço a disponibilidade para o diálogo comigo. Tenho certeza de que as contribuições oferecidas a este trabalho serão valiosas.

Agradeço a oportunidade de realizar este percurso em uma instituição pública, gratuita e de qualidade, como a Unimontes, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, com o suporte institucional que tornou este estudo possível. À UFVJM, especialmente às colegas de trabalho, agradeço a compreensão de que o investimento na educação também representa melhoria na prestação do serviço público. Muito obrigado, Kelly, Márcia e Vanessa, bem como aos colegas da Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis.

Aos colegas de turma do doutorado, aprendi muito com nossos diálogos: Deyvison, Éder (*in memoriam*), Jefferson, Juliano, Paula, Renata, Rodrigo, Tarso, Wellem e Werley. Muito obrigado. Agradeço também a acolhida e a amizade de Wyara Monteiro. Agradeço ao Kleber Mazione. Obrigado por fazerem parte desse percurso.

À minha família, sem a qual nenhuma trajetória seria possível. Tudo o que sou devo ao muito que representam em minha vida. À minha esposa, Isabela Reis, à minha filha Maria Elis, à minha mãe Vera Lúcia, ao meu pai Alceu Oliveira, e ao meu irmão Carlos André. Obrigado por compartilharem comigo as alegrias e dificuldades do caminho. Este momento também é de vocês.

“[...] se existe uma verdade é que a verdade é um lugar de lutas.”
Bourdieu (2011, p. 83)

RESUMO

O objeto desta tese é o regionalismo do Vale do Jequitinhonha, analisado, em sua dimensão política e simbólica, enquanto discurso legitimador de práticas apresentadas como desenvolvimento regional. Nessa perspectiva, o Estado é compreendido enquanto metacampo que concentra as lutas pelo poder de di-visão, institui a região como problema público e a insere na agenda política e empresarial. A fundamentação teórica apoia-se, principalmente, na sociologia de Pierre Bourdieu, especialmente na noção de campo do poder, que permite compreender o desenvolvimento como um espaço de lutas, no qual agentes disputam a definição legítima da realidade regional e os princípios de sua classificação. A região é tratada como representação, sendo resultado de relações de força que produzem classificações socialmente reconhecidas. Assim, o regionalismo constitui uma estratégia simbólica que organiza o debate público por meio de dicotomias recorrentes, como pobreza e riqueza, atraso e potencial, esquecimento e promessa. Esses contrastes operam como esquemas classificatórios, funcionando simultaneamente como diagnóstico e justificativa para a implantação de grandes projetos, como a monocultura de eucalipto, a hidrelétrica de Irapé e, mais recentemente, a mineração de lítio. No contexto atual, a noção de “vale do lítio” representa uma atualização dessa mesma lógica classificatória, ou seja, no campo do poder, tanto o vale do lítio quanto do Jequitinhonha integram um mesmo jogo. Os resultados apontam que o Vale do Jequitinhonha é uma representação em disputa no campo do poder, na qual o discurso sobre sua realidade e a busca pelo desenvolvimento funcionam como princípios organizadores das lutas por classificação, legitimidade e dominação simbólica. Dessa forma, compreender o regionalismo do Vale do Jequitinhonha implica compreender o campo de poder que o reproduz e o legitima.

Palavras-chave: Regionalismo. Vale do Jequitinhonha. Campo do Poder.

ABSTRACT

The subject of this thesis is the regionalism of the Jequitinhonha Valley, understood, in its political and symbolic dimensions, as a discourse that legitimizes practices presented as regional development. In this context, the State is analyzed as a meta-field in which struggles over the power of di-vision concentrate, instituting the region as a public problem and inserting it into political and business agendas. The theoretical framework draws primarily on the sociology of Pierre Bourdieu, especially the notion of the field of power, which allows development to be understood as a space of struggles in which agents compete over the legitimate definition of regional reality and the principles of its classification. The region is treated as a representation, resulting from power relations that produce socially recognized classifications. Regionalism, thus, constitutes a symbolic strategy that organizes public debate through recurring dichotomies (such as poverty and wealth, backwardness and potential, neglect and promise) which operate as classificatory schemes, functioning simultaneously as both diagnosis and justification for the implementation of large-scale projects, such as eucalyptus monoculture, the Irapé hydroelectric plant, and, more recently, lithium mining. In the current context, the notion of the “lithium valley” represents a reconfiguration of this same classificatory logic; that is, within the field of power, both the lithium valley and the Jequitinhonha Valley are part of the same symbolic game. The findings indicate that the Jequitinhonha Valley constitutes a representation in dispute within the field of power, in which discourse about its reality and the pursuit of development function as organizing principles of struggles over classification, legitimacy, and symbolic domination. Thus, understanding the regionalism of the Jequitinhonha Valley requires understanding the field of power that reproduces and legitimizes it.

Keywords: Regionalism. Jequitinhonha Valley. Field of Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1. Área de atuação da Codevale – Vale do Jequitinhonha	18
Figura 2. Vale do Jequitinhonha, territórios de desenvolvimento	22
Figura 3. Reportagem sobre a IV Reunião do Conselho Diretor dos Municípios do Vale do Jequitinhonha.....	51
Figura 4. Organograma, Codevale.....	55
Figura 5. Visão programática inicial para a estratégia	68
Figura 6. Prefeitos pedem apoio para conclusão da Irapé.	101
Figura 7. Síntese imagética, Vale do Jequitinhonha no PDVJ da FJP (2017).....	107
Figura 8. Agentes patrocinadores e apoiadores do <i>Lithium Business</i> 2024.....	119
Figura 9. Governo de Minas realiza lançamento mundial do projeto Vale do Lítio.	122
Figura 10. Mineração como portfólio empresarial do estado de Minas Gerais.....	123
Figura 11. Campo do poder como imagem.	128
Figura 12. Somos Vale do Jequitinhonha.....	134
Figura 13. Seminário em Araçuaí desvenda os segredos por trás do lítio.....	136
Figura 14. Manifesto do Vale do Jequitinhonha.	143

Tabelas

Tabela 1. Distribuição de pessoal da Codevale, por setor e nível de formação – 1979	55
Tabela 2. Assessoria técnica por nível de formação.....	56
Tabela 3. Projetos de reflorestamento (em implantação e em negociação).....	83

Quadros

Quadro 1. Histórico de regionalização com recorte referencial para o termo Jequitinhonha ..	21
Quadro 2. Vale do Jequitinhonha como problema público.	60
Quadro 3. Projetos oitocentistas	76
Quadro 4. Pronunciamentos de agentes dominantes sobre a construção de Irapé.	95
Quadro 5. Período e contexto do lítio.....	115
Quadro 6. Di-visão do Vale do Jequitinhonha pela Sigma Lithium.....	117
Quadro 7. Imagem institucional e o <i>Lithium Business</i>	120
Quadro 8. Discurso dos contrastes, Ana Cabral e a Sigma Lithium.	125
Quadro 9. Vale do lítio como solução.	145

LISTA DE SIGLAS

Abracave – Associação Brasileira de Carvão Vegetal
AMEF – Associação Mineira de Empresas Reflorestadoras
APA – Área de Proteção Ambiental
BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CASEMG – Companhia Agrícola do Estado de Minas Gerais
CBL – Companhia Brasileira de Lítio
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais (atual Companhia Energética de Minas Gerais)
Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CODEVALE – Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
Face/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais
Feam – Fundação Estadual do Meio Ambiente
FJP – Fundação João Pinheiro
GTP – Grupo de Trabalho para a Pecuária
IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDENE – Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF – Instituto Estadual de Florestas
ILPES – Instituto Latino-Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social
INDI – Instituto de Desenvolvimento Industrial
ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
ONU – Organização das Nações Unidas
PDN – Programa Nacional de Desenvolvimento
PGE – Projeto de Grande Escala
PIN – Programa de Integração Nacional
PLANOMESO – Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Meso-Val do Jequitinhonha e Mucuri
PMDES – Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social

PND – Plano Nacional de Desenvolvimento

PNPC – Programa Nacional de Papel e Celulose

PRODOESTE – Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria

PROVALE – Programa Especial para o Vale do São Francisco

Refloralje – Reflorestadora do Alto Jequitinhonha

RURALMINAS – Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TVA – *Tennessee Valley Authority*

UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA: UM CAMPO DO PODER	16
1.1 Região como representação	16
1.1.1 Elementos para compreensão do campo	25
1.2 O poder de nomear	30
1.3 Campo do poder e o desenvolvimento	33
ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO REGIONALISTA NO CAMPO DO PODER	39
2.1 Regionalismo e desenvolvimento	39
2.1.1 O discurso regionalista na instituição da região	43
2.2 Codevale: representação e regionalização	53
2.3 Elites da área pública e os elementos de um discurso sobre o Vale do Jequitinhonha entre os anos 1960 e 1980	62
REGIONALISMO E GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA.....	73
3.1 Uma realidade narrada e o mesmo enredo: grandes empreendimentos de desenvolvimento regional.....	73
3.2 Da cortina verde à grande catedral	82
3.2.1 Da cortina verde: chegada do eucalipto	83
3.2.2 A grande catedral.....	93
3.3 Novas abordagens, mesmos contrastes: o planejamento recente, desenvolvimento e regionalismo	102
EM NOME DO VALE DO JEQUITINHONHA: O CASO DO LITHIUM VALLEY.....	109
4.1 Em nome do vale: a mineração recente e o campo de desenvolvimento em disputa.....	109
4.2 Do Jequitinhonha ao <i>lithium valley</i> : o poder do discurso e a violência simbólica legítima.....	121
4.3 Mais uma vez em nome do desenvolvimento: estratégias ortodoxas, a região e o lítio.....	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
FONTES	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta tese é o regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Nesse sentido, procura-se analisar os discursos dos agentes políticos e técnicos que, a partir da década de 1960, passaram a nomear a região como um problema público, por meio de uma representação institucionalizada. Ao longo da segunda metade do século XX, a narrativa sobre o Vale do Jequitinhonha e seus contrastes é transformada em retórica oficial, utilizada para legitimar projetos como a monocultura do eucalipto, a hidrelétrica de Irapé e a mineração recente do lítio. Assim, as narrativas sobre a região são estruturantes nos discursos que tratam desses empreendimentos. Seja para defesa ou crítica, elas têm em comum o fato de serem formuladas, em seus principais argumentos, em nome do vale.

Nessa perspectiva, a região do Vale do Jequitinhonha, à qual os discursos estão vinculados, é analisada como representação (Bourdieu, 2021a), orientada para a disputa política e simbólica. Assim, o desenvolvimento regional constitui o tema aglutinador dessa construção, motivado pela ideia de contraste e classificação. O Vale do Jequitinhonha emerge no interior desse discurso, que se mantém presente na formulação e legitimação dos grandes empreendimentos implantados na região.

A hipótese deste trabalho é que o regionalismo do Vale do Jequitinhonha é utilizado como discurso para legitimação de práticas enunciadas como de desenvolvimento regional. Nesse processo, o Estado é o espaço de lutas pelo poder de di-visão, por meio do qual a região é instituída como problema público e inserida nas agendas política e empresarial. Aponta-se, ainda, que esse regionalismo constitui uma estratégia utilizada por agentes dominantes no campo do desenvolvimento, que pretendem a manutenção das suas posições. Nesse sentido, o desenvolvimento é compreendido como um campo do poder¹.

Diante do objeto estabelecido, entendemos que os agentes centrais da pesquisa são vinculados aos órgãos de Estado, uma vez que o pressuposto do regionalismo, abordado neste trabalho, tem o protagonismo de agentes políticos e técnicos, formuladores das narrativas e documentos que contribuíram para a instituição da região como representação. Inicialmente, a hipótese será verificada a partir da análise de diagnósticos, planos, projetos,

¹ A utilização deste termo é referenciada em Bourdieu (2013, 2014). No caso do conceito de di-visão, referenciamos a análise em Bourdieu (2021a) e o de agenda política, em Muller (2018).

discursos parlamentares e mensagens do executivo estadual que tratam sobre o Vale do Jequitinhonha, entre os anos de 1960 e 1980. Para o período recente, a verificação do discurso de desenvolvimento se baseia na análise da produção da Fundação João Pinheiro (FJP)², bem como de discursos parlamentares e notícias de jornais de circulação impressa e digital, que envolvem o projeto de mineração atual da empresa Sigma Lithium no contexto mais amplo da discussão sobre o “vale do lítio”.

Enquanto problema público, destaca-se que há uma vasta produção acadêmica e numerosos pesquisadores dedicados às temáticas do Vale do Jequitinhonha. No entanto, persistem lacunas na abordagem da região, e os próprios trabalhos se tornam objeto de debate, sobretudo aqueles que reforçam os enunciados performativos que naturalizam sua existência. Nesse sentido, projetos e textos acadêmicos, bem como produções jornalísticas, parlamentares e tecnoburocráticas³, inserem-se nas disputas em campos específicos, participando da produção e legitimação de determinadas representações da região.

No interior dessas disputas, o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha se tornou um jogo, envolvendo agentes de diferentes campos, seja a partir do alinhamento com a expectativa na realização de projetos, seja pela descrença em relação às iniciativas, especialmente aquelas apoiadas em diagnósticos elaborados por agências estatais⁴. O que se evidencia, entretanto, é que o discurso do desenvolvimento estruturou a construção do Vale do Jequitinhonha como problema público, que passa a ser tratado oficialmente.

Santos e Mattos (2019) apontam a importância da abordagem sobre o Estado nas pesquisas relacionadas ao Vale do Jequitinhonha. Para os autores, mesmo que uma vasta bibliografia venha sendo produzida, apresentando os usos políticos do Estado, ainda falta uma análise mais atenta para o seu papel como articulador de agendas e interesses que extrapolam consideravelmente os limites da realidade regional. Assim, o Vale do Jequitinhonha está numa dinâmica abrangente de interesses de agentes do campo do desenvolvimento que não estão circunscritos apenas às fronteiras internas de uma representação regional.

² Conjunto de documentos publicados pela FJP, em 2017, apresentados como o mais recente Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha.

³ Termo utilizado por Barbosa (2012) para tratar as categorias profissionais da elite técnica mineira no início do século XX, em constante articulação com agentes políticos e elites locais.

⁴ Em minha pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), realizei uma análise específica sobre o discurso do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha a partir da atuação da Codevale (Santos, 2018). Também em Servilha (2012) e Leite (2010, 2015) há uma abordagem sobre o desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha, no entanto o enfoque não é o Estado como um metacampo (Bourdieu, 2014).

Evidentemente, só é possível olhar para além do já estabelecido, ou analisar um mesmo objeto sob novas perspectivas, justamente porque existe um caminho previamente percorrido. Concordando ou não com certos resultados, o que deve ser colocado como tarefa acadêmica é a possibilidade de avançar em discussões ainda não devidamente aprofundadas. É nessa direção que esta pesquisa foi construída. Assim, desenvolvimento e Vale do Jequitinhonha, embora sejam temas amplos e já abordados em outros estudos, permanecem suscetíveis a retomadas, a novas observações e a diferentes métodos de análise. Afinal, após décadas de discurso do desenvolvimento, a região continua sendo apontada como problema público, fundamentalmente a partir da ideia de contraste, que evidencia carências e promessas em meio a disputas de classificação acerca de sua representação.

Considerando a emergência da região como problema público, aponta-se ainda que são recorrentes as mesmas classificações de di-visão sobre o Vale do Jequitinhonha vinculadas a dicotomias como riqueza e pobreza. Isso contribui justamente para continuidade de promessas ancoradas nas potencialidades regionais, que criam abertura discursiva aos empreendimentos que gerariam o desenvolvimento da região. A questão, entretanto, é analisar esses elementos como estratégias de agentes interessados no campo do poder, com destaque àqueles vinculados ao Estado.

A escolha de analisar o Vale do Jequitinhonha a partir do campo do desenvolvimento é uma decisão metodológica. A noção de campo é utilizada como “uma maneira de pensar” (Bourdieu, 2021b). Diante disso, o objetivo do primeiro capítulo é apresentar os principais conceitos que foram utilizados na análise do objeto desta tese. Apesar de ser demonstrada no início, a abordagem sobre o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha como campo do poder é uma escolha que foi se estruturando no processo da pesquisa, ou seja, essa abordagem é apresentada no início apenas como uma opção de linearidade explicativa e não como algo que foi construído *a priori*.

O segundo capítulo tem como objeto o discurso regionalista acerca do Vale do Jequitinhonha no campo do poder. Nesse sentido, pretende-se analisar a estruturação do campo de desenvolvimento a partir da ação dos agentes da área pública (Dulci, 1999) presentes nas instituições de Estado, sobretudo a Codevale. Esses agentes são responsáveis pela produção de diagnósticos, projetos e planos de desenvolvimento. Considera-se que a narrativa de desenvolvimento articulada nesses documentos é estruturante do campo, sendo que os agentes políticos e técnicos têm poder institucional a partir da nomeação de Estado.

No terceiro capítulo, analisam-se os grandes empreendimentos de desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha a partir da narrativa regionalista. Entre os projetos mais destacados na agenda pública estão a monocultura do eucalipto, a hidrelétrica de Irapé e a mineração do lítio⁵. Desse modo, o discurso regionalista permanece presente nesses projetos de desenvolvimento, funcionando como estrutura estruturada e estruturante⁶ do campo do poder.

O objeto de análise do quarto capítulo é o discurso regionalista que orienta o projeto de mineração do lítio, especialmente por ser uma renovada promessa de desenvolvimento regional. Diante da questão sobre o campo de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha, retoma-se de maneira mais específica os modos de estruturação desse campo, considerando o discurso regionalista como uma das estratégias utilizadas pelos agentes dominantes para implementação dos empreendimentos no setor minerário do lítio. Assim, busca-se explicar os resultados dessa estratégia no contexto da mineração recente, operacionalizada pela empresa Sigma Lithium.

No conjunto das narrativas de desenvolvimento, sobretudo pelo seu caráter polissêmico, observa-se a existência de uma abordagem dominante, defendida como estratégia ortodoxa dos projetos de desenvolvimento desde a década de 1960. Nessa perspectiva, o Vale do Jequitinhonha é novamente apresentado como problema público ainda não resolvido, com isso, o discurso regionalista se mantém permanente, assumindo contornos renovados, conforme a conjuntura.

⁵ A mineração do lítio será abordada no quarto capítulo.

⁶ A definição sobre estruturas estruturadas e estruturantes, presente no conceito de *habitus*, formulado por Bourdieu (1990, p. 87), permite compreender a articulação entre estruturas objetivas e práticas sociais. O autor define o *habitus* como “sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações [...]”. Nesse sentido, o regionalismo do Vale do Jequitinhonha pode ser interpretado como uma estrutura estruturada, produzida por diagnósticos técnicos, discursos políticos e intervenções estatais, e, simultaneamente, como estrutura estruturante, na medida em que essas classificações passam a orientar novas práticas, leituras da realidade e discursos sobre o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO 1

DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA: UM CAMPO DO PODER

1.1 Região como representação

O Vale do Jequitinhonha é analisado nesta pesquisa como uma representação em disputa no campo⁷ do desenvolvimento, sobretudo como parte das estratégias de conservação das posições de agentes dominantes. Para compreender essa representação, procura-se entender a região como um conjunto de enunciados estruturados a partir de dicotomias genéricas e pouco explicativas, como, por exemplo, pobreza e riqueza regional. Trata-se de uma formulação no sentido apontado por Bourdieu (2021a), fundamentada em enunciados performativos produzidos por agentes sociais dos diversos campos do espaço social circunscrito por essa região. Tais enunciados são classificatórios e cooperam fortemente para naturalizar a existência do que é apresentado como uma região.

Uma conceituação mais abrangente de representação se apoia no acúmulo de discussões realizadas por autores clássicos da sociologia francesa, como, por exemplo, Durkheim (2007) e Mauss (1979), que formularam as bases para as abordagens, nas ciências sociais, sobre as representações. Em Durkheim (2007), o estudo das representações adquire estatuto propriamente sociológico, uma vez que, para o autor, a vida social é inteiramente constituída por representações. Em Mauss (1979), por sua vez, a representação está associada a rituais que expressam sentimentos coletivos do grupo social. A perspectiva desses autores abre possibilidades analíticas que permitem compreender, em outros contextos, abordagem como a de Bourdieu (2021a), que trata a região como representação.

Outro estudo importante, que serve de referencial para a compreensão das representações, é o realizado por Moscovici (2007). O autor analisa as representações sociais enquanto criação de convenções para construção da realidade como um universo

⁷ A noção de campo, a qual este trabalho se refere, será discutida mais à frente.

consensual. As representações se tornam senso comum, servindo para ancoragem de significados sobre determinado objeto, aceitos como realidade objetiva nas interações sociais. De acordo com Moscovici (2007, p. 62), “de fato, representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias” que influenciam no consenso e na comunicação entre os membros de uma comunidade, ou, como no caso que aqui é analisado, entre os agentes de determinado campo.

No caso da análise de Bourdieu (2021a), a representação se vincula à discussão sobre poder, uma vez que há interesses na produção de enunciados que pretendem definir a região, estruturando seus potenciais significados. Os enunciados de definição dependem ainda do conhecimento e reconhecimento no espaço social, que funcionam como uma validação, pelos agentes, daquilo que se enuncia, principalmente quando se trata de políticas de regionalização, como no caso do Vale do Jequitinhonha. Ainda de acordo com Bourdieu (2021a), a luta é pelo poder de impor uma definição legítima do mundo social. Logo, o que está em jogo

[...] é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-
visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o
consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do
grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (Bourdieu,
2021a, p. 114).

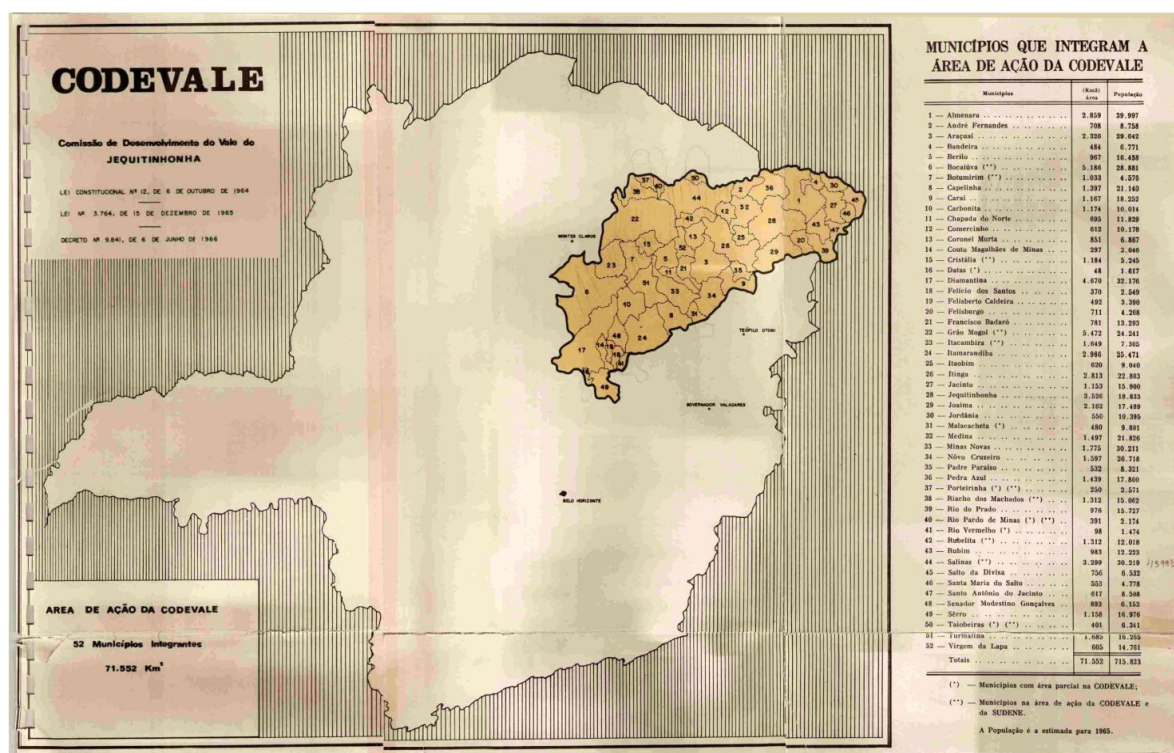
Ressalta-se que o próprio termo região (*regio, regere*) referencia um enunciado de di-visão, pois está ligado, tanto com a visão, como a princípios de classificação de um determinado espaço. Portanto, as enunciações da região evidenciam a demarcação de posições na disputa por uma significação, ou mais precisamente, pelo poder de classificação legítima por meio das representações. Lutas por identidade étnica ou regional, por exemplo, são um caso particular de lutas das classificações, como apontado por Bourdieu (2021a).

A identidade e a unidade da região são realizadas por meio das representações que dela se faz. As lutas são por legitimar o poder de classificar, enunciando, pelo discurso, aquilo que se quer objetivar no real. Nesse jogo de enunciados, os discursos, na mesma medida que pronunciam, também têm como característica o silêncio⁸, pois, o que não é

⁸ Para exemplificar o silêncio nos discursos sobre o Vale do Jequitinhonha, Souza (2022) faz uma abordagem importante em sua dissertação “Mãos e pés na terra: análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha”. A pesquisadora utilizou como fonte os diagnósticos regionais produzidos entre os anos de 1950-1980, com objetivo de demonstrar o silenciamento e a negação de uma diversidade étnica dos sujeitos e

enunciado, também é parte do discurso e faz parte da luta por di-visão. Assim, a produção de documentos tem uma função criadora, na medida em que eles instrumentalizam um conjunto de representações que estruturam as regiões, como é o caso do Vale do Jequitinhonha e sua institucionalização, a partir da década de 1960, por meio da Codevale (Figura 1).

Figura 1. Área de atuação da Codevale – Vale do Jequitinhonha



Fonte: Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha (Codevale, 1968, p. 4)⁹.

Servilha (2012) apresenta uma importante discussão sobre o Vale do Jequitinhonha, seguindo a noção de representação referenciada na perspectiva de Bourdieu (2021a). O autor destaca questões relevantes para o aprofundamento deste trabalho, sobretudo no que se refere à identificação dos agentes beneficiados pelas representações regionais do Vale

comunidades na construção destes documentos. A pesquisa mostrou que os diagnósticos foram construídos afirmando uma determinada identidade regional do vale, no entanto, ocultaram a exploração histórica que diversos sujeitos do local foram submetidos.

⁹ Fronteiras do Vale do Jequitinhonha definidas pelo Decreto nº 9.841, de 06 de junho de 1966 (Minas Gerais, 1966). A partir de análise em outras pesquisas que têm como objeto os diagnósticos da Codevale, bem como da estrutura do próprio documento, considerou-se 1968 como data provável da publicação analisada do Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha.

do Jequitinhonha¹⁰ ou, em síntese, “Quem precisa do Vale do Jequitinhonha?” (Servilha, 2012, p. 324). É nessa direção que esta tese avança ao questionar as origens estruturais que fazem com que determinados agentes precisem do Vale do Jequitinhonha e como essa necessidade é transformada em elemento estruturante do campo do desenvolvimento.

O próprio Servilha (2012) aponta a necessidade de aprofundamentos em várias questões levantadas em seu trabalho¹¹. Dessa maneira, mesmo o autor partindo de uma premissa convergente quanto à ideia de representação (Bourdieu, 2021a) do Vale do Jequitinhonha, outros elementos são necessários para uma maior especificação dessa abordagem. Assim, esta tese busca aprofundar lacunas como o papel do Estado, o regionalismo, os agentes envolvidos e suas implicações.

Outro ponto importante sobre a discussão de narrativas do Vale do Jequitinhonha se refere à naturalização de sua existência. Há um risco de continuidade de histórias contadas, reforçando imagens quanto à origem e a estruturação da região como sempre existente. Sem discutir o mérito de tais estudos, já se indica de saída que eles estão em campos específicos, com regras e estruturas que fazem sentido para aqueles agentes e suas posições nesses espaços. O próprio campo acadêmico é parte das construções de uma história sobre a região, que, com frequência, faz uma espécie de busca das origens.

Como já apontado, por ser uma representação em disputa, as abordagens sobre o Vale do Jequitinhonha são diversas e numerosas. De acordo com Souza (2003):

Nos últimos anos, tem crescido sistematicamente o interesse de pesquisadores pela região, ao que parece, em função do generalizado discurso segundo o qual o Vale ostenta indicadores sociais e econômicos comparáveis aos piores do mundo. Ao lado das atividades de pesquisa destacam-se, também, diversas formas de intervenção desenvolvidas por instituições acadêmicas e organizações governamentais e não-governamentais (Souza, 2003, p. 1).

¹⁰ Como serão apresentados no quarto capítulo, os agentes vinculados à mineração do lítio, por exemplo, utilizam a mesma estrutura do discurso com base na representação do Vale do Jequitinhonha.

¹¹ Em síntese, observa-se que Servilha (2012) faz uma abordagem crítica da ideia de Vale do Jequitinhonha, enquanto região administrativa, representada pela classificação de região-problema. Em contrapartida, apresenta a identidade e cultura regional como possibilidade de (re)significação dos estigmas criados em torno dos discursos sobre a região. Percebe-se nessa análise a influência de Albuquerque Júnior (2011) sobre a “Invenção do nordeste”. De modo geral, Servilha (2012) dialoga com parte desse referencial para pensar a questão regional no Vale do Jequitinhonha, no entanto, sua tese não aprofunda elementos de crítica em relação à participação de determinados agentes do campo das práticas culturais numa possível “invenção do Vale do Jequitinhonha”, sendo que, nesse ponto específico, não se alinha à proposta de Albuquerque Júnior (2011). Apesar de não ser objeto deste trabalho, os agentes do campo cultural estão no campo das lutas por classificação e pelo poder de di-visão do Vale do Jequitinhonha.

Souza (2011) destaca que os muitos estudos acadêmicos sobre o Vale do Jequitinhonha têm permitido significativa ampliação das visões da região. Falta, contudo, segundo o autor, a orientação de uma ação mais ordenada para o enfrentamento dos pressupostos problemas que são apresentados em tais estudos, sendo estes de interesse do Estado, ou pelo menos, deveriam ser. É importante mencionar, no entanto, que a ampliação das visões sobre a região também amplia a sua di-visão.

Destaca-se, na abordagem que estamos realizando sobre o Vale do Jequitinhonha, o entendimento de que o regionalismo é uma mobilização política e simbólica de grupos dominantes em defesa de interesses específicos, configurando, portanto, arena de lutas de diferentes agentes sociais, como os governamentais e os empresariais. Estes interesses, por exemplo, materializam-se na afirmação de projetos de desenvolvimento regional. A ideia de região, aqui apontada, também se vincula à ideia de região como arena política (Arrais, 2007), que só existe a partir de fatos que a fizeram emergir (Albuquerque Júnior, 2008).

As regiões, portanto, não pré-existem aos fatos que as fizeram emergir; as regiões são acontecimentos históricos, são acontecimentos políticos, estratégicos, acontecimentos militares, diplomáticos, são produto de afrontamentos, de disputas, de conflitos, de lutas, de guerras, de vitórias e de derrotas. Falar em região implica em se perguntar por domínio, por dominação, por tomada de posse, por apropriação. Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional. Falar de região implica em reconhecer fronteiras, em fazer parte do jogo que define o dentro e o fora: implica em jogar o jogo do pertencimento e do não pertencimento (Albuquerque Júnior, 2008, p. 58).

Para falar especificamente da emergência do Vale do Jequitinhonha, destaca-se a naturalização de uma abordagem técnica. Nesse processo, instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a FJP e a Codevale realizaram, ao longo dos anos, divisões do território estadual de Minas Gerais (Quadro 1), nas quais o Vale do Jequitinhonha passou a ser contemplado em diferentes graus de regionalização. No caso específico aqui analisado, a instituição que inicialmente estabeleceu os limites da região foi a Codevale¹².

¹² A Codevale foi criada em 1964 com o objetivo principal de “elaborar e executar pelo prazo de vinte anos o plano de desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha Mineiro” (Minas Gerais, 1964, p. 1), que era sua região-alvo. A Lei Constitucional nº. 12, que determinou a criação da autarquia, foi proposta por Murilo Badaró, na época deputado estadual e representante da elite política regional. Uma abordagem mais específica sobre a autarquia será realizada no segundo capítulo.

Quadro 1. Histórico de regionalização com recorte referencial para o termo Jequitinhonha

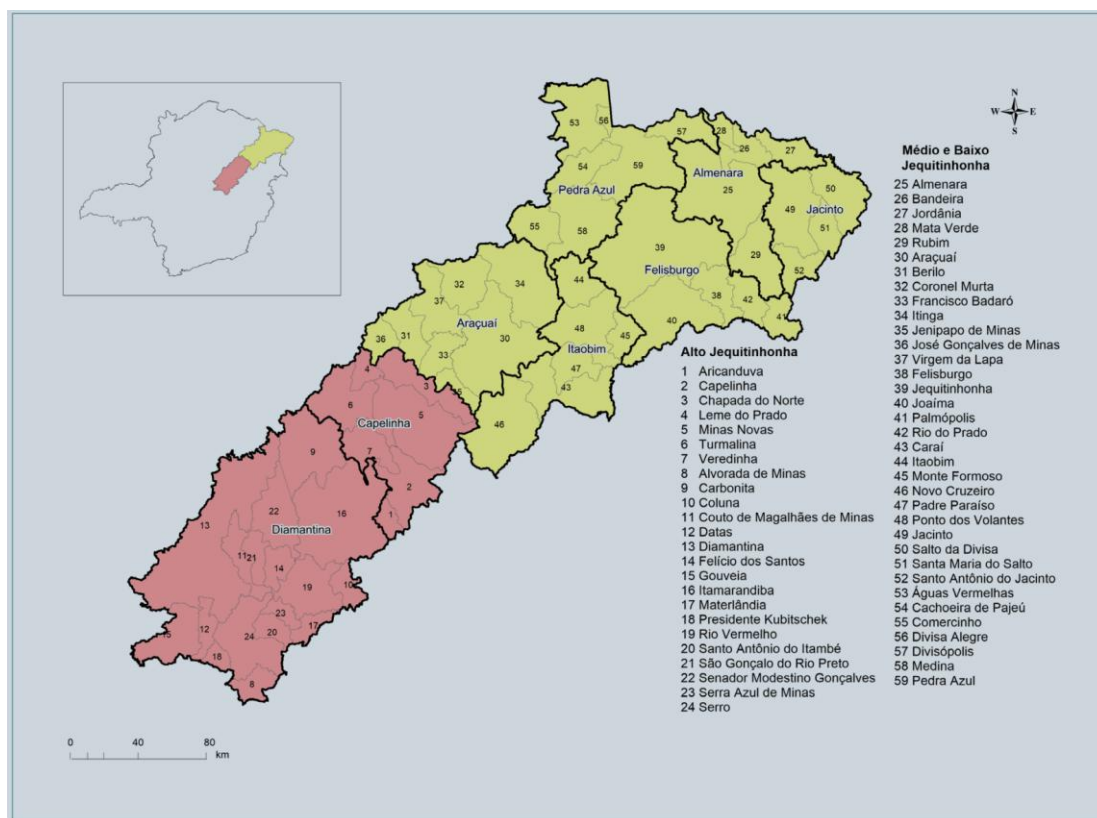
ANO	AGENTE	RECORTE	REGIONALIZAÇÃO
1941	IBGE	Três zonas de referência ao Jequitinhonha: - Baixo-Médio Jequitinhonha - Médio Jequitinhonha - Alto Jequitinhonha	Zonas Fisiográficas de Minas Gerais
1966	Codevale	Vale do Jequitinhonha demarcado administrativamente em 52 municípios	Área de ação da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha
1969	IBGE	Mineradora do Alto Jequitinhonha, Pastoral de Pedra Azul, Pastoral de Almenara, Mineradora de Diamantina	Microrregiões homogêneas de Minas Gerais
1973	FJP	Jequitinhonha	Regiões para fins de planejamento
1990	IBGE	Mesorregião: Jequitinhonha Microrregiões: Almenara, Araçuaí, Capelinha, Diamantina	Divisão em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas
1992	FJP	Jequitinhonha/Mucuri	Regiões de planejamento de Minas Gerais
1996	FJP	Vale do Jequitinhonha, Alto do Jequitinhonha	Regiões Administrativas de Minas Gerais
2017	FJP	Alto Jequitinhonha, Médio e Baixo Jequitinhonha	Territórios de desenvolvimento ¹³

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisas em Diniz e Batella (2005), IBGE (1990), IBGE (2017), FJP (2017f).

Para destacar um processo de regionalização do Vale do Jequitinhonha em período mais recente, a FJP apresentou, nos estudos elaborados para o PDVJ, um recorte territorial fundamentado na proposta dos territórios de desenvolvimento, que foi instituída pelo Governo do Estado de Minas Gerais em 2015, no âmbito do programa “Fóruns Regionais de Governo: por todo o Estado, com todos os mineiros”. Nesse contexto, observa-se a constituição de mais uma regionalização que toma o vale do rio Jequitinhonha como referência espacial para a formulação e implementação de políticas públicas, reforçando seu papel como recorte estratégico para a ação estatal e para o planejamento regional.

¹³ Os territórios de desenvolvimento foram criados em 2015 pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no âmbito do programa “Fóruns Regionais de Governo: por todo o Estado, com todos os mineiros”. O objetivo da iniciativa era promover espaços de participação popular nos territórios, incentivando o envolvimento da sociedade na discussão e na elaboração de políticas públicas, contribuindo para a construção de estratégias de desenvolvimento regional alinhadas às diretrizes do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) e do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG).

Figura 2. Vale do Jequitinhonha, territórios de desenvolvimento



Fonte: Fundação João Pinheiro (2017f).

Diversos recortes regionais foram propostos por agências estatais, cada um, a sua maneira, e a depender dos interesses, demarcou um Vale do Jequitinhonha seguindo determinadas classificações. Dessa forma, mais do que saber ou descrever minuciosamente quais municípios, com quais especificidades físicas e culturais caracterizam o Vale do Jequitinhonha, que é comum na vasta bibliografia sobre a região, é preciso avançar no debate sobre a própria representação e as estruturas que a mantém inabalável, bem como os agentes e campos que estruturam esse enunciado, pois “[...] se existe uma verdade é que a verdade é um lugar de lutas (Bourdieu, 2011, p. 83).”¹⁴ Nessas lutas pela verdade, ou pelo poder de nomear, alguns discursos são mais aceitos que outros. Isso evidentemente está ligado a quem dá o poder de poder dizer, que se sustenta por um poder simbólico. Assim, como apontou Arrais (2007), a regionalização depende de interesses de quem regionaliza.

¹⁴ De acordo com Bourdieu (2011), essa afirmação é particularmente válida para os universos sociais relativamente autônomos, que são os campos, nos quais profissionais da produção simbólica se enfrentam em lutas que têm como alvo a imposição de princípios legítimos de visão e de divisão do mundo natural e do mundo social.

A regionalização, frequentemente, responde à pergunta: até onde vai a região? É o processo de recorte propriamente dito que depende diretamente do que consideramos ser ou não a região, sem excluirmos o fato de que o ato relacional de regionalizar pressupõe uma demarcação de relações políticas. O “até onde vai a região” depende, também de até aonde vão os interesses daqueles que regionalizam o território (Arrais, 2007, p. 61).

Servilha (2012), Leite (2010, 2015) e Santos (2018) já apontaram a importância da Codevale na emergência do Vale do Jequitinhonha. Um pressuposto desta tese é que essa autarquia estadual foi determinante na institucionalização e instrumentalização de uma representação da região que se estruturou a partir de um regionalismo tanto político como simbólico. As classificações propostas pela Codevale (e aquelas que motivaram a sua criação) são importantes enquanto fundadoras de uma conceituação que foi estruturante de diversas outras. Assim, para que a região fosse “lembrada”, foi necessário instituir uma narrativa do seu esquecimento, para posteriormente investir em movimentos de resgate, por meio de projetos de desenvolvimento regional.

Como analisam Santos e Mattos (2019), desde meados do século XX, as representações do Vale do Jequitinhonha, em diversas mídias e abordagens, passaram a enfatizar descrições estigmatizantes que marcaram a região, sobretudo no debate público e na agenda estatal, frequentemente associadas às ideias de esquecimento, pobreza e miséria. Embora, em períodos anteriores, já houvesse grupos políticos liberais que se referiam à região como esquecida (Martins; Pereira, 2019), é na segunda metade do século XX que essa questão adquire os contornos mais definidos, que persistem até a atualidade. Nesse contexto, a dicotomia entre pobreza e riqueza ganha centralidade, manifestando-se tanto nos diagnósticos produzidos sobre o Vale do Jequitinhonha quanto nos debates políticos e acadêmicos, além de aparecer de forma recorrente nos discursos de agentes dominantes na região.

O debate em torno de enunciados como esquecimento, pobreza e miséria, conforme analisado por Santos (2022) não significa uma problematização dos termos, principalmente quando mobilizados no debate público, nos programas, projetos e empreendimentos (privados ou estatais) presentes na região, que utilizam o discurso do desenvolvimento. Ao contrário, uma temática ampla como a pobreza, que deveria ser fundamentada no arcabouço teórico das ciências sociais, para qualificar as políticas públicas e os projetos implantados na região, é frequentemente utilizada de maneira simplista, aleatória e descontextualizada da realidade brasileira. Assim, o Vale do Jequitinhonha é deslocado de um debate mais amplo e das implicações estruturais que a pobreza efetivamente representa,

passando a figurar em discursos políticos, muitas vezes performativos, que repetem as mesmas classificações com base em estigmas (pobreza, miséria, esquecimento) ou em virtudes (riqueza, cultura, esperança).

Evidentemente, a tentativa de representar o Vale do Jequitinhonha por meio de discursos que operam com dicotomias classificatórias é uma estratégia de agentes dos campos que estão em disputa pelo poder, inclusive pelo poder de classificar ou legitimar determinados adjetivos sobre a realidade regional. Dessa maneira, desenvolvimento foi a grande temática onde orbitaram os interesses de agentes políticos e técnicos na proposta de criação da Codevale, que institucionalizou a representação do Vale do Jequitinhonha.

O Vale do Jequitinhonha teve seus limites político-administrativos historicamente constituídos de modo indissociável das dinâmicas do campo do desenvolvimento, e os enunciados associados ao desenvolvimento regional constituem parte dos elementos que estruturaram a própria criação da região. Desse modo, se na atualidade o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha permanece como uma temática recorrente, como será visto no caso da mineração de lítio, analisar o campo do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha é uma forma de alargar a compreensão do que está em jogo nesse campo.

A compreensão do Vale do Jequitinhonha a partir da naturalização dos seus contrastes reforça à sua representação, que é uma construção histórica e social em permanente disputa. Sua emergência e sua consolidação resultam de enunciados performativos produzidos por agentes com capital simbólico e institucional capazes de impor classificações legítimas sobre o território e seus sujeitos. Nesse processo, pela narrativa regional, sobretudo, por meio da afirmação das dicotomias, a região se realiza enquanto *illusio*¹⁵, que confere aparência de unidade a um espaço heterogêneo e atravessado por conflitos.

Dessa maneira, analisar o Vale do Jequitinhonha a partir da perspectiva das representações permite deslocar o debate de uma descrição essencialista da região para a investigação das estruturas, dos agentes e dos interesses que sustentam sua permanência enquanto categoria legítima no discurso público, sobretudo, do Estado. O desenvolvimento, longe de ser apenas um objetivo normativo ou técnico, constitui-se como o principal campo de disputa no qual essa representação é continuamente reafirmada, atualizada e instrumentalizada.

¹⁵ Esse conceito está referenciado na abordagem de Bourdieu (2011). Será discutido mais à frente.

Ao evidenciar os mecanismos de classificação, naturalização e legitimação que operam nesse campo, abre-se espaço para problematizar os usos políticos e simbólicos da ideia de região.

1.1.1 Elementos para compreensão do campo

Os enunciados sobre o Vale do Jequitinhonha sempre estão em disputa. Essa disputa é pelo poder de classificar, que é um poder simbólico, gerador de dominação nos espaços sociais com legitimidade¹⁶ de enunciação. Dessa maneira, como já apontado, para um recorte mais específico sobre o Vale do Jequitinhonha como representação, serão apresentadas algumas das principais perspectivas do sociólogo Pierre Bourdieu¹⁷ sobre campo, que servem de referência para este trabalho.

Ressalta-se inicialmente que a teoria dos campos no espaço social é uma forma de delimitar e tratar objetos específicos para análise¹⁸. Nesse sentido, utilizamos nesta tese a noção de campo como “uma maneira de pensar” (Bourdieu, 2021b) o regionalismo que fundamenta os enunciados sobre o Vale do Jequitinhonha, vinculados à narrativa de desenvolvimento regional. É a representação Vale do Jequitinhonha e suas implicações que justifica a procura e análise das características do regionalismo, do desenvolvimento, das disputas e do próprio campo, lugar relacional, de forças e de lutas (Bourdieu, 1990).

Como em outras proposições do autor, a noção de campo foi sendo construída ao longo do tempo. Uma das primeiras conceituações propostas por Bourdieu (1968), relaciona a ideia de campo no espaço social com o campo magnético. Ao se referir, por exemplo, ao campo intelectual, Bourdieu (1968, p. 105) descreve que “constitui um sistema de linhas de força: isto é, os agentes ou sistemas de agentes que o compõem podem ser descritos como forças que se dispendo, opondo e compondo, lhe conferem sua estrutura específica num dado momento do tempo.” Nesse aspecto, é no campo que ocorrem as lutas que definem as permanências ou as mudanças em sua estrutura, protagonizadas por agentes com *habitus*¹⁹ alinhado, cada um à sua maneira, aos seus respectivos campos.

¹⁶ A questão da legitimidade de enunciação, sendo o poder de nomear, será tratada mais adiante.

¹⁷ As citações específicas da obra do autor, que foram utilizadas, serão referenciadas no decorrer do texto.

¹⁸ De acordo com Bourdieu (2021b, p. 300) “a noção de campo é essencialmente um método de construção de objetos. [...] A sociologia, se não quiser estudar o nada (ainda que com todas as aparências de cientificidade), consiste em construir um espaço de modo que aquilo que ocorre nele encontre nesse espaço assim construído seu princípio explicativo ou, mais exatamente, encontre o essencial de sua explicação.”

¹⁹ De acordo com Catani (2002), o conceito de *habitus* aparece pela primeira vez, nos escritos de Bourdieu, no livro “A reprodução” (1970). Depois, é rediscutido amplamente em seu outro livro, “Esboço de uma teoria da prática” (1972), além de ter sido trabalhado em dezenas de artigos e também em livros publicados

Cada campo é um microcosmo social (Bourdieu, 2011). É nesse espaço que se relacionam os agentes sociais, pois o campo em certa medida, aproxima-se da noção de meio²⁰ (Bourdieu, 2021b). Destaca-se, ainda, que a noção de campo é atravessada por determinações simbólicas, uma vez que nele se estruturam as relações de poder, as posições sociais e as forças em tensão. Nesse sentido, aponta-se, em Bourdieu (1983), um recorte para compreensão do que se trata aqui como “campo”. De acordo com o autor,

os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem da sua posição nesses espaços, podendo ser analisadas independentemente das características dos seus ocupantes (em partes determinadas por elas). [...] A estrutura do campo é um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores (Bourdieu, 1983, p. 89-90).

Ainda de acordo com Bourdieu (1990), os campos podem ser compreendidos como “mundos” relativamente autônomos. São plurais e dotados de lógicas próprias, que produzem sentidos comuns e lugares-comuns. Nesses espaços estruturados, estabelecem-se relações de força e disputas permanentes, nas quais os agentes buscam conservar ou transformar suas posições, seja para manter práticas de dominação, seja para subvertê-las. Sob essa perspectiva, a representação de determinada realidade, como a que enuncia o Vale do Jequitinhonha, está atravessada por relações de poder, na medida em que envolve a disputa pela legitimação dos enunciados. Assim, a própria classificação da região permanece sempre em disputa²¹.

Um campo necessariamente tem disputa e agentes interessados nas suas lutas internas, com estratégias firmadas a partir do *habitus* de cada agente. Bourdieu (1983) utiliza o exemplo do jogo para apresentar algumas características dos campos, onde há jogadores que entendem as regras e têm satisfação com a forma de se jogar. “Para que um campo funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o

posteriormente. A noção de *habitus* será tratada mais à frente.

²⁰ Na “Aula de 14 de dezembro de 1982” de seu curso no *Collège de France*, Bourdieu (2021b) faz uma analogia da noção de campo com a de meio, seu objetivo é mostrar que campo não se reduz ao espaço de interações. A noção de meio se constrói contra a noção de contato como a noção de campo se constrói contra a noção de interações.

²¹ Uma das novas disputas referentes ao poder de classificar se refere à noção do “vale do lítio”, nova classificação proposta no Vale do Jequitinhonha. Para exemplificar, em diversas ocasiões, representantes do governo de Minas Gerais, tem usado essa expressão em substituição à representação regional do Vale do Jequitinhonha. Ver por exemplo: i) “Governo de Minas apresenta o Vale do Lítio para empresa líder mundial na cadeia do mineral, em Xangai, na China (Minas Gerais, 2023a)” e ii) “Governo de Minas lança na Nasdaq projeto mundial do Vale do Lítio (Ibram, 2023)”.

jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas *etc* (Bourdieu, 1983, p. 89).”

Para compreensão do campo é necessário entender a forma de disposição que os agentes sociais possuem para se relacionarem diante das posições ali existentes. Nesse sentido, Bourdieu (1990) aponta a noção de *habitus* para indicar as orientações das práticas de cada agente, como condutas regradas e regulares. Como um conjunto de disposições, o *habitus* orienta a ação de uma maneira específica para cada situação, constituindo-se como uma linguagem pelo estabelecimento de diferenças práticas e simbólicas (Bourdieu, 2011).

Os *habitus* são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. [...] Mas o essencial é que, ao serem percebidas por meio dessas categorias sociais de percepção, desses princípios de visão e de divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira *linguagem* (Bourdieu, 2011, p. 22).

Ainda, de acordo com Bourdieu (2021b), assim como a noção de campo é a ideia do social no estado objetivado, a noção de *habitus* é o social no estado incorporado. Dessa maneira, campo e *habitus* são meios de explicitação das estruturas estruturantes estruturadas, pois é jogando o jogo que os agentes sociais, com suas estratégias e acúmulo de capital valorizado em determinado campo, tendem a manter, ou eventualmente subverter a dominação.

Outro conceito central para compreensão das estratégias do jogo é o de capital, pois é ele que define o direito de entrada (Bourdieu, 2023) e demarca a posição e tomada de posição em cada campo.

O capital é uma forma de força que vale num certo espaço, produz efeitos nele – em particular efeitos de diferenciação – e a diferenciação ligada a distribuição desigual do capital é o princípio da estrutura do campo. Em última instância, a estrutura do campo é essencialmente a estrutura das lacunas entre os capitais presentes e a estrutura é ao mesmo tempo o motor do campo [...]. A estrutura do campo é ao mesmo tempo o motor da mudança já que é desse sistema de diferenças constituintes de estrutura do campo que nascem o movimento do campo e a luta no campo cujo objetivo é conservar ou transformar essa estrutura – e essa luta deve suas propriedades à estrutura (Bourdieu, 2023, p. 36).

O interesse no jogo é condição necessária para estruturação do campo. Assim, os agentes sociais, sejam eles dominantes ou dominados partilham dessa condição que

Bourdieu (2011) define como *illusio*. Pelo interesse, acredita-se de forma consensual que faz sentido estar em determinado campo, em outras palavras, jogar determinado jogo. A *illusio* corresponde ao investimento na possibilidade de dominação em determinado campo.

Outra formulação, que complementa a *illusio*, pouco debatida quando se fala em campo, é a *colussio*. A partir dela, é possível compreender que, dentro do jogo, os jogadores não se perguntam sobre a pertinência ou existência do jogo em si. Aqui, por exemplo, retoma-se a pergunta de Servilha (2012) já mencionada, “quem precisa do Vale do Jequitinhonha?”, para formular uma questão anterior e complementar, considerando a noção de campo: “quem valida e cria legitimidade para a necessidade pela representação do Vale do Jequitinhonha e toda série de classificações valorativas?” Para Bourdieu (2021b) uma *illusio* bem constituída faz com que os agentes de um campo não questionem sobre os limites e a existência daquele campo onde determinado jogo é jogado, sendo que perguntas como essa, geralmente não são colocadas. Configura-se, assim, uma espécie de *collusio* entre os agentes do campo.

Em última instância, será que a própria luta não supõe a colusão (vejam como a etimologia é útil: *illusio/collusio*) entre os jogadores e a validade do jogo? Os adversários não estariam unidos em todo jogo por uma cumplicidade fundamental quanto à validade intrínseca do jogo? Será que o fato de ser habitado pela *illusio* adequada não contém um reconhecimento tácito da própria validade do jogo e, ao mesmo tempo, dos limites da luta, sobre os quais os lutadores sequer precisam concordar porque não poderiam transgredi-los sem questionar sua própria existência enquanto jogadores? Para dizer de maneira simples, isso significaria serrar o galho sobre o qual estão sentados [...] (Bourdieu, 2021b, p. 119-120).

A diversidade de estudos (acadêmicos, tecnoburocráticos), e a abordagem no discurso político que tem como objeto o Vale do Jequitinhonha é um forte indício da *illusio/collusio* em torno das representações sobre a região e do próprio regionalismo. É na direção das representações que é comum aparecer a temática do desenvolvimento, o que faz surgir uma série de classificações sobre o Vale do Jequitinhonha. As principais delas, como já apontado, estão em torno da pobreza e riqueza. Dessa forma, entre os agentes e nos campos que validam a representação do Vale do Jequitinhonha, os estigmas da pobreza e por outro lado, as possibilidades da riqueza existente na região, tornam-se uma espécie de

acordo sobre o que merece ser disputado²², mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de entrar no jogo.

Assim, as classificações e disputas simbólicas delimitadas pelo regionalismo do Vale do Jequitinhonha produzem e estruturam a maneira como a região é historicamente construída, nomeada e instrumentalizada. Ou seja, as lutas pela definição legítima sobre o Vale do Jequitinhonha funcionam como uma *illusio* que valida o jogo, sendo um espaço que merece ser disputado. Essa luta se converte em dispositivos institucionais, diagnósticos técnicos e narrativas políticas que incorporam a própria representação. É justamente nesse movimento de objetivação, no qual a região passa a ser simultaneamente categoria de intervenção e horizonte de expectativas, que o desenvolvimento regional se consolida como princípio organizador dos enunciados e das práticas.

Diante do exposto, desde meados da década de 1960, agentes do campo do desenvolvimento passaram a constituir o Vale do Jequitinhonha como representação instrumentalizada para diversos fins, tendo o desenvolvimento regional como objetivo a ser alcançado. Essa forma de constituição de região se aproxima do que Lacoste (1989) aponta como região-personalidade²³. Diversos diagnósticos, sobretudo os elaborados pela Codevale e também pela FJP, nomearam e instituíram uma espécie de fronteira regional. Embora circunscrita a determinados municípios, correspondendo a uma fronteira física, sustenta-se neste trabalho que a fronteira mais eficaz, no interior do campo, é de natureza simbólica.

²² Para Bourdieu (1983, p. 91) "a luta pressupõe um acordo entre os antagonistas sobre o que merece ser disputado, fato escondido por detrás da aparência do óbvio, deixada em estado de *doxa*, ou seja, tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos, mesmo sem que se saiba, pelo simples fato de jogar, de entrar no jogo. os que participam da luta contribuem para a reprodução do jogo contribuindo (mais ou menos completamente dependendo do campo) para produzir a crença no valor do que está sendo disputado."

²³ O termo se refere à crítica de Lacoste (1989) à região como conceito-obstáculo. Para o autor ao transformar a região em um dado quase eterno, produto da geologia e da história, a região é tratada como personalidade, organismo coletivo ou mininação da região-personagem histórica, que forneceu a garantia, a própria base, o que ele caracteriza como "geografismos", utilizado sobretudo no discurso político. "Por "geografismos" eu entendo as metáforas que transformam em forças políticas, em atores ou heróis da história, porções do espaço terrestre ou, mais exatamente, os nomes dados (pelos geógrafos) a territórios mais ou menos extensos. Exemplos de geografismos: "a Lorena luta, a Córsega se revolta, a Bretanha reivindica, o Norte produz isto ou aquilo, Paris exerce tal ou tal influência, Lyon fabrica, etc.". Evidentemente esses geografismos designam os homens que vivem nessas cidades e nessas regiões. Mas esses malabarismos de estilo não são assim tão inocentes como podem parecer à primeira vista, pois eles permitem escamotear as diferenças e as contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios. E a razão pela qual esses geografismos são tão utilizados nos discursos patrióticos, quer se trate do Estado-nação ou da região, que alguns consideram como mininações ou como nações em potencial" (Lacoste, 1989, p. 31).

1.2 O poder de nomear

O poder de classificar e nomear está ligado à dominação simbólica. A eficácia desse tipo de dominação se dá justamente pela não percepção dos mecanismos por quem é dominado, ou seja, quanto mais alheio a essa forma de violência, mais poder é legitimado para quem é dominante em determinado campo. Nesse sentido, a dominação possui sempre uma dimensão simbólica (Bourdieu, 2001), que é uma forma de poder.

Mesmo quando repousa sobre a força nua e crua, a das armas ou a do dinheiro, a dominação possui sempre uma dimensão simbólica. Por sua vez, os atos de submissão, de obediência, são atos de conhecimento e de reconhecimento os quais, nessa qualidade, mobilizam estruturas cognitivas suscetíveis de serem aplicadas a todas as coisas do mundo e, em particular, às estruturas sociais (Bourdieu, 2011, p. 209).

É importante considerar os esquemas de classificação que são incorporados a partir das estruturas de distribuição de capital, de modo que, em cada campo, a depender do capital valorizado, existem formas específicas de capital simbólico a ele vinculadas. Nessa perspectiva, Bourdieu (2011) define o capital simbólico nos seguintes termos:

Chamo de capital simbólico qualquer tipo de capital (econômico, cultural, escolar ou social) percebido de acordo com as categorias de percepção, os princípios de visão e divisão, os sistemas de classificação, os esquemas classificatórios, os esquemas cognitivos, que são, em parte, produtos da incorporação das estruturas objetivas do campo considerado, isto é, da estrutura de distribuição do capital do campo considerado (Bourdieu, 2011, p. 149).

Ainda de acordo com Bourdieu (2011), o capital simbólico é um ato quase mágico, pois é capaz de incentivar ações a partir de determinações dos agentes dotados de capital reconhecido como legítimo em cada campo.

O capital simbólico é uma propriedade qualquer – força física, riqueza, valor guerreiro – que, percebida pelos agentes sociais dotados das categorias de percepção e de avaliação que lhes permitem percebê-la, conhecê-la e reconhecê-la, se torna simbolicamente eficiente, como uma verdadeira *força mágica*: uma propriedade que, por responder as “expectativas coletivas”, socialmente constituídas, em relação às crenças, exerce uma espécie de ação à distância, sem contato físico. Damos uma ordem e ela é obedecida: é um ato quase mágico (Bourdieu, 2011, p. 170).

A partir destas considerações, a representação regional do Vale do Jequitinhonha é apontada, neste trabalho, como um exemplo do poder de nomeação sustentado pela dominação simbólica. Nesse aspecto, uma análise mais atenta do papel do Estado,

entendido como um metacampo (Bourdieu, 2014), é fundamental para compreender as posições e tomadas de posição no campo do desenvolvimento. Assim, como aponta Mattos (2021), é importante transformar o próprio Estado em objeto de análise para compreender o Vale do Jequitinhonha a partir dos agentes dominantes do campo de poder.

Se por um lado proliferam análises sobre a difícil realidade vivenciada pelas populações mais vulneráveis da região, por outro, bem menos se diz sobre a reprodução das práticas administrativas e burocráticas em âmbito local. Não que o Estado seja ausente. O que ocorre é, sem dúvida, uma dificuldade ou relutância em torná-lo *objeto* (Mattos, 2021, p. 315-316).

Evidentemente as reflexões sobre a conceituação do Estado são amplas e, a depender da filiação teórica adotada, podem-se encontrar diferentes respostas para o mesmo problema. Neste trabalho, o Estado é compreendido a partir das reflexões de Bourdieu (2014), sobretudo na dimensão do campo administrativo ou da função pública. O autor realiza um amplo estudo sobre o Estado, recorrendo, em uma das postulações clássicas de Weber (2011), à noção de legitimidade como fundamento dos atos de Estado. Em Weber (2011), a coação física legítima é apresentada como elemento definidor da atuação estatal.

Sociologicamente, o Estado não se deixa definir a não ser pelo específico meio que lhe é peculiar, tal como é peculiar a todo outro agrupamento político, ou seja, o uso da coação física. [...] Em nossa época, entretanto, devemos conceber o Estado contemporâneo como uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território – a noção de território corresponde a um dos elementos essenciais do Estado – reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física. É, com efeito, próprio de nossa época o não reconhecer, em relação a qualquer outro grupo ou aos indivíduos, o direito de fazer uso da violência, a não ser nos casos em que o Estado o tolere. O Estado se transforma, portanto, na única fonte do "direito" à violência (Weber, 2011, p. 56).

Para Weber (2011) o Estado não pode ser definido sociologicamente pelo conteúdo daquilo que faz. Sua definição se dá por aquilo (meio) que lhe é próprio – o monopólio da coação física legítima. O Estado está ligado a uma relação de dominação de homens sobre homens. De maneira convergente, Bourdieu (2014) também identifica na ideia de dominação um elemento constitutivo do Estado, destacando, contudo, que a dimensão simbólica é determinante para a produção de legitimidade.

Se eu tivesse de dar uma definição provisória do que se chama “o Estado”, diria que o setor do campo do poder, que se pode chamar de “campo administrativo” ou “campo da função pública”, esse setor que se pensa particularmente quando se fala de Estado sem outra precisão, define-se pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima (Bourdieu, 2014, p. 30).

Na perspectiva apresentada em Bourdieu (2014), uma das funções mais gerais do Estado é a produção e a canonização das classificações sociais. Nesse aspecto, as representações do Vale do Jequitinhonha podem ser consideradas atos de Estado, as quais se mantêm pelo poder e violência simbólica (Bourdieu, 2011), noção por característica, de difícil percepção. A materialização dos princípios de classificação sobre o Vale do Jequitinhonha teve influência do campo administrativo ou campo da função pública que, por meio dos seus agentes, construíram os enunciados de representação sobre o Vale do Jequitinhonha.

A violência simbólica é essa violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las (Bourdieu, 2011, p. 171).

A criação de instâncias político-administrativas voltadas ao desenvolvimento regional contribuiu para naturalizar classificações organizadas em torno da di-visão do Vale do Jequitinhonha, consolidando enunciações que passaram a funcionar como estruturas estruturantes de uma ideia de região. Ainda que existam indicações pontuais de heterogeneidade do espaço, o que prevaleceu foi uma representação relativamente homogênea dos limites e das características atribuídas ao vale. Nesse processo, a região é constituída como uma construção imagético-discursiva²⁴, que atende aos interesses ortodoxos dos agentes dominantes em cada campo²⁵.

O poder de di-visão sobre o Vale do Jequitinhonha estabelece fronteiras física e simbólica que separam um lugar do outro, naturalizando gradualmente determinadas representações. Essa separação, além do espaço físico, tende a criar espaços sociais relativamente autônomos, nos quais diferentes estratégias de manutenção ou subversão dos discursos são operacionalizadas. Um desses espaços, que é revigorado constantemente pelo discurso ortodoxo (dominante), é o recorte do planejamento estatal, proposto por agentes

²⁴ A discussão de região e os elementos imagético-discursivos podem ser encontrada em Albuquerque Júnior (2011), “A invenção do Nordeste e outras artes”.

²⁵ Com isso não se exclui os interesses dos agentes com discurso heterodoxo nos mesmos campos que utilizam a representação sobre o Vale do Jequitinhonha. Como apontado por Bourdieu (2011), os interesses, ou *illusio*, são o que movimentam o jogo, dão sustentação às dinâmicas de cada campo.

ocupando posições tecnoburocráticas e por agentes do campo político, que são, nos termos de Dulci (1999), elites da área pública, justamente por ser o espaço de atuação política e técnica.

1.3 Campo do poder e o desenvolvimento

O desenvolvimento²⁶ é um dos temas mais debatidos nas ciências sociais, em suas diversas possibilidades de abordagens, sobretudo porque ao longo do tempo, ganhou roupagens que continuamente revigoram esses debates, quase como uma crença, na forma apontada por Rist (2002). O termo possui caráter polissêmico, constituído ao longo dos anos, agregando valor simbólico que se materializa em projetos, como por exemplo, nos grandes empreendimentos de desenvolvimento regional. A estruturação de campos em torno do desenvolvimento, com disputas pela posição dominante é um método de analisar realidades específicas, como os agentes e o regionalismo que legitima a representação do Vale do Jequitinhonha.

Mesmo com as diversas abordagens teóricas sobre o assunto e implantação de projetos, as promessas de bem-estar e melhoria efetiva da qualidade de vida das pessoas, ainda não foram superadas, ao menos no discurso continuado dos empreendimentos que se justificam pelas promessas de desenvolvimento. Assim, ao que parece, existe um fracasso, ou pelo menos, o não cumprimento das expectativas criadas em projetos anteriores na lógica da implementação de modelos de desenvolvimento²⁷, como observou Bajoit (2022).

²⁶ O termo desenvolvimento é multifacetado, ressalta-se que existem várias possibilidades de abordagem sobre o tema, no entanto, o foco principal que norteia essa pesquisa não se vincula necessariamente a uma definição *a priori* específica do conceito, e sim ao caráter de disputa conceitual no campo do poder. Como apontado por Ribeiro (2014), desenvolvimento é um dos discursos mais inclusivos no sentido comum da literatura especializada. O alcance e as variadas facetas do desenvolvimento são o que permite suas muitas apropriações e leituras frequentemente conflitantes. Nesse sentido, a plasticidade do discurso sobre desenvolvimento é importante para assegurar sua viabilidade. “A variação das apropriações da ideia de desenvolvimento, assim como as tentativas de reformulá-la, expressam-se nos numerosos adjetivos que formam parte de sua história: ‘industrial’, ‘capitalista’, ‘para dentro’, ‘para fora’, ‘comunitário’, ‘desigual’, ‘dependente’, ‘sustentável’, ‘humano’. Essas variações e tensões refletem não apenas as experiências históricas acumuladas por diferentes grupos de poder em suas lutas por hegemonia no campo do desenvolvimento, mas também diferentes momentos de integração do sistema capitalista mundial Ribeiro (2014, p. 159).”

²⁷ Bajoit (2022) apresenta quatro concepções de desenvolvimento que se relacionam aos modelos de modernização, sendo o modelo liberal, o modelo nacionalista, o modelo social-democrata e o modelo comunista. Esses modelos, de acordo com o autor são ideologias do progresso, sendo assim, estão em disputa para definir o modelo cultural dominante.

Assim, durante sete ou oito décadas, todos (uns de boa-fé, outros não!) acreditaram que um modelo que “tinha funcionado” ou “funcionava” na Grã-Bretanha, Alemanha, Suécia ou Rússia poderia ser utilizado para o desenvolvimento de países na Ásia, África ou América Latina. Setenta anos depois, podemos ver que, com exceção de um ou dois países, estes modelos não “funcionam” ou, pelo menos, não produziram os resultados que as pessoas (umas de boa-fé, outras não!) esperavam. Porque foi preciso todo este tempo, todas estas tentativas (umas honestas, outras não!), todos estes fracassos acumulados, toda esta energia e dinheiro gastos, para perceber isto? E acima de tudo, o que explica esta tomada de consciência tardia e repentina? (Bajoit, 2022, p. 39).

Em linhas gerais, observa-se que foi sedimentando, sobretudo pela atuação do Estado como um metacampo (Bourdieu, 2014), um determinado entendimento em relação ao desenvolvimento. Nesse sentido, a *doxa* dos campos aqui considerados, como o político e o tecnoburocrático, credita-lhe à quase inevitabilidade²⁸, influenciada pela representação amplamente aceita como algo positivo, que produz soluções, que devem ser buscadas por agentes e instituições, materializando-se em projetos específicos. Contudo, a discussão em torno das formas de se alcançar o desenvolvimento também estão em disputa, pois tanto o enunciado quanto as práticas são controversas.

O caso do Vale do Jequitinhonha e a institucionalização das narrativas e práticas de desenvolvimento segue uma *doxa* estruturada e estruturante, isso fez com que a busca por um desenvolvimento regional seja apresentada como inevitável. Nessa perspectiva, é importante dimensionar a relação entre narrativas e estruturação do campo de desenvolvimento, articuladas por agentes dominantes no Vale do Jequitinhonha, com a chancela do Estado. A representação dessa região, a partir da década de 1960, está ligada à estruturação do campo de desenvolvimento, que, como apontado em Santos e Mattos (2019), passou a expressar a história do Vale do Jequitinhonha, como um discurso performativo ligado à representação da região.

Poucos temas expressam tão bem a história recente do Vale do Jequitinhonha como o desenvolvimento. Ou, para sermos mais exatos, a falta dele. Prova disso é a persistência das ideias de pobreza e atraso que se transformaram na marca da região há mais de 60 anos, quando o Estado identificou no Vale do Jequitinhonha a predominância de problemas típicos de áreas subdesenvolvidas. Como era de se esperar, a questão logo despertou o interesse de empresários e elites estatais ávidos por oportunidades de crescimento, terras e riquezas sub exploradas do interior de Minas Gerais, todos eles munidos de um propalado desejo altruístico de salvação de comunidades relegadas ao esquecimento e condenadas à mais extrema condição de miséria (Santos; Mattos, 2019, p. 155).

²⁸ De acordo com Ribeiro (2014, p. 161) “A alegação do desenvolvimento acerca de sua inevitabilidade não é mais que outra faceta de sua pretensão universalista”. Barbosa (2024) aponta a “inevitabilidade” como um princípio de classificação fundamental no campo analítico dos grandes empreendimentos neoextrativistas.

Há mais de sessenta anos, observa-se uma série de enunciados sobre o Vale do Jequitinhonha. Como analisou Servilha (2012), os “estigmas valorativos” passaram a classificar a região administrativa recém-criada, e a solução apontada como contraponto a esses estigmas passou a ser vinculada ao grande tema do desenvolvimento regional. Seja como vale da miséria, sertão, região esquecida e subdesenvolvida, o horizonte apontado era a criação de possibilidades para o desenvolvimento regional. Assim, como já indicado, apesar das generalidades expressas pelo termo pobreza, o Vale do Jequitinhonha também é associado à ideia de riqueza, configurando um dilema estruturante do campo.

Na corrida pelo desenvolvimento regional, vários agentes sociais se mobilizam, de acordo com a *illusio* específica de cada campo. Entre os campos, o desenvolvimento regional é um tema comum, caracterizando uma homologia estrutural. Desse modo, em nome do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, articularam-se forças de campos diversos como o tecnoburocrático, o político, o agrário e o empresarial. A região é a justificativa para correlação de interesses e lutas por legitimidade de imposição de princípios de dominação dominante, que se assemelha ao que Bourdieu (2013) define como campo do poder.

El campo del poder es un campo de fuerzas definido en su estructura por el estado de la relación de fuerzas entre formas de poder o distintos tipos de capital. Es también, inseparablemente, un campo de luchas por el poder entre portadores de poderes diferentes, un espacio de juegos donde agentes e instituciones que tienen en común poseer una cantidad de capital específico (económico o cultural, especialmente), y suficiente para ocupar posiciones dominantes en el seno de sus respectivos campos, se enfrentan en estrategias destinadas a preservar o a transformar esa relación de fuerzas. Las fuerzas que pueden estar comprometidas en esas luchas y la orientación que se les aplica (conservadora o subversiva) dependen de lo que podemos denominar “tasa de cambio” (o de conversión) establecida entre los diferentes tipos de capital, esto es: de aquello mismo que dichas estrategias pretenden preservar o transformar (en especial mediante la defensa o la crítica de las representaciones de los diferentes tipos de capital y de su legitimidad) (Bourdieu, 2013, p. 369).

Bourdieu (2011) indica que o campo de poder não é um campo como os outros. Por exemplo, ele não pode ser confundido expressamente com o campo político, pois se trata de um espaço de lutas entre agentes com diferentes tipos de capital que podem dominar o campo. Ou seja, o campo político é um campo no campo do poder. Quando os valores dos capitais de dominação estão em desequilíbrio no campo de poder, há uma intensificação das lutas entre os agentes dominantes. Nesse mesmo sentido, Bourdieu (2013) aponta que os capitais são poderes que estão postos nas disputas por dominação.

Esos distintos tipos son en sí mismos lo que está en juego en las luchas que tienen por objetivos, ya no la acumulación – ni siquiera el monopolio de un tipo específico de capital (o de poder), económico, religioso, artístico, etc., como los desenvueltos en el seno de cada campo – sino la determinación del valor y la fuerza relativos de los diferentes poderes capaces de ejercerse en los diferentes campos o, si se prefiere, del poder sobre los diferentes poderes o el capital que confiere en poder sobre el capital (Bourdieu, 2013, p. 370).

No campo do poder, há uma espécie de divisão ou particionamento do poder, que se caracteriza como uma forma de divisão do trabalho de dominação (Bourdieu, 2013), legitimada por estratégias de reprodução que visam manter essa estrutura, principalmente em sua dimensão simbólica. Nesse sentido, o desenvolvimento regional constitui um elemento do discurso regionalista que, ao ser acionado por meio da ideia de contrastes, funciona como um princípio de legitimação da dominação. Apresentado como inevitável, esse princípio torna-se uma forma de dominação dominante desconhecida enquanto tal e, justamente por isso, reconhecida como legítima.

Esta lucha por la imposición del *principio de dominación dominante* que cada vez desemboca em un estado de equilibrio en el reparto de poderes, vale decir, en una *división del trabajo de dominación* (a veces deseada y pensada como tal, y explícitamente negociada), es también una lucha por el *principio legítimo de legitimación* e, inseparablemente, por el modo de reproducción legítimo de los fundamentos de la dominación (Bourdieu, 2013, p. 370).

Os agentes dos campos disputam o interesse pela pretensa melhoria da situação de pobreza do Vale do Jequitinhonha. Na maioria das vezes, é no limite da própria região que está a saída para seus dilemas, por meio de investimentos em grande escala, como por exemplo, os empreendimentos de desenvolvimento mais destacados na agenda pública: monocultura do eucalipto²⁹, hidrelétrica de Irapé³⁰ e mineração³¹. O desenvolvimento funciona como estrutura estruturada e estruturante do campo, que pode ser analisado, de acordo com Ribeiro (2014), como um campo do poder.

Se quisermos ir além de teorias e conceitos reciclados, novas formulações precisam se basear numa crítica do campo maior das atividades de desenvolvimento. Após várias décadas de proeminência do discurso sobre desenvolvimento, não há mais lugar para inocência. Inspirado pelo conhecido argumento de Émile Durkheim [...] segundo o qual a religião é a sociedade adorando a si própria, entendo desenvolvimento como expansão econômica adorando a si mesma. Isso significa que precisamos conhecer o

²⁹ Sobre este tema, ver Calixto e Ribeiro (2007); Leite (2010).

³⁰ Sobre este tema, ver Zucarelli (2006); Santos (2016).

³¹ Sobre este tema, ver Sulzbacher; Fernandes; Almeida (2021).

sistema de crenças que subjaz a essa devoção e as características do campo de poder que a sustenta (Ribeiro, 2014, p. 147).

No sentido apontado acima, em sua análise do desenvolvimento, Ribeiro (2014, p. 159) enfatiza que “para reformas radicais ou menores do desenvolvimento e da cooperação, um conhecimento crítico dos sistemas de valor e da gramática do desenvolvimento é tão crucial quanto expor sua estruturação como um campo do poder.” Assim, compreender o desenvolvimento como campo é um modo de pensar o Vale do Jequitinhonha a partir das lutas pela dominação entre os agentes, que se organizam sobretudo por meio do Estado.

O contexto de estruturação do desenvolvimento como um campo do poder no Vale do Jequitinhonha está ligado ao processo de modernização conservadora da região. Este processo foi marcado por políticas de Estado no contexto das transformações econômicas do país, com destaque para a estratégia desenvolvimentista operacionalizada por agências estatais. Ribeiro (1993) destaca o contexto de transformação da dinâmica econômica da região, desde meados do século XX, sobretudo pela integração do Vale do Jequitinhonha, e regiões vizinhas, no contexto do mercado nacional em expansão.

A integração do Jequitinhonha e áreas vizinhas a um mercado, cujas dimensões se ampliavam continuamente, foi favorecida pelo processo de industrialização e urbanização, ocorridos em outras regiões e pela abertura e melhoria das condições de transporte no Vale e áreas próximas. Esse processo facilitou o acesso a produtos regionais, especialmente o gado, a mercados mais distantes, mas também possibilitou a entrada nos mercados do Jequitinhonha e das regiões vizinhas, com quem este sempre transacionou, de produtos industriais e agrícolas, que concorriam com a produção local (Ribeiro, 1993, p. 54-55).

Nesse contexto, a ideia de desenvolvimento, associada à superação da pobreza, foi mobilizada para contrapor predicados negativos atribuídos à região a partir de um olhar “de fora”, de acordo com Ribeiro (2014), “*outsiders*”, bem como de grupos políticos locais e também de agentes do campo técnico que caracterizavam o Vale do Jequitinhonha sobretudo pela pressuposta carência e contrastes, reforçando uma imagem associada à pobreza, ao atraso e a miséria³². Foram os interesses econômicos presentes na região que determinaram as estratégias utilizadas para subsidiar projetos específicos, como a

³² A associação de uma região com atributos negativos por parte de lideranças internas não é característica apenas do Vale do Jequitinhonha. Pereira (2007), ao analisar a realidade do Norte de Minas, aponta os interesses das elites regionais, em determinado momento, com a associação da região com atributos que antes eram vinculados à ideia de Nordeste, como a seca, a miséria e a pobreza. No caso do Norte de Minas, havia o interesse para integração à área da Sudene; no caso do Vale do Jequitinhonha, o interesse, no início da década de 1960, era a criação da Codevale, e também a ampliação da própria Sudene para municípios do vale do rio Jequitinhonha.

monocultura do eucalipto, a construção da hidrelétrica de Irapé e, mais recentemente, a mineração do lítio

O que é notório é justamente a permanência da necessidade do desenvolvimento regional. Nesse sentido, uma questão importante é verificar como os agentes dominantes, no campo, jogam esse jogo. Com isso, não se procura analisar de forma pormenorizada se ocorre ou não o pretenso desenvolvimento (ou para quem ele ocorre), pois ele também se sustenta por enunciados performativos. Como estamos analisando, a partir da perspectiva de campo do poder, antes do desenvolvimento em suas práticas, é preciso demonstrar a estruturação dos campos que mantém inabalável essa promessa.

Assim, quando se fala no desenvolvimento por meio da mineração de lítio, como será abordado no quarto capítulo, há uma estrutura, estruturada e estruturante do desenvolvimento como campo do poder. Os enunciados performativos sobre a região são acionados mais uma vez, sendo os interesses mobilizados na medida do *habitus* de cada agente. Por detrás deste campo do poder está o metacampo que organiza todas as lutas – o Estado. A grande disputa é por sua dominação.

CAPÍTULO 2

ESTRUTURAÇÃO DO DISCURSO REGIONALISTA NO CAMPO DO PODER

2.1 Regionalismo e desenvolvimento

No Brasil, entre os anos de 1930 e 1980, o Estado orientou uma série de medidas voltadas à intervenção na economia, sobretudo por meio de planos destinados a alavancar o crescimento econômico e superar o que era apresentado como subdesenvolvimento. O período foi marcado pela centralidade da industrialização, pelo fortalecimento do intervencionismo estatal e pela defesa do nacionalismo como eixo estratégico do desenvolvimento.

Nesse quadro, o crescimento econômico se consolidou como objetivo das ações de desenvolvimento organizadas ao longo do período, o que levou grande parte dos estudos e pesquisas a se concentrarem nas formas e estratégias de intervenção estatal consideradas promotoras dessa expansão. Neste trabalho, para entendermos o contexto do Vale do Jequitinhonha, o objetivo é apontar que a região, enquanto espaço não plenamente integrado às políticas do período, também passará a ser compreendida a partir da ideia de crescimento e melhoria econômica, em contraposição às representações de carência e aos contrastes que a definiam como região-problema.

A classificação do Vale do Jequitinhonha como região-problema³³ não constitui fenômeno isolado na história do planejamento Estatal brasileiro, contudo, o que se destaca neste caso é a institucionalização duradoura dessa caracterização, por meio de atos de Estado, que consolidaram uma gramática classificatória persistente. Dessa maneira, a solução também se tornou estrutural, ou seja, o desenvolvimento torna-se uma espécie de solução permanente.

³³ No contexto do planejamento estatal desenvolvimentista, especialmente entre as décadas de 1960 e 1980, os documentos de planejamento, como os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), o Programa de Integração Nacional, o Plano Diretor para o Desenvolvimento do Nordeste etc, classificam regiões como o Nordeste, a Amazônia, o Norte de Minas Gerais entre outras, com designações que denotam, em alguma medida, a ideia de falta, isolamento, atraso, pobreza, desequilíbrio. Essas designações estavam ligadas, de acordo com os documentos oficiais, à baixa integração ao mercado nacional ou à necessidade estratégica de ocupação territorial.

Ao analisar diferentes tentativas de conceituação do desenvolvimentismo, observa-se que parte significativa da literatura, como destaca Fonseca (2014), identifica a existência de um “núcleo comum principal” para caracterizar o período, estruturado em torno de três elementos centrais: o projeto nacional, o intervencionismo estatal e a industrialização.

1) A existência de um projeto deliberado ou estratégia tendo como objeto a nação e seu futuro. Esta pode ser associada, com certa licenciosidade, a projeto nacional, desde que não se entenda por isso repulsa ao capital estrangeiro nem rompimento com a ordem internacional, mas simplesmente a nação como epicentro e destinatária do projeto. 2) A intervenção consciente e determinada do Estado com o propósito de viabilizar o projeto, o que supõe atores aptos e capazes para executá-lo no aparelho do Estado e com respaldo social e político de segmentos e classes no conjunto da sociedade. 3) A industrialização, como caminho para acelerar o crescimento econômico, a produtividade e a difusão do progresso técnico, inclusive para o setor primário (Fonseca, 2014, p. 41).

De acordo com Pereira (2011), o desenvolvimentismo se sustentava em um conjunto de princípios centrais que orientavam a ação estatal. Entre tais princípios se destacava a compreensão da industrialização como condição fundamental para o enfrentamento da pobreza e do subdesenvolvimento. Nesse sentido, a dinâmica de mercado, por si só, não seria capaz de promover o processo de industrialização, tornando indispensável a intervenção do Estado.

Além disso, o planejamento assumia papel estratégico na definição da expansão dos setores econômicos e dos instrumentos necessários à sua execução, ao passo que a atuação direta do Estado na economia era considerada positiva e estratégica. Dessa maneira, o desenvolvimentismo é compreendido como uma formulação de Estado, que ao procurar o crescimento da economia investindo na produção e produtividade, apostava na via da industrialização (Fonseca, 2014).

Bresser-Pereira (2006), ao analisar o desenvolvimentismo como uma estratégia histórica de desenvolvimento, destaca seu papel central nas experiências latino-americanas voltadas à redução da distância estrutural que separava essas economias do centro capitalista. Ou seja, há uma dinâmica política e institucional de Estado como agente central na articulação entre crescimento econômico, soberania nacional e transformação estrutural.

Nessa perspectiva, o desenvolvimentismo emerge como resposta às limitações da inserção do Brasil na economia internacional. Assim, a estratégia desenvolvimentista pressupõe a coordenação deliberada da ação Estatal, a formulação de políticas industriais e

macroeconômicas e a construção de capacidades produtivas internas, orientadas por um projeto nacional de desenvolvimento.

O desenvolvimentismo não era uma teoria econômica, mas uma estratégia nacional de desenvolvimento. Usava as teorias econômicas disponíveis para formular, para cada país em desenvolvimento da periferia capitalista, a estratégia que permitisse alcançar gradualmente o nível de desenvolvimento dos países centrais. [...] desenvolvimentismo foi o nome que recebeu a estratégia nacional dos países dependentes, que só desencadearam sua industrialização a partir da década de 1930, ou então depois da Segunda Guerra Mundial. Seu desenvolvimentismo era nacionalista porque, para se industrializarem, os países precisavam formar seu Estado nacional. O nacionalismo presente no desenvolvimentismo era a ideologia da formação do Estado nacional: era a afirmação de que, para se desenvolverem, os países precisam definir eles próprios suas políticas e suas instituições, sua estratégia nacional de desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2006, p. 6-7).

A formulação da estratégia desenvolvimentista no Brasil estava no contexto de proposições marcadas pela emergência de interpretações críticas sobre o subdesenvolvimento latino-americano. Nesse cenário, o subdesenvolvimento passou a ser compreendido não como uma etapa transitória, mas como resultado de uma inserção assimétrica na economia internacional, estruturada pela relação entre “centro” e “periferia”, conforme proposto por Prebisch (1949)³⁴, desde final da década de 1940. As reflexões produzidas no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) desempenharam papel decisivo nesse processo, ao oferecer um arcabouço teórico que orientou as discussões sobre o desenvolvimentismo na América Latina.

No desdobramento do debate desenvolvimentista no Brasil, ganha relevo a preocupação com a chamada questão regional (Cano, 2007), especialmente no que se refere à incorporação de áreas interioranas ao projeto nacional de desenvolvimento. Regiões que permaneceram à margem dos núcleos mais dinâmicos de industrialização e modernização passaram a ser identificadas como espaços que demandavam intervenção

³⁴ A formulação de Prebisch (1949) sobre “centro e periferia” se refere ao contexto macroeconômico entre os países da América Latina, considerados subdesenvolvidos, e os países desenvolvidos. Referindo-se a esse contexto, Prebisch (1949, p. 48) percebeu que “as grandes vantagens do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia em medida comparável ao que lograram desfrutar as populações dos grandes países.” Em relação ao processo de formação da relação “centro-periferia”, de acordo com Pereira (2011, p. 2011) ele “se realiza em três etapas. Na primeira, se constitui o que hoje se conhece por ‘centro’, ou seja, a formação do núcleo industrial inicial resultante da interação de fatores econômicos e políticos ligados à história europeia. Na segunda, ocorre a ocupação de territórios de clima temperado por europeus, como nos Estados Unidos da América, o que se constitui numa fase de expansão do núcleo industrial inicial. Na terceira, se consolida um sistema de divisão internacional de trabalho em que os países da periferia desse núcleo são levados a se especializar (como fornecedores de alimentos e matérias-primas) para ter acesso às mercadorias do centro (bens manufaturados).”

específica, o que levou à criação de agências e instrumentos próprios de planejamento, legitimados pela retórica do desenvolvimento.

Sob essa perspectiva, as assimetrias territoriais não aparecem como fenômenos externos ao processo industrial, mas como produtos da própria dinâmica de concentração de investimentos, tal como observa Dulci (1999).

O desequilíbrio entre regiões emerge como *questão* quando uma economia nacional transita para a fase industrial. Essa transição consiste tipicamente na concentração de investimentos industriais em uma dada área, desenhando-se então a situação descrita pelo modelo de centro-periferias: “Uma região central poderosa reduz o resto do espaço econômico ao papel de área tributária que é drenada de seus recursos, mão-de-obra e capital.” De acordo com essa descrição, estabelece-se, em termos espaciais, uma estrutura dual que adquirirá eventualmente o cunho de grave problema político no plano nacional (Dulci, 1999, p. 18).

Retomando a análise de Ribeiro (1993), observa-se que a integração da região ao mercado nacional em expansão foi viabilizada pela industrialização e urbanização de outras áreas do país, o que levou, por exemplo, ao investimento na melhoria das condições de transporte em algumas áreas do Vale do Jequitinhonha, reconfigurando a dinâmica econômica regional. Esse movimento, ao mesmo tempo em que ampliou o escoamento de produtos locais, intensificou a concorrência com bens industriais e agrícolas externos. Assim, a integração promovida nesse processo produziu uma inserção assimétrica de localidades da região em um mercado mais amplo.

A atuação de agências estaduais e federais, a ampliação da infraestrutura de transporte e energia e a implementação de programas voltados à modernização agrária inseriram o Vale do Jequitinhonha na dinâmica nacional de desenvolvimento, redefinindo sua posição na divisão territorial do trabalho (Leite, 2015). Assim, o desenvolvimentismo representou, para o vale, tanto sua institucionalização como região, objeto de políticas públicas, quanto sua integração subordinada ao projeto nacional de crescimento econômico.

O período desenvolvimentista brasileiro, em outro foco, que é importante para o que propomos na presente discussão, pode ser compreendido em suas bases políticas e simbólicas, o que fortalece o regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Ao assumir o desenvolvimento como busca constante, o Estado não apenas indica estratégias econômicas, mas também reorganiza a forma como a representação é percebida e nomeada. Ou seja, as regiões apresentadas como de menor dinamismo econômico são

identificadas como espaços prioritários de intervenção, inseridas no discurso político e técnico que as associa com uma diversidade de classificações valorativas.

O regionalismo do Vale do Jequitinhonha, nesse quadro, não é apenas expressão de uma identidade regional naturalizada, mas é resultado de um processo de institucionalização conduzido no contexto do Estado desenvolvimentista. A criação de agências, como a Codevale e a FJP, e a produção sistemática de diagnósticos técnicos operaram como mecanismos de validação simbólica da região. Trata-se de um processo pelo qual o Estado exerce o poder de nomeação, isto é, a capacidade de fazer existir socialmente aquilo que nomeia, ao mesmo tempo em que define seus problemas e também as intervenções, que, no caso do Vale do Jequitinhonha, estão vinculadas a iniciativas desenvolvimentistas.

Dessa forma, o período desenvolvimentista pode ser interpretado como um momento privilegiado de expansão do poder simbólico e material do Estado³⁵ a partir de determinadas representações, como o Vale do Jequitinhonha. Ao articular planejamento, discurso técnico e intervenção econômica, o Estado produziu classificações que diziam como essas regiões eram diagnosticadas, governadas e reivindicadas, configurando um pensamento de Estado (Bourdieu, 2014). O regionalismo do Vale do Jequitinhonha ao explicitar sobre a inserção da região no projeto nacional de desenvolvimento, incorpora uma visão que se apresenta como legítima, naturalizando contrastes regionais e redefinindo as formas de intervenção estatal por meio de empreendimentos apresentados como salvação regional.

2.1.1 O discurso regionalista na instituição da região

O regionalismo do Vale do Jequitinhonha ganhou centralidade com a criação da Codevale. Com sua instituição, a região passou a ser formalmente definida e representada por um regionalismo que se consolidou a partir de meados do século XX. Essa autarquia organizou uma agenda política³⁶ de interesses de segmentos de elites que, de forma ordenada, vinham

³⁵ Que se define pela posse do monopólio da violência física e simbólica legítima (Bourdieu, 2014).

³⁶ Agenda política refere-se aos processos pelos quais os agentes políticos se apropriam de uma questão para construírem programas de ação. A inserção de um problema na agenda é o produto, ocasional, do *campo de forças* que se constrói ao redor dele (Muller, 2018).

propondo medidas de intervenção regional baseadas em propostas de desenvolvimento, tendo como recorte simbólico e geográfico a bacia do rio Jequitinhonha³⁷.

Sem desviar o foco do objeto de pesquisa, mas buscando contribuições em pesquisas já consolidadas, é importante destacar que existem estudos já realizados sobre o regionalismo do Nordeste, como apontou Pereira (2009), que são indicações para análise de outras localidades. Esse autor ainda apresenta quatro importantes fontes para reflexão sobre o regionalismo (no caso do Nordeste), que podem subsidiar a análise aqui proposta sobre o Vale do Jequitinhonha, sendo elas:

a) o enfoque cepalino, predominante nos anos 1950 sob a influência intelectual e política de Celso Furtado, b) a visão marxista hegemônica nos anos 1970 e 1980, tendo como principal nome Francisco de Oliveira, c) uma visão “neomarxista”, integrada, por exemplo, por Iná Elias de Castro e d) a visão culturalista, que tem, na obra de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, um dos seus principais representantes (Pereira, 2009, p. 118).

Das indicações apontadas acima, e considerando a abordagem aqui proposta, destacaremos elementos da obra de Castro (2021) e Albuquerque Junior (2011). Como já mencionado, também recorremos como fonte importante de análise sobre a região, o texto de Bourdieu (2021a), de maneira mais específica o capítulo *A identidade e a representação – elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região*. Nesse texto, como discutido no primeiro capítulo, o autor apresenta a região como uma representação, a qual as lutas pelo poder de di-visão e classificação são determinantes para a formação da identidade regional. Desse modo, além dos aspectos políticos vinculados à emergência da região, entende-se também como determinante os aspectos simbólicos.

Para Castro (2021), em sua análise sobre o regionalismo nordestino, é necessário compreender a região como território político e, nesse sentido, como território de interesses. Sendo assim:

há que se superar algumas proposições consagradas pelo uso, como a de trabalhar intelectualmente a Região Nordeste como se essa fosse uma questão. Na realidade, a questão está na forma de exercício do poder político de suas elites, sendo o espaço regional nordestino organizado como suporte a esse poder. Assim, a questão Nordestina é uma falsa questão e deve ser deslocada da região

³⁷ Como apresentado em Santos (2018), a delimitação específica da região Vale do Jequitinhonha para fins de planejamento regional somente se efetivou com a criação da Codevale, uma vez que, em período anterior, a região estava considerada como parte do Norte ou Nordeste de Minas Gerais. O IBGE apresentou um recorte de zonas fisiográficas em 1941 no qual aparece uma divisão regional referenciando o Alto Jequitinhonha, o Médio Jequitinhonha e o Baixo Jequitinhonha, no entanto, a regionalização da Codevale apresentou um recorte homogêneo político-administrativo para fins de planejamento.

para o espaço político historicamente ocupado por suas elites. Nesse ponto estabelecemos que aceitar o Nordeste como questão é legitimar o discurso da elite regional, e, portanto, significativo da vitória de sua estratégia ideológica. [...], trata-se de identificar o regionalismo nordestino como uma construção intelectual de suas elites conservadoras (Castro, 2021, p. 29-30).

A partir dos apontamentos acima, surge uma questão fundamental à discussão aqui proposta: a aceitação do Vale do Jequitinhonha como uma questão não legitima os discursos criados, pelas elites atuantes no campo do poder, para sua emergência? O pressuposto aqui discutido é afirmativo ao questionamento. Isso contribui para explicar a permanência continuada do discurso regionalista do Vale do Jequitinhonha. Nesse cenário, os agentes do campo do poder recorrem reiteradamente a um mesmo repertório discursivo, tanto para conferir legitimidade aos projetos de desenvolvimento quanto para manter suas posições no campo.

O regionalismo aqui discutido é entendido, sobretudo, a partir de dois interesses fundamentais: o político e o simbólico. Em relação ao primeiro, como apontou Castro (2021):

Este deve ser entendido como uma mobilização política de grupos dominantes numa região em defesa de interesses específicos frente a outros grupos dominantes de outras regiões ou do próprio Estado. O regionalismo, portanto, é um conceito eminentemente político, vinculado, porém, aos interesses territoriais (Castro, 2021, p. 48).

Quanto ao interesse simbólico, destaca-se a análise de Bourdieu (2021a), sendo uma estratégia ortodoxa dos agentes dominantes, sobretudo no campo político e técnico.

O regionalismo (ou o nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes estão envolvidos quer individualmente e em estado de dispersão, quer colectivamente e em estado de organização, e em que estão em jogo a conservação ou a transformação das relações de força simbólica e das vantagens correlativas, tanto económicas como simbólicas; ou, se se prefere, a conservação ou a transformação das leis de formação dos preços materiais ou simbólicos ligados às manifestações simbólicas (objectivas ou intencionais) da identidade social (Bourdieu, 2021a, p. 125).

De acordo com Castro (2021), fazem parte do regionalismo, tanto a identificação como a coesão interna, voltadas a preservação e aquisição de vantagens, principalmente quando relacionadas à competição externa. Desse modo, o que é apresentado como de interesse da região tende a ser determinado pelas elites que, neste estudo, são entendidas como agentes dominantes dos campos analisados. A replicação das mesmas fórmulas e

textos performativos sobre o Vale do Jequitinhonha foi determinante na construção social da imagem regional utilizada no discurso regionalista.

Outro estudo importante para compreensão do regionalismo é o de Albuquerque Júnior (2011). O autor parte da análise da repetição regular de determinados enunciados, tidos como definidores do caráter da região e do seu povo, para compreender a “invenção” do Nordeste. Sua formulação é relevante para este trabalho, pois indica que o regionalismo antecede e, ao mesmo tempo, contribui para a própria criação da região.

O regionalismo nasce estreitamente ligado ao nacionalismo, porque sempre caminharam juntos, como condições de possibilidade um do outro. A questão da nação no Brasil, desde que emerge no século XIX, está atravessada de regionalismos, que antecedem e criam as regiões, ao contrário do que comumente se pensa (Albuquerque Júnior, 2011, p. 342-343).

Pereira (2007) chega à conclusão semelhante ao estudar o regionalismo político norte-mineiro da segunda metade do século XX, para o qual o “regionalismo é o elemento fundador das regiões.” Assim, o regionalismo é anterior à região representada. No caso do Vale do Jequitinhonha, a Codevale teve um papel importante na institucionalização da região que já estava presente nos discursos regionalistas.

Alguns exemplos da amplitude do interesse sobre a região emergente do Vale do Jequitinhonha são observados em propostas, tanto do executivo estadual como federal, bem como de diversos parlamentares nos anos que antecederam a criação da Codevale. Cita-se entre eles, o interesse do Presidente Juscelino Kubitschek nos “estudos” da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, como expresso no decreto nº 47.788, de 10 de fevereiro de 1960 (Brasil, 1960). Este decreto constituiu um Grupo de Trabalho para estudar a situação econômica da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha e propôs as medidas necessárias ao seu desenvolvimento.

Nas considerações do decreto ficam expressas as intenções ao desenvolvimento da região circunscrita pela bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, atendendo a interesses do desenvolvimento nacional:

CONSIDERANDO a situação de subdesenvolvimento em que se encontra a região da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais; CONSIDERANDO que a valorização econômica daquela área é indispensável para corrigir o desequilíbrio que apresenta o desenvolvimento econômico do País; CONSIDERANDO que o Governo se acha empenhado em acelerar, por todos os meios, o desenvolvimento econômico do País, através de medidas e iniciativas que importem na valorização crescente e efetiva de todas as áreas que compõem o território nacional, [...] Fica constituído junto ao Conselho

do Desenvolvimento um Grupo de Trabalho incumbido de realizar os estudos necessários a acelerar o desenvolvimento econômico da região compreendida pela Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha, nos Estados da Bahia e de Minas Gerais (Brasil, 1960, p. 255).

Na mesma linha do decreto do executivo federal, cita-se o interesse do governo estadual e de parlamentares na inserção de municípios da bacia do rio Jequitinhonha em uma regionalização específica. Bias Fortes, governador de Minas Gerais, criou um Grupo de Trabalho para estudar e apresentar possibilidades de resolução de problemas de pecuária na parte nordeste do estado. Esse grupo produziu, em 1960, um estudo sobre o Médio Jequitinhonha, que descreve uma série de problemas socioeconômicos da região, que mais à frente foi utilizado como subsídio para justificar a criação da Codevale.

Sincronizando as suas atividades com as dos elementos destacados para elaboração da Carta do Solo, encontra-se no nordeste de Minas o Grupo de Trabalho da Pecuária, por nós constituído e armado de recursos próprios para estudar as causas das epizootias que irromperam naquela região, com profunda repercussão na economia do Estado. Acometido por graves moléstias os rebanhos dos vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha, foram convocados veterinários, agrônomos, sociólogos e economistas, que, em equipe, terão a seu cargo as medidas conjunturais e estruturais destinadas à extinção do flagelo (Minas Gerais, 1958, p. 18).

Apesar da visibilidade regional ter recaído posteriormente somente ao Vale do Jequitinhonha, o Grupo de Trabalho para Pecuária foi proposto para três áreas das respectivas bacias hidrográficas dos rios: Doce, Mucuri e Jequitinhonha, como o próprio governador Bias Fortes relatou em mensagem enviada à Assembleia Legislativa, tanto em 1958 quanto em 1959.

Atendendo aos apelos dos pecuaristas das regiões dos Vales dos Rios Jequitinhonha, Mucuri e Doce, que reclamavam medidas especiais do Governo do Estado com relação a epizootias que ali dizimavam os rebanhos bovinos, determinamos, através do Decreto n.º 5.353, de 13 novembro de 1957, a criação do Grupo de Trabalho para a Pecuária (Minas Gerais, 1959, p. 105).

Apesar de a equipe do Grupo de Trabalho ter um caráter interdisciplinar, nota-se a existência de um interesse direcionado, de um grupo específico, para uma área igualmente específica. Assim, chama a atenção justamente a mudança de foco de parte da equipe nomeada para o Grupo de Trabalho, como se observa no seguinte relato do governador Bias Fortes.

Com a finalidade de promover pesquisas, levantamentos e estudos psico-sociais, percorreu a região uma equipe de sociologistas, que focalizou e analisou a realidade e os problemas sociais do nordeste mineiro, dentro de suas perspectivas de estruturas estabelecidas, de mudança operada ou em operação, utilizando, para tanto, métodos que permitissem o mais amplo conhecimento dos municípios percorridos. Composta de geógrafos, botânico e engenheiro, outra equipe se ocupou dos problemas de geografia econômica, executando, ao lado de estudos de exposição, descrição e crítica, a elaboração de mapas que mostram as singularidades geo-econômicas de 14 municípios compreendidos no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, 1959, p. 108, grifo nosso).

O Deputado Murilo Badaró cita, em sua justificativa do projeto de emenda constitucional que constituiu a Codevale, a existência do Grupo de Trabalho para a pecuária.

A importância relativamente pequena do Vale do Jequitinhonha na formação política, econômica e social do Estado tem sido realmente ressaltada por todos que se dedicam ao problema. No entanto, ninguém se aventurou a programar, com os fundamentos precisos, um plano de recuperação do Vale com exceção feita ao grupo de trabalho para a pecuária, criado ainda, no Governo Bias Fortes, do qual era presidente o Sr. Fidelcino Viana, então presidente da CASEMG. Mesmo assim, esse trabalho ficou somente no papel, não havendo mesmo nenhum indício de sua realização até o momento, visando a eliminar os possíveis danos causados pela crise pecuária, desde o ano de 1957, cujo reflexo ainda permanece profundamente arraigado no principal produto da economia da região (Badaró, 1984, p. 213).

Em visita à cidade de Teófilo Otoni, no ano de 1963, o governador de Minas Gerais, José Magalhães Pinto anunciou a criação de uma comissão interna do governo de valorização dos vales do Mucuri e Jequitinhonha. Com o título de "política da presença", em mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado, o governador já indica uma ideia homogeneizante do Vale do Jequitinhonha.

Visitamos Teófilo Otoni, a 23 de agosto, para a inauguração da II Exposição Agropecuária do Vale do Mucuri. Assinamos na ocasião os seguintes decretos: designando os Srs. Almir Ribeiro Tavares (DER), Paulo Mafra (CEMIG), Júlio Barbosa (CODEMIG), Augusto Pôrto (Secretaria da Agricultura), Geraldo de Azevedo Coutinho (DEE), Felisberto Neves (Secretaria de Viação), Getúlio Vargas Barbosa (DG), Mário Babelo (CAMIG), Tabajara Pedroso (Secretaria da Educação), José Guimarães (Secretaria do Interior), José Otoni Soriano de Souza (Secretaria da Saúde e Assistência), Mário Ubaldino Pereira (Secretaria das Finanças) e Roberto Teixeira Campos (CASEMG), para constituírem a comissão de valorização dos vales do Mucuri e Jequitinhonha (Minas Gerais, 1963, p. 235-236).

Ainda que a criação da Codevale tenha, na referência política de Murilo Badaró, seu principal expoente, o interesse na visibilidade do Vale do Jequitinhonha é comum ao campo político, uma vez que além dos ganhos efetivamente eleitorais com o discurso e

defesa de uma região, os agentes políticos têm ligações estreitas com agentes de outros campos, como o agrário, o técnico e o empresarial. Nessa perspectiva, a articulação do discurso regionalista atendia e, como será apresentado no caso da mineração do lítio, ainda atende aos interesses dos agentes dominantes do campo do poder. Sendo assim, o regionalismo pode assumir diversas estratégias, aspecto ressaltado por Lencioni (2003):

A ideia de região serve facilmente como manipulação política. Por exemplo, o discurso político pode mistificar e utilizar a ideia de região como instrumento de manipulação social. Quem não conhece um político que busca sensibilizar eleitores por meio de apelos ao regionalismo? Um político que disputa recursos orçamentários em nome da defesa de interesses regionais? O apelo ao regionalismo pode, assim servir como uma estratégia para criar uma identidade entre o político e seus eleitores. Tal identidade é fundada na ideia de que por serem todos de um mesmo lugar haveria o mesmo interesse, e as necessidades e projetos não dependeriam da posição social ou inserção de cada um na sociedade (Lencioni, 2003, p. 20).

Aproximando da região aqui pesquisada, encontra-se em Pereira (2007) um importante estudo sobre o regionalismo do Norte de Minas Gerais, que também serve de subsídio à abordagem do regionalismo no Vale do Jequitinhonha. No referido estudo, o autor indica que, no caso do Norte de Minas, foi construída, na segunda metade do século XX, uma ideologia regionalista, tendo como agentes as elites regionais. Tal ideologia servia para diversas finalidades, como por exemplo, para que as elites solicitassem do Estado um tratamento diferenciado em suas reivindicações, utilizando o discurso das carências regionais.

Dinâmica semelhante pode ser observada na emergência do Vale do Jequitinhonha como região. Na década de 1960, por exemplo, vários foram os deputados que discursaram na tribuna para referenciar o Vale do Jequitinhonha por meio adjetivos negativos (carências regionais). Para citar alguns exemplos segue parte do discurso do deputado Levy Tavares (MDB-SP) pronunciado em abril de 1967:

Sr. Presidente, situado no nordeste de Minas Gerais existe uma região denominada Vale do Jequitinhonha, composta de 52 municípios, com uma área de 71.552 quilômetros quadrados e com uma população de 715 mil pessoas. **Nessa região, onde o povo vive voltado às atividades primárias da lavoura, pecuária e artesanato, a média de vida é de menos de 30 anos.** Assolam o Vale, **em toda a extensão dos seus municípios**, surtos de doenças endêmicas, principalmente a esquistossomose e o Mal de Chagas que atacam 98% da população. Segundo estimativas, **em cada família há, pelo menos, um condenado à morte** por esses males (Diário do Congresso Nacional, 1967, p. 1377, grifos nossos).

O parlamentar tem como referência os dados sistematizados pela Codevale. Inicialmente ele ressalta as características vinculadas à pobreza, sendo apresentada uma região com profundas dificuldades, com modos de vida arcaicos e um fatalismo relacionado a existência de um percentual elevado de doenças. Essa caracterização abre espaço para a construção do contraponto da riqueza, como é possível perceber na sequência, com a indicação de que a “região tem o maior potencial mineral de Minas Gerais, um rebanho bovino de 1.600 mil cabeças, um rebanho suíno de 650 cabeças e um potencial hidrelétrico incalculável, podendo vir a ser o melhor mercado de trabalho da região (Diário do Congresso Nacional, 1967, p. 1377).”

Assim, a forma de discursar pelos contrastes deixa sempre uma crença sobre o Vale do Jequitinhonha e seu futuro. Pobreza e riqueza são elementos de organização do discurso parlamentar que serve para validar a região nas reivindicações que apostam em potencialidades regionais. Para isso, no entanto, as carências e desigualdades, ligadas a uma visão pejorativa da região são utilizadas nos arranjos discursivos e institucionais do debate público sobre o Vale do Jequitinhonha.

Apesar da apresentação dos potenciais, sobretudo energéticos da região, o que Levy Tavares (MDB-SP) reforça é a falta. O Vale do Jequitinhonha é o lugar onde não existe os elementos esperados que indicam qualidade de vida. Resta a luta pela sobrevivência.

Mas, lá nessa terra, que parece tão longínqua, mas que não o é onde não chegam as providências oficiais de assistência, a luta pela sobrevivência é muito desigual. Além da fome existe a doença e a desassistência num tão alto grau que conferem a região uma taxa de mortalidade fantástica e uma média de vida espantosamente baixa. [...] Também não há, no Vale do Jequitinhonha, saneamento básico nem água nem esgoto – e os métodos de higiene são os mais rudimentares com a utilização de águas poluídas e infestadas com esquistossoma, recolhidas nas fossas. [...] Não há assistência humana. Há somente o problema da sobrevivência e a morte prematura antes da década dos trinta (Diário do Congresso Nacional, 1967, p. 1377).

Outro discurso na mesma linha do apresentado acima é do deputado Teófilo Pires (ARENA-MG), pronunciado no ano de 1969, no qual comenta uma reunião de prefeitos do Conselho Diretor dos Municípios do Vale do Jequitinhonha, realizada na cidade de Capelinha (MG). Este deputado se colocava como representante do Norte de Minas Gerais, pois fez

carreira política com base no município de Montes Claros (MG). Nesse sentido, possivelmente seus interesses estavam próximos aos agentes políticos do Vale do Jequitinhonha³⁸.

Sr. Presidente, quero destacar, como o fez o “Jornal do Brasil” do último dia 19, os problemas relacionados com a saúde, quais sejam: o saneamento básico, a erradicação da doença de Chagas e da esquistossomose, cuja incidência regional é das maiores do mundo. Os prefeitos daquela região, Senhor Presidente, estão imbuídos de uma noção exata: sem que seja realizado o saneamento básico, pouca coisa ou nada se obterá em matéria de desenvolvimento regional. E, infelizmente, até aqui esse saneamento básico tem estado quase à margem das cogitações oficiais. [...] não compreendemos como deixar que milhões de brasileiros continuem à margem da civilização, sem qualquer assistência do Poder Público (Diário do Congresso Nacional, 1969, p. 37).

A Figura 2, com reportagem do Jornal do Brasil, é a que o deputado Teófilo Pires (ARENA-MG) faz referência. Nota-se que os dados informados pelo deputado, particularmente relacionados à saúde serão constantemente repetidos, tanto nos diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha, como nos discursos parlamentares, com destaque para a doença de chagas e a esquistossomose. O desenvolvimento (ou progresso) da região estaria condicionado à resolução dos problemas apresentados (obstáculos).

Figura 3. Reportagem sobre a IV Reunião do Conselho Diretor dos Municípios do Vale do Jequitinhonha



Fonte: (Jornal do Brasil, 1969, p. 25).

³⁸ Como apresentado em Pereira (2015), o deputado Teófilo Pires era entusiasta do movimento de separação do norte, noroeste, vale do Jequitinhonha e sul da Bahia para criação do Estado de Cabralia.

No período dos discursos parlamentares apresentados e da reportagem, a Codevale já havia sido criada com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Tanto o discurso da pobreza regional quanto o contraponto de uma riqueza ainda não explorada alinha-se às abordagens predominantes que os técnicos da autarquia vinham apresentando nos diagnósticos sobre a região. No campo político e técnico, percebe-se um alinhamento no discurso sobre os problemas enfrentados na região, bem como a existência de uma propalada potencialidade econômica que deveria ser explorada por meio do aproveitamento energético e mineral.

Com a regionalização proposta pela Codevale, o discurso regionalista passa a se estruturar pela dicotomia pobreza e riqueza, sempre mostrando um Vale do Jequitinhonha pelo foco das múltiplas carências, entendidas como entraves ao progresso ou ao desenvolvimento das potencialidades regionais. Dessa forma, o discurso regionalista foi central para a própria instituição do Vale do Jequitinhonha enquanto região.

Assim, considera-se a representação do Vale do Jequitinhonha uma construção política e simbólica, produzida por agentes situados em posições dominantes no campo do poder, com destaque para o político e técnico. A atuação da Codevale aparece, nesse processo, como momento de institucionalização de um regionalismo que ganhou força nos discursos, diagnósticos e projetos estatais. Esse processo evidencia que o regionalismo antecede e a (re)produz a região, operando como estratégia de poder que organiza interesses, hierarquias e sentidos socialmente legitimados.

Nesse movimento, a apropriação reiterada de determinados enunciados, especialmente aqueles associados às carências estruturais, à pobreza, e a situação de doenças, como apresentado nos discursos parlamentares e reportagem citada nessa seção, desempenhou papel importante na construção de uma imagem regional homogênea e de contrastes. A repetição performativa desses discursos, tanto no campo político quanto no técnico, contribuía para naturalizar uma representação do Vale do Jequitinhonha como “problema regional”, ao mesmo tempo em que reforçava a ideia de pretensa existência de riquezas a serem exploradas.

A produção de sentidos a partir da ideia de Vale do Jequitinhonha e seus contrastes, é estratégica, sobretudo como elemento de coesão simbólica e de justificação política, legitimando projetos de intervenção estatal e consolidando posições no campo do poder. Como aponta Bourdieu (2021a), trata-se de uma luta simbólica pela imposição de uma visão legítima da realidade social, na qual o poder de nomear e classificar se converte em vantagem no campo do poder.

Dessa forma, a análise do discurso regionalista do Vale do Jequitinhonha permite compreender como a região foi sendo instituída a partir de uma convergência entre interesses políticos e simbólicos, sustentada por grupos dominantes que se apresentavam como porta-vozes legítimos de uma coletividade regional personalizada pelo Vale do Jequitinhonha. Assim, o regionalismo é utilizado como uma estratégia de dominação simbólica, cuja eficácia reside justamente na naturalização de suas categorias e na ampla circulação de seus enunciados, moldando a forma como a região é representada.

2.2 Codevale: representação e regionalização

A Codevale foi uma autarquia do estado de Minas Gerais criada em 1964 por iniciativa do deputado estadual Murilo Badaró³⁹. O objetivo principal da instituição era elaborar documentos e incentivar práticas voltadas ao desenvolvimento regional nos limites da região administrativa denominada como Vale do Jequitinhonha. Como apontado em Santos (2018), a delimitação específica do Vale do Jequitinhonha para fins de planejamento regional, somente se efetivou com a criação da Codevale, uma vez que, em período anterior, a região estava considerada como parte do norte ou nordeste de Minas Gerais.

Fica o Governo do Estado de Minas Gerais obrigado, a partir da promulgação desta Lei Constitucional, a constituir a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha – CODEVALE – destinada a elaborar e a executar, pelo prazo de vinte anos, o plano de desenvolvimento sócio-econômico do Vale do Jequitinhonha Mineiro. O Governo do Estado aplicará, anualmente, quantia nunca inferior a 0,5% (meio por cento) da arrecadação estadual para a execução deste objetivo. Os recursos a que se refere o parágrafo anterior serão arrecadados pelos coletores estaduais, que recolherão no prazo de dez dias, o seu produto mensal, à ordem da Comissão do Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, em estabelecimento de crédito oficial, por esta indicado, sob pena de responsabilidade. [...] A Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE), que será regida por lei ordinária terá sede e foro na Capital do Estado de Minas Gerais (Minas Gerais, 1964, p. 1).

³⁹ A Codevale foi criada por iniciativa de Murilo Badaró, político natural de Minas Novas (MG), que na ocasião ocupava o cargo de deputado estadual em Minas Gerais. Como apresentado em Santos e Pereira (2024), Murilo Badaró é parte da elite política do estado, “representante” do Vale do Jequitinhonha. Nasceu no dia 13 de setembro de 1931, filho de Francisco Badaró Júnior e de Gelcira Paulino Badaró, família tradicional na cidade de Minas Novas, pois o sobrenome Badaró foi acumulando prestígio ao longo das relações de casamento entre membros da elite política e agrária local, sendo uma força simbólica ligada à história, tanto da cidade, como de uma regionalização do Vale do Jequitinhonha.

A autarquia estadual foi organizada pela Lei nº 3.764, de 15 de dezembro de 1965 (Minas Gerais, 1965)⁴⁰, tendo sua fronteira definida pelo Decreto nº 9.841, de 06 de junho de 1966 (Minas Gerais, 1966). Com esse ordenamento normativo e conjunto de atos oficiais de Estado, foi organizado simbolicamente o discurso regionalista que vinha, desde a década de 1950, contribuindo efetivamente na instituição da região. Posteriormente, com a autarquia já instituída e em atividade, uma série de estudos e diagnósticos tratou de manter sempre presente a di-visão da região e suas classificações.

Ainda de acordo com a Lei nº 3.764 (Minas Gerais, 1965) de dezembro de 1965, os encargos da Codevale eram:

I – pesquisar, levantar e interpretar, sistematizadamente, todos os fatores e problemas físicos, sociais, econômicos e financeiros do Vale do Jequitinhonha mineiro, e também suas interações com outras áreas do Estado e do País; II – conhecer todos os serviços, atividades, obras, estudos e programas da competência dos Municípios, do Estado e da União no Vale, visando à convocação desses poderes para a ação harmônica e conjugada com a CODEVALE; III – elaborar e executar o plano das soluções pertinentes a fatores e problemas existentes, com destaque a potencialização e dinamização dos recursos regionais, sobretudo os humanos, capacitando a promover o desenvolvimento sócio-econômico do Vale do Jequitinhonha mineiro (Minas Gerais, 1965, p. 2).

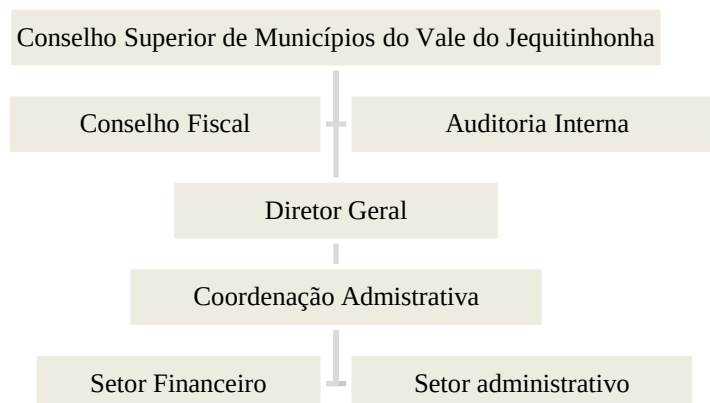
A autarquia foi constituída para realizar esforços em diversas frentes de atuação. O desenvolvimento regional era o principal elemento que direcionava suas iniciativas institucionais. Nesse contexto, o estado de Minas Gerais conferiu à Codevale o poder para

solicitar, ajustar, contrair, contratar e receber empréstimos, financiamentos, créditos, com e de estabelecimentos bancários ou agências e entidades financeiras, nacionais ou estrangeiras, destinados ao cumprimento de seus encargos e especialmente para promover a realização de atividades destinadas ao estímulo e incremento de: a) artesanato ou indústria à base de matéria prima regional; b) cooperativa de produtores rurais; c) construção de açudes, poços tubulares, tanques, aguadas e bebedouros; d) conservação e recuperação do solo ou pastagens; e) mecanização e irrigação agrícolas; f) culturas agrícolas vocacionadas; g) reflorestamento; h) construção de habitações rurais; i) saneamento básico; j) aproveitamento do potencial hidroelétrico. II – assinar e executar convênios, acordos, ajustes, contratos com executivos Municipais, Estadual e Federal, ou órgãos e entidades respectivas, com outras entidades e agências, públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, destinadas à elaboração ou execução de planos específicos, podendo receber ou conceder contribuição e ajuda, sejam em dinheiro, em material, seja através de mão de obra especializada; III – constituir ou participar em sociedade de economia mista, cuja ação se circunscreva à região do Vale do Jequitinhonha mineiro (Minas Gerais, 1965, p. 2-3).

⁴⁰ De autoria do deputado estadual Murilo Badaró.

A estrutura organizacional da Codevale previa sua vinculação ao Conselho Estadual de Desenvolvimento, sendo dotada, para o exercício de suas atividades, de autonomia administrativa, econômica e financeira.

Figura 4. Organograma, Codevale



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados obtido em Codevale (1979).

As nomeações dos cargos de direção e a composição do Conselho Superior de Municípios do Vale do Jequitinhonha foram definidas pela já mencionada lei nº 3.764, de dezembro de 1965 (Minas Gerais, 1965). Todos os diretores eram de livre escolha e nomeação do governador do Estado. O Conselho Superior era composto pelos Prefeitos dos Municípios mineiros que integravam o Vale do Jequitinhonha e pelos diretores da Codevale, que era presidida por agentes vinculados ao governo estadual. Desse modo, o desenho institucional da Codevale estruturava-se a partir do poder do campo político.

O quadro técnico da autarquia era responsável pela pesquisa e proposição dos diagnósticos e planos para subsidiar iniciativas políticas, com objetivo do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Abaixo, segue um exemplo dessa organização dos recursos humanos da autarquia no ano de 1979.

Tabela 1. Distribuição de pessoal da Codevale, por setor e nível de formação – 1979

SETORES	NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO
Direção	02	01
Assessoria Técnica	16	04
Apoio Administrativo	07	41
Total	25	46

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Codevale (1979, p. 40).

Tabela 2. Assessoria técnica por nível de formação

ÁREA DE FORMAÇÃO	QUANTIDADE
Administrador de Empresa	03
Assistente Social	01
Biblioteconomista	01
Economista	02
Engenheiro Agrônomo	02
Engenheiro Civil	03
Médico Veterinário	01
Pedagogo	01
Sociólogo	02
Total	16

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Codevale (1979, p. 40).

A elaboração do Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha foi uma das primeiras ações técnicas da autarquia. Esse documento direcionou as abordagens posteriores, uma vez que delimitou uma representação regional que passou a ser replicada em outros documentos oficiais.

A partir do seu efetivo funcionamento (1965), a CODEVALE preocupou-se inicialmente em realizar uma série de estudos setoriais, abrangendo todo o Vale do Jequitinhonha, tendo como resultado final a elaboração do documento denominado “Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha”. Através desse documento, passaram a ser conhecidas os principais problemas que estrangulavam o desenvolvimento da região, bem como suas potencialidades, e apresentadas, em linhas gerais as ações a serem desenvolvidas a curto, médio, e longo prazos, tendo em vista a melhoria sócio-econômica regional (Codevale, 1979, p. 41).

A produção do Vale do Jequitinhonha como representação, que foi organizada pela Codevale, teve na década de 1950 as primeiras representações sociais no campo político, que segundo Ribeiro (1993), produziu inicialmente o signo da carência, do abandono e do subdesenvolvimento como característica dos municípios da bacia do rio Jequitinhonha. Ainda que o marco institucional de criação da Codevale represente a instituição da região do Vale do Jequitinhonha, a conjuntura para efetivação desse ato vinha se organizando desde a década anterior.

Destaca-se, por exemplo, a já citada instituição do Grupo de Trabalho para a Pecuária em 1957, objetivando o estudo de alternativas à crise bovina, do rebanho “tipo Jequitinhonha”. Esse fato é importante, pois, a partir das análises do GTP, foi publicado, em 1960, o “Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha”, que orientou uma abordagem mais específica, no modelo dos diagnósticos, sobre a região. Foi com o conjunto

de estudos técnicos que agentes do campo político fundamentaram a necessidade de uma agência estatal de desenvolvimento. Nesse aspecto, Silva (2007) destaca que,

sob o signo da pecuária e da agricultura de subsistência, o Vale parece não mais ter sido lembrado, até que uma crise devastou o rebanho bovino daquela região, em 1957, quando o governador Bias Fortes criou o Grupo de Trabalho para Pecuária, com o objetivo de apontar causas e soluções. Esse grupo foi orientado pelo Dr. João Alencar Athayde e Dr. Fidelcino Viana de Araújo Filho, que convidaram o Prof. Alisson P. Guimarães para realizar um estudo geográfico da região, publicado com o título *Estudo Geográfico do Vale do Médio Jequitinhonha* [...] (Silva, 2007, p. 164).

O GTP em sua composição é um exemplo de articulação entre campos, como o político, o agrário e o técnico, reunindo agentes cujas posições facilitam a produção de um discurso legítimo sobre questões do Vale do Jequitinhonha. Fidelcino Vianna de Araújo Filho, vinculado ao campo político-institucional, era então presidente da Companhia Agrícola do Estado de Minas Gerais (CASEMG), uma empresa estatal; João Alencar Athayde, inserido no campo agrário, incorporava os interesses das elites rurais; e Alisson Guimarães, no campo técnico, conferia a imagem de racionalidade e tecnicidade aos diagnósticos regionais. Essa convergência exemplifica como a região foi construída por meio da cooperação entre campos distintos, pelo qual o saber técnico funciona como instrumento de consagração simbólica das estratégias políticas e agrárias dominantes. Segundo Murilo Badaró, em entrevista transcrita em Silva (2007),

o Fidelcino Viana comandou esse chamado Grupo de Trabalho da Pecuária. E esse Grupo de Trabalho da Pecuária, ele acabou esquadrinhando o Vale do Jequitinhonha, que era uma região que possuía uma pecuária extensiva. Era, as terras lá, eram conhecidas pela qualidade do boi, o chamado boi tipo Jequitinhonha. Porque a terra teria propriedades especiais que fornecia ao gado um estado sanitário muito interessante, o boi desenvolvia muito né. Então esse GTP, além de fazer os estudos específicos sobre a pecuária, acabou por também revelar os dados socioeconômicos da região, principalmente no Médio-Baixo Jequitinhonha ou do Médio pra baixo, que era só ir pra baixo até Salto da Divisa né (Badaró *apud* Silva, 2007, p. 164-165).

O próprio Murilo Badaró, em texto comemorativo dos dez anos de criação da Codevale, aborda a origem da ideia que levou à instituição do órgão. Em sua análise, apresenta elementos adicionais para a compreensão do contexto de criação da instituição. Destaca-se o interesse referente à tentativa de inserir os municípios do Jequitinhonha na Sudene, bem como o contexto de agências de desenvolvimento pelo mundo, como o exemplo citado por Badaró (1984) da *Tennessee Valley Authority* (TVA) nos Estados Unidos, que segundo ele, contaminou o mundo inteiro, tanto países desenvolvidos quanto naqueles em vias de desenvolvimento.

Quando surgiu a necessidade de se criar uma agência de desenvolvimento para atender às crises cíclicas da economia do Nordeste brasileiro, o debate em torno da lei que criou a SUDENE teve ativa participação dos representantes mineiros. Várias foram as emendas apresentadas ao projeto de criação daquela Superintendência, tendentes todas a incluir a região do Jequitinhonha e do Mucuri na área a ser beneficiada pelo novo órgão. Os representantes nordestinos, mais agressivos, impediram que obtivessem êxito tais tentativas, logrando aprovação apenas de emenda que mandava incluir parte do norte de Minas. Estava em moda a criação de agências de desenvolvimento regional (Badaró, 1984, p. 211).

O destaque para a imagem da região é uma construção que estruturou a di-visão regional estruturante das propostas de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha. Murilo Badaró ao apresentar, na Assembleia legislativa, as justificativas para criação da Codevale, em fevereiro de 1964, foca na ideia de desenvolvimento regional, como a única alternativa para “salvar a população da miséria”⁴¹.

Esta será a única forma viável de se salvar o Vale do Jequitinhonha e sua população da miséria e do abandono em que vive. Fora deste rumo, não acreditamos ser possível nada mais fazer. Daí, uma tentativa até certo ponto difícil do ponto de vista da tramitação legislativa, mas que virá, caso encontre eco na sensibilidade dos ilustres deputados desta casa, **salvar uma população de mais de meio milhão de almas** (Badaró, 1984, 213, grifo nosso).

Ainda de acordo com Badaró (1984):

À medida em que ia exercendo o mandato, viajava constantemente para o Jequitinhonha, cada vez mais me angustiando com o espetáculo de pobreza e sofrimento da população. [...] A ideia de uma agência de desenvolvimento começava a tomar conta do meu espírito. Iniciei estudos dos diversos aspectos socioeconômicos da região e passei a coletar dados. Analisei-os demoradamente e concluí que as potencialidades da região justificavam a iniciativa. Bastava apenas acionar energias até então adormecidas. Não demoraria a surgir a CODEVALE e, com ela, uma nova aurora para a **sofrida gente do Vale do Jequitinhonha** (Badaró, 1984, p. 211, grifo nosso).

O deputado estadual Murilo Badaró se coloca como um porta-voz (Bourdieu, 1990) do povo do Vale do Jequitinhonha. Ao final da sua justificativa, ele sintetiza:

Se fosse possível tentar dramatizar uma situação para chamar a atenção dos ilustres Deputados da Assembleia Mineira, que nunca estiveram ausentes da solução dos problemas magnos de Minas, temos certeza de que toda população do Vale do Jequitinhonha estaria, nesta hora, de joelhos e de mãos erguidas e implorar aos Céus – ajudem-nos, pelo amor de Deus (Badaró, 1984, p. 217).

⁴¹ Nesse sentido, como apontou Barbosa (2024), a salvação/redenção econômica dos lugares é um princípio de classificação que fundamenta a lógica das práticas de Estado.

Com a Codevale, uma área do estado de Minas Gerais, ainda não integrada nos moldes da política de desenvolvimento estatal e também nacional, passa a ser parte das políticas desenvolvimentistas. A região é apontada nos diversos planos e diagnósticos como descoberta, uma vez que estaria esquecida desde a decadência da mineração. No entanto, como aponta (Servilha, 2012), a questão principal que está neste discurso é a inserção de uma área rural nas políticas de desenvolvimento estatal.

A “descoberta” do Vale do Jequitinhonha em 1964 não significou, como muitos apontam, a “descoberta” de uma pobreza “ímpar”, mas sim a “descoberta” de uma área rural ausente de um projeto de desenvolvimento regional estatal. Um grupo de políticos, liderado por Murilo Badaró, percebeu na bacia do Vale do Jequitinhonha um potencial para que explicitações de uma pobreza, tratada a partir daí como um diferencial regional, pudesse legitimar uma política pública de desenvolvimento subsidiada por diagnósticos oficiais, planejada e direcionada pelo Estado e divulgada como “salvação regional” (Servilha, 2012, 126).

A Codevale contribuiu para transformar a própria região instituída em um problema público, que deveria ser tratado oficialmente (Quadro 2). Nesse contexto, foram propostos diversos diagnósticos destinados a justificar e orientar as intervenções de desenvolvimento regional, frequentemente fundamentadas no discurso da pobreza. Para isso, projetavam-se soluções para os chamados problemas regionais com base em classificações valorativas, que orientavam a formulação das propostas de intervenção.

Durante o tempo em que esteve ativa, a Codevale assumiu a responsabilidade de elaborar diagnósticos, planos de ação e projetos voltados ao desenvolvimento da região do Vale do Jequitinhonha. Atuou em articulação com outras instituições de planejamento, financiamento e execução de políticas desenvolvimentistas, como a FJP, a Fundação Rural Mineira Colonização e Desenvolvimento Agrário (Ruralminas), o BDMG e a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Os projetos defendidos pela Codevale contavam com o apoio de instituições que formavam redes de poder (Santos, 2018), articulando interesses, sobretudo políticos, legitimados por uma racionalidade tecnoburocrática. Assim, as práticas de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha surgiram da interação entre diferentes agentes sociais, internos e externos, que se apoiavam no estigma da pobreza para justificar e viabilizar programas voltados à região.

Quadro 2. Vale do Jequitinhonha como problema público.

DOCUMENTO OFICIAL	PRINCIPAL IMAGEM SOBRE O VALE DO JEQUITINHONHA	INDICAÇÃO DE MEDIDAS APLICÁVEIS
Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha (Codevale, 1968)	Uma área completamente desconhecida quer sob o aspecto do potencial econômico, quer humano. O “homem do Jequitinhonha” abandonado, que passa a exigir sua própria redenção. Uma das regiões potencialmente mais ricas do estado.	Investimento no setor energético ⁴² . Diversificação de setores produtivos. Realização de Planos Rodoviários Municipais.
Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale, 1976)	Indicadores de educação característicos de áreas subdesenvolvidas, com um sistema oficial de ensino que em pouco ou nada contribui para o desenvolvimento comunitário e econômico. Os indicadores de saúde são também característicos de áreas subdesenvolvidas. Saneamento básico precário. Obstáculos de ordem física e técnica ⁴³ .	Reorganização do sistema econômico da região, com assistência a pequenos e médios produtores. Implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, com as seguintes ações: assistência técnica ao agricultor e pecuarista; apoio à comercialização, ao aparato institucional; investimento em aguadas/irrigação, em infraestrutura viária, em saúde e nutrição; desenvolvimento educacional; saneamento básico; comunicações. Realizar estudos para aproveitamento dos recursos naturais da região.
Plano de Desenvolvimento Rural do Vale do Jequitinhonha – PLANRURAL (Codevale, 1979)	Apesar da pobreza, sobretudo pelos baixos indicadores sociais (precários, característicos de áreas subdesenvolvidas) a região tem grandes potencialidades que devem ser decididas e adequadamente exploradas, sendo a saída para seu desenvolvimento.	Exploração das potencialidades regionais, especialmente agricultura. Melhorar as condições socioeconômicas das famílias rurais. Crédito agrícola às famílias beneficiadas pelo programa. Construção de infraestrutura (escolas, postos de saúde, abastecimento de água, estradas vicinais, esgotos, campos esportivos etc). Solicitação de ajuda financeira a órgãos internacionais – Programa Mundial de Alimentos (FAO/ONU).

Fonte: Elaboração própria com dados da Codevale (1968), Codevale (1976), Codevale (1979).

A escassez de recursos financeiros era apontada, tanto pela direção da Codevale quanto por seus aliados políticos, como um dos principais obstáculos para a baixa

⁴² Há que se transformar esta estrutura, de forma a assegurar o efeito multiplicador das variáveis do desenvolvimento. A energia elétrica representa um dos fatores que irão permitir esta diversificação, atraindo para a região as atenções do empresariado nacional, certos da imediata resposta que seus investimentos obterão (Codevale, 1968, p. 55).

⁴³ Os obstáculos ao desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha são de ordem física e técnica. No primeiro caso os problemas são representados principalmente pelo regime pluviométrico e pela irregularidade dos cursos d'água, além de um sistema viário precário e inadequado. No segundo caso, a assistência técnica é quantitativamente insuficiente, além de não levar em consideração particularidades regionais (Codevale, 1979, p. 25).

execução das propostas da autarquia. Evidentemente havia exceções nessa análise⁴⁴, no entanto foi ela que prevaleceu para justificar a dificuldade de atuação da instituição. Criou-se a percepção de que, apesar da existência de planejamentos, a concretização de determinadas ações dependia de previsão orçamentária, de convênios com empresas parceiras e do engajamento de agentes políticos em diferentes esferas de governo.

Mesmo que a Codevale não tenha conseguido promover uma transformação estrutural que superasse o modelo da antiga fazenda agropecuária, sua atuação teve relevância para determinados grupos, em especial a elite agrária regional. Investimentos em eletrificação, além da construção e ampliação de estradas, realizados em convênio com instituições como Cemig, Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e Departamento de Estradas de Rodagem (DER), tiveram participação da autarquia, que, ao fomentar a instalação de infraestrutura, acabou contribuindo para valorizar as propriedades de antigos fazendeiros e pecuaristas (Santos, 2018).

Dessa maneira, a atuação da Codevale não pode ser apontada simplesmente como ineficaz. Ao contrário, sua eficácia foi direcionada a setores específicos, sobretudo aos agentes dominantes no campo do poder, como os grandes proprietários de terras, no contexto das primeiras décadas de atuação da autarquia. Os antigos fazendeiros e pecuaristas tiveram suas terras valorizadas no mercado de terras nascente, uma vez que, por articulação da Codevale, efetivamente, ocorreram melhorias na estrutura viária e elétrica de alguns municípios da região (Santos, 2018).

A Codevale foi oficialmente extinta em 2002, com a criação do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene). Como foi destacada em Santos (2018), sua atuação mais expressiva aconteceu entre as décadas de 1960 e 1980. Muitos trabalhos apontam apenas à ineficácia da agência de desenvolvimento. Outros, no entanto, apontam para uma efetividade seletiva, sendo que nesse aspecto, foram, sobretudo,

⁴⁴ Um exemplo de liderança que defendia a Codevale foi dom Geraldo de Proença Sigaud, arcebispo de Diamantina. Em 1974, dom Sigaud (como era conhecido) divulgou uma carta aberta dedicada à Codevale, que, de acordo com o arcebispo, seria responsável pelo desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. A carta foi lida na tribuna da Câmara dos deputados, com o título de Codevale despertador do Vale: "Para mim, arcebispo de Diamantina, é relativamente fácil dizer o que significa a CODEVALE para o Vale do Jequitinhonha. [...] Se preciso de informações as encontro na CODEVALE. Se preciso de diagnóstico, lá existem. Lá existem as soluções já estudadas. E na CODEVALE existem pessoas que nos ajudam com dedicação e entusiasmo. Apesar de todas as dificuldades e limitações, alheias à vontade dos funcionários e chefes, a CODEVALE tem cumprido sua finalidade. Há treze anos, quando aqui cheguei, não existia a consciência de que formamos uma grande comunidade. Hoje o Vale do Jequitinhonha é uma realidade psicológica, uma ideia-força. Não apenas uma região geográfica. É um estado de espírito. [...] A CODEVALE não dá sossego a ninguém. [...] Gente, o Vale está mudando. O "Jequitinhonha" acordou, Graças à CODEVALE (Brasil, 1974, p. 1907-1908)."

os agentes dominantes de campos como o político, o agrário, o técnico e o empresarial, que teriam os maiores benefícios com a atividade da Codevale, com ganhos não apenas materiais, mas também simbólicos.

2.3 Elites da área pública e os elementos de um discurso sobre o Vale do Jequitinhonha entre os anos 1960 e 1980

A análise das elites⁴⁵ regionais tem importância na medida em que não se entende a região como um elemento natural, mas sim como uma representação. Neste trabalho, são abordados especificamente dois segmentos das elites, a política e a técnica, no sentido de que ambas são atuantes da área pública (Dulci, 1999) que têm influência na proposição dos elementos principais que estruturaram a instituição do Vale do Jequitinhonha como representação. Esse recorte específico parte da hipótese de que essas duas elites foram proponentes e responsáveis pela produção de diversos planos, diagnósticos, projetos, leis, entre outros instrumentos, que pautaram um discurso sobre o Vale do Jequitinhonha, comum às práticas de desenvolvimento regional. Esse discurso garantiu aos agentes dominantes o poder de di-visão da região, estruturando ainda a construção do Vale do Jequitinhonha como problema público a ser tratado oficialmente.

Admite-se, portanto, que o problema existe e diz-se: essa comissão trata publicamente desse problema público e atribui-se como missão trazer uma solução publicável. Haverá um relatório oficial que será entregue oficialmente, com uma autoridade quase oficial. Um relatório não é um discurso ordinário, mas um discurso performativo, relatado àquele que o pediu e que, ao pedi-lo, deu-lhe de antemão uma autoridade (Bourdieu, 2014, p. 58).

No sentido apontado anteriormente, nota-se a utilização, no campo tecnoburocrático, de documentos que começaram a enunciar o Vale do Jequitinhonha como região-problema, o que o configura como um problema público a ser tratado por comissões (ou afins), relatado em documentos e apresentado publicamente. Um exemplo dessa forma de tratamento são as abordagens realizadas pela Codevale.

Como problema público, o Vale do Jequitinhonha tornou-se tema de abordagens técnicas, comuns à época, por meio de diagnósticos e planos de intervenção. Observa-se uma articulação de agentes do campo político e do técnico em torno da emergência do Vale do

⁴⁵ Destaca-se que a compreensão de elites neste trabalho, refere-se aos grupos dominantes nos seus respectivos campos.

Jequitinhonha como região, que surge, desde então, como espaço a ser modificado pelas práticas de desenvolvimento. No entanto, a institucionalização do Vale do Jequitinhonha, representou a inserção de determinados grupos e territórios no projeto de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e também nacional, assim, o vale passa a ser parte de um campo em disputa.

Ressaltam-se, em perspectiva ampliada, as modificações econômicas na região, que na década de 1950 já vinham ocorrendo (Ribeiro, 1993). Neste aspecto, destaca-se a planificação econômica em Minas Gerais que, como apontou Dulci (1999) e Barbosa (2012), vem desde final do século XIX, passando por projetos de industrialização tanto com base na dinamização produtiva, como na especialização.

Num primeiro momento predominou o projeto de uma economia altamente diferenciada, com uma agropecuária forte como base de uma indústria que se desejava dinamizar. Num segundo momento, ganhou saliência a especialização produtiva: os esforços se concentraram na expansão da indústria, e dentro desta, no setor de produtos intermediários. Eram dois projetos distintos, mas que não se excluíam um ao outro por completo [...]. Representavam, na verdade, duas possibilidades de desenvolvimento ligadas tanto à dinâmica da economia nacional (e, em outro plano, à do mercado internacional) quanto ao jogo político interno do próprio estado, na medida em que suas zonas possuem perfis produtivos heterogêneos, advindo daí, influências divergentes sobre a formulação de políticas e a tomada de decisões. Ambas as estratégias implicavam, para sua realização, o emprego de recursos políticos (Dulci, 1999, p. 38).

No período aqui analisado, entre os anos de 1960 e 1980, Barbosa (2012) aponta a relevância da planificação para a compreensão do desenvolvimento regional em Minas Gerais. Foram elaborados diversos planos e relatórios que têm como pano de fundo uma narrativa de planejamento que gradativamente justificou práticas de desenvolvimento no estado de Minas Gerais, como a criação de empresas (públicas e privadas) para investimento nos setores siderúrgico, hidrelétrico, de transporte *etc.* Entre os documentos, destacam-se:

[...] o parecer “Siderurgia Nacional e Exportação de Minério de Ferro”, produzido pela Sociedade Mineira de Engenheiros em 1938; o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, produzido pela Secretaria de Agricultura do governo estadual de Milton Campos, em 1947; o “Plano de Eletrificação de Minas Gerais”, encomendado à Companhia Brasileira de Engenharia pela Secretaria de Viação e Obras Públicas do mesmo governo de Campos, publicado em 1950 e; o “Diagnóstico da Economia Mineira”, produzido pelo Departamento de Estudos e Planejamento do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, lançado em 1969 (Barbosa, 2012, p. 108).

No contexto dos documentos citados acima, aponta-se ainda a criação das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), em 1952, que também se caracteriza como instituição responsável por estudos e planejamento de intervenção na realidade do Estado, inclusive na região do Vale do Jequitinhonha; do Banco de Desenvolvimento (BDMG), em 1962 (instituição que financiou o modelo de desenvolvimento do estado a partir da década de 1960); do Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI), em 1968 e a criação da Fundação João Pinheiro, em 1969.

De acordo com a caracterização proposta por Dulci (1999), em Minas Gerais, na primeira metade do século XX havia, em torno do projeto de desenvolvimento no Estado, uma articulação de interesses entre as elites política, técnica, agrária e empresarial, sendo a área pública o espaço de ação da elite política e técnica⁴⁶. Para Dulci (1999):

Estes quatro segmentos podem ser apresentados em dois pares: político/privado, tradicional/moderno. Assim, a área pública é o espaço de ação da elite política e da elite técnica. Por sua vez, as elites agrária e empresarial urbana pertencem ao setor privado. Outro recorte se refere à estrutura de origem de cada segmento. A elite política e a elite agrária remontam a uma estrutura política tradicional, em que predominavam as atividades rurais. Quanto às outras duas, são modernas no sentido de que correspondem à estrutura urbano-industrial (Dulci, 1999, p. 107).

Uma ferramenta estratégica de articulação das elites da área pública é o discurso sobre a região. No caso estudado por Dulci (1999), por exemplo, o discurso da mineiridade⁴⁷ foi decisivo para, entre outras funções, unificar as elites do Estado de Minas Gerais e operar para justificar suas pretensões políticas em âmbito nacional. O discurso aqui é entendido como uma construção social de agentes interessados⁴⁸, tanto para atuação parlamentar como nas atividades de agentes de instituições estatais, com objetivo de proposição de documentos técnicos. Cada um, da sua forma e medida, tem o poder de classificar e de criar distinções. As representações enunciadas pelo discurso são mais

⁴⁶ A escolha dessas duas elites para análise sobre os elementos de um discurso sobre o Vale do Jequitinhonha parte da hipótese que há uma atuação determinante das mesmas na elaboração dos diagnósticos sobre desenvolvimento regional desde a década de 1960, como foi apontado em Santos (2018).

⁴⁷ O tema da “mineiridade” como apontou Reis (2007) é polêmico e complexo. Além do trabalho de Dulci (1999) há estudiosos que percebem o tema como extremamente relevante quando se estudam os mecanismos construídos pelo poder institucionalizado ou pelas classes e grupos que exercem o poder, enquanto outros negam sua importância. Este capítulo se alinha com o primeiro grupo de estudiosos. Como a “mineiridade” não é objeto deste estudo, não se aprofundará nessa discussão. Ver Tibo (2020), Cardoso e Tibo (2021) e Pereira (2007). Uma síntese das diversas leituras sobre a mineiridade pode ser vista em Ramalho (2015).

⁴⁸ Para Bourdieu (2011) há interesse para os agentes fazerem o que fazem no campo ao qual estão circunscritos. Ainda que na aparência do desinteresse, há alguma forma de interesse, de ganho no jogo.

eficazes quando se vinculam à ideia de naturalidade, de fronteira legítima, caracterizando um discurso performativo, como apontado em Bourdieu (2021a):

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O acto de categorização, quando consegue fazer reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si [...] (Bourdieu, 2021a, p. 116).

O discurso regionalista, dos agentes políticos e técnicos, categorizou o Vale do Jequitinhonha com base nos estigmas ligados a ideia de pobreza ou atributos similares. Dessa maneira, as fronteiras da região se estruturam por meios tecnoburocráticos, num primeiro momento, a partir de interesses políticos, que por sua vez produzem efeitos sociais e econômicos na medida em que articulam as propostas (práticas) de desenvolvimento regional.

Os enunciados sobre o Vale do Jequitinhonha produzem certa homogeneização do espaço, criando a aparência de que o Vale do Jequitinhonha é o sujeito. Isso esconde os interesses e os elementos de disputa no campo do desenvolvimento, uma vez que os agentes (dominantes e dominados) são ocultados. Para dar um exemplo mais amplo da força mobilizadora de discursos regionalistas, como já mencionados acima, observa-se que em Minas Gerais, sobretudo no campo político, foi construída uma ideia de que ser do Estado conformava certas distinções, classificadas genericamente de mineiridade. Com isso, o que está em jogo é a construção imaginária com base na história, elaborada por uma elite política que se apropriou de fatos históricos considerados regionais com objetivo de construir uma legitimidade política (Reis, 2007).

Seguindo neste exemplo da mineiridade, de acordo com o já citado Dulci (1999) sua utilização tem três funções ideológicas, assim como eventualmente representam outras manifestações de identidades regionais do Brasil. A primeira é a de servir como uma ideologia da classe dominante. A segunda é a de ajudar a legitimar o domínio das elites, na medida em que o restante da sociedade, ou parcela significativa dela, compartilha os valores e símbolos regionais. E a terceira é a de fortalecer os interesses do Estado de Minas Gerais na arena nacional.

Partido do que foi apontado acima, propõe-se a existência de semelhança entre a ideia local de “ser do Jequitinhonha” ou “representar o Jequitinhonha” (tanto objetos e agentes), com as características da mineiridade. As três funções apresentadas por Dulci

(1999) se aplicam ao regionalismo do Vale do Jequitinhonha, no caso da terceira, o objetivo é voltado para fortalecer os interesses dos grupos dominantes da região, tanto na arena estadual como nacional.

A institucionalização do Vale do Jequitinhonha como área de planejamento estatal tem origem em meados da década de 1960, com a criação da Codevale, como apontado em Santos (2018). Nesse sentido, a imagem da região é amplamente descrita nos diagnósticos produzidos por agências estatais. Isso gerou uma di-visão sobre o Vale do Jequitinhonha que caracterizou a região, a partir dos contrastes.

O primeiro diretor da Codevale, Fidelcino Viana, por exemplo, no período de 1967 a 1968, ao falar no Jornal do Brasil (1967), sobre questões de saúde na região, apresentou o Vale do Jequitinhonha com grande alarde relacionado à situação socioeconômica. A expectativa de vida dos habitantes da região estaria abaixo dos 30 anos, além da existência da doença de chagas na grande maioria da população. Ainda para o diretor da Codevale:

[...] os surtos de doenças endêmicas, principalmente esquistossomose que ataca 98% da população do Vale e o mal de Chagas são acontecimentos de toda hora e ocorrem em toda extensão do Jequitinhonha. Sua gravidade é muito maior do que a noticiada pela imprensa, há quatro anos, em Itacambira, onde a média de vida é de 27 anos. [...] O matuto do Nordeste de Minas não tem condições de sair do Vale, e espera a redenção de sua região, **que tem o maior potencial mineral de Minas**, além de um rebanho bovino de 1600 mil cabeças e pode ter o melhor mercado de trabalho da Região do País (Jornal do Brasil, 1967, p. 18, grifo nosso).

Ao analisar os primeiros diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha, observa-se o início da conceituação que foi institucionalizada e formatou um discurso da região. Para Vicente Fernandes Guabiroba (Diretor Superintendente da Codevale entre os anos de 1968-1970):

A imensa região que constitui o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais apresentava-se como uma área completamente desconhecida, quer sob o aspecto do potencial econômico, quer do humano. Um dos primeiros passos da CODEVALE foi tornar possível o conhecimento da região, ao mesmo tempo que procurou diagnosticar, dentro de sua área de ação, os principais obstáculos ao desenvolvimento sócio-econômico de uma das regiões potencialmente mais ricas do Estado (Codevale, 1968, n.p).

Essa abordagem sobre o desconhecimento foi uma das justificativas à instituição da região como área de planejamento estatal. Difundiu-se a ideia de que o Vale do Jequitinhonha seria isolado do restante do estado desde a decadência da mineração e posteriormente do algodão, sendo “redescoberto” pela tecnoburocracia e pelos grupos políticos interessados no desenvolvimento da região. No Pré-Diagnóstico sobre o Vale do

Jequitinhonha (Codevale, 1968), Vicente Fernandes Guabiroba aborda sobre essa questão do esquecimento (abandono) fazendo a contraposição com a ideia de redenção:

Acreditamos que o primeiro passo foi dado. O homem do Jequitinhonha, relegado ao abandono durante décadas, encontra-se, agora, em condições de exigir sua própria redenção. Muita coisa há que se fazer por êle e por sua terra. O mais importante, contudo, já foi feito: – o início da caminhada (Codevale, 1968, n.p).

Neste mesmo documento, destaca-se a vinculação da região com um passado longínquo, remetendo ao início das expedições pelo interior da colônia. Dessa maneira, no Pré-Diagnóstico (1968), na parte de formação histórica, o Vale do Jequitinhonha é apresentado com sua origem remetendo ao século XVI. Segundo o documento, esse passado que justificou a região se deve à expedição de Francisco Bruza de Espinosa, em 1554. Essa data é acompanhada por outros marcos instituidores da região como natural.

Outro documento, entre os vários diagnósticos sobre o Vale do Jequitinhonha foi elaborado pela FJP em 1975, de nome parecido com o já citado documento da Codevale (1968). Nesse diagnóstico preliminar sobre o Vale do Jequitinhonha, há uma articulação de três agentes institucionais que estão envolvidos no planejamento regional em Minas Gerais. Além da FJP e da Codevale, participaram da elaboração do documento agentes do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)⁴⁹.

Nesse documento (FJP, 1975a) há uma descrição detalhada sobre a ocupação de Minas Gerais desde o período colonial, na intenção de explicar como surgiu o Vale do Jequitinhonha⁵⁰. A mineração de ouro e diamante é apresentada como grande propulsora do período de destaque econômico, principalmente da parte alta da região. A pecuária é descrita como atividade vinculada à mineração. Após a decadência das atividades garimpeiras, a pecuária foi incapaz de dinamizar a economia regional. Aqui há um reforço de justificar as representações de carência, pobreza *etc* do Vale do Jequitinhonha com base no discurso da estagnação econômica e esquecimento regional.

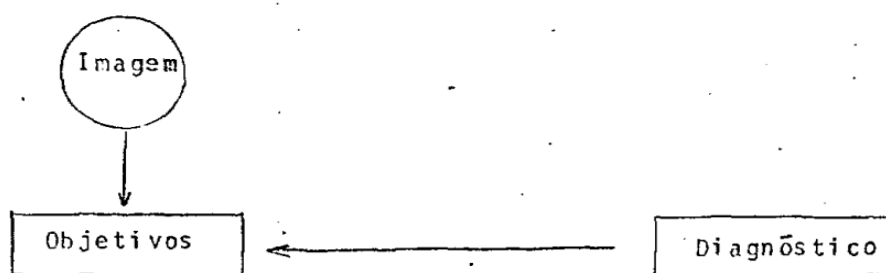
⁴⁹ O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), é um órgão complementar da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG). Foi criado em 1967 com participação de agentes sociais do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) que atuavam conjuntamente na UFMG. De acordo com Paula (2016) “[...] o papel da Face/UFMG no planejamento econômico de Minas Gerais e do Brasil é decorrência da competência técnica instalada na Faculdade, do domínio da bibliografia pertinente sobre o tema, e da interação com instituições como o ISEB, o BNDES, a Cepal, o ILPES, que protagonizaram no Brasil o debate sobre o desenvolvimento, sobre o planejamento e sobre o papel do Estado na superação do subdesenvolvimento.” Uma síntese mais detalhada sobre a origem do Cedeplar e sua vinculação com o planejamento econômico de Minas Gerais pode ser vista em Paula (2016).

⁵⁰ Essa descrição é similar ao apresentado nos diagnósticos já citados, bem como em discursos parlamentares. Percebe-se o efeito de naturalização da representação sobre o Vale do Jequitinhonha.

Os principais indicadores socioeconômicos analisados no documento, como educação e saúde, por exemplo, apontam que o Vale do Jequitinhonha se assemelha às áreas subdesenvolvidas. Como apresentado pela FJP (1975b), o Vale do Jequitinhonha é um bolsão de pobreza, constituindo uma região-problema do estado de Minas Gerais.

Nota-se ainda nesse documento (FJP, 1975b)⁵¹ a ocorrência da ideia de constituir estratégias para o desenvolvimento regional, em que o primeiro elemento importante é a imagem da região, ou seja, uma representação.

Figura 5. Visão programática inicial para a estratégia



Fonte: Vale do Jequitinhonha: plano de desenvolvimento regional (FJP, 1975b, n.p).

A imagem que se fez da região no futuro tem de se apoiar na realidade atual levantada pelo diagnóstico que, embora sendo em princípio descritivo, elabora as informações necessárias para uma tipificação inicial da região como um todo, face às demais regiões do Estado ou do país, bem como das sub-áreas que a compõem (FJP, 1975b, n.p).

Citando um exemplo de agente do campo político, em longo discurso na tribuna da câmara dos deputados, Aécio Cunha (Arena/MG)⁵² falou sobre os “problemas” do Vale do Jequitinhonha, nas áreas de renda, saúde, transporte, comunicação e educação. O deputado apresentou o contexto de pobreza da região, que, segundo sua análise, não teria acompanhado o mesmo desenvolvimento que o crescimento da economia brasileira proporcionou a regiões mais industrializadas. A manifestação do deputado foi em resposta a uma publicação do jornal

⁵¹ Esse documento não foi analisado em conjunto com os citados no Quadro 1 pela natureza do mesmo. Trata-se de um texto preparatório e indicativo de metodológico para diagnósticos posteriores.

⁵² Aécio Ferreira da Cunha nasceu em Teófilo Otoni (MG) no ano de 1927, formou-se em Direito em 1950 na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Ingressou na vida pública em 1951, quando tornou-se chefe de gabinete de seu pai, Tristão Ferreira da Cunha, secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho do governo do presidente Juscelino Kubitschek. Foi deputado durante os anos de 1954 a 1987, sendo estadual entre os anos de 1954 e 1963, seguindo como deputado federal até 1988. Também foi presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, posteriormente, conselheiro de Furnas Centrais Elétricas e da Companhia Energética de Minas Gerais.

“O Estado de São Paulo” sobre o Vale do Jequitinhonha⁵³, que também apresentou a região a partir da ideia de pobreza, entre outros estigmas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, numa série de reportagens que honram a imprensa nacional, “O Estado de São Paulo” trouxe recentemente a público o retrato de uma região onde ainda não aconteceu o “milagre brasileiro”, o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. As limitações certamente impostas a um trabalho jornalístico desta natureza não impediram que o drama de mais de um milhão de brasileiros que vivem à margem do progresso chocasse a opinião pública e reclamasse, mais uma vez, a manifestação dos representantes do povo nesta Casa. [...] De fato, Sr. Presidente, os 85.000 quilômetros quadrados do Vale do Jequitinhonha encerram tudo aquilo que há de mais retrógrado e abominável, constituindo-se em chaga viva que desafia os propósitos expressos do Governo de interiorização do desenvolvimento e em motivo permanente de humilhação para o nosso País (Brasil, 1977, p. 10735).

O Vale do Jequitinhonha passa a ser representado por meio de discursos como o citado acima. Em muitos deles o diferencial é apenas o contraponto com uma pressuposta riqueza inexplorada. As principais características da região são reproduzidas nos discursos políticos e tecnoburocráticos ao longo das décadas de 1960 a 1980. O poder acumulado pelos agentes da área pública se converteu em estratégia para nomear e representar, com base numa performance discursiva. Nesse sentido, as fronteiras simbólicas do Vale do Jequitinhonha foram estabelecidas, estruturando um campo do poder.

Uma das principais reivindicações dos agentes do campo de desenvolvimento será direcionada ao tratamento diferenciado à região. Isso pode ser observado, por exemplo, no Projeto do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1976) (Minas Gerais, 1971), em que já é proposto um recorte indicando esse tratamento para o Vale do Jequitinhonha (Região VII):

Considerando, ademais, o importante papel que a economia mineira desempenhou e vem desempenhando no contexto do Brasil, e tendo em vista ainda os graves problemas que algumas regiões do Estado vem enfrentando com repercussões negativas para a proposta consolidação da economia do Centro-Sul do Brasil, pretende o Governo Mineiro o imprescindível apoio do Governo Federal no sentido de: a) assegurar recursos permanentes do Fundo Especial para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, 1971, p. 13).

Ainda no Projeto do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1976) havia um interesse na eletrificação do Vale do Jequitinhonha que estava condicionada com a efetivação das propostas de desenvolvimento, tanto dos planos

⁵³ Ver Kotscho (1978).

estaduais quanto nacionais. Também há uma indicação relacionada à concentração fundiária, que justifica a solicitação de inclusão da região como área prioritária para a reforma agrária:

Paralelamente, advoga-se a inclusão do Vale do Jequitinhonha (Região VII), como área prioritária para a reforma agrária, no sentido de corrigir a grande distorção da estrutura fundiária nela prevalecente. Tal proposição se fundamenta e encontra sua explicação no comportamento sócio-econômico das seguintes variáveis: - extrema concentração da propriedade agrária, - alto coeficiente de excesso de mão de obra; - baixo grau de utilização da terra; - necessidade de conter êxodo rural acentuado (Minas Gerais 1971, p. 35).

Também em documentos como os da Codevale, a situação agrária da região é apresentada de modo semelhante. É interessante notar uma indicação comum sobre a assimetria da distribuição de imóveis rurais no Vale do Jequitinhonha. Esse fato, por exemplo, é exposto pela Codevale (1979) no Planrural, no qual se afirma que “[...] a distribuição de imóveis rurais no Vale do Jequitinhonha, apresenta-se assimétrica, configurando uma estrutura caracterizada pela concentração da posse da terra (Codevale, 1979, p. 31).”

Havia uma preocupação em integrar a região do Vale do Jequitinhonha, vista como área subdesenvolvida, numa estratégia nacional de desenvolvimento. Esse fato estava alinhado com o planejamento em nível nacional como, por exemplo, o expresso no I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O item VIII da síntese de realização nacionais do PND vincula a estratégia regional como à integração nacional.

VIII - Realização de Estratégia Regional para efetivar a Integração Nacional. Ao mesmo tempo em que se consolida o núcleo desenvolvido do Centro-Sul, até com a criação de regiões metropolitanas, controle da poluição e construção da estrutura integrada de indústria e Tecnologia, implantar-se-ão novos pólos regionais, notadamente o agroindustrial do Sul, o industrial-agrícola do Nordeste e o agropecuário do Planalto Central e da Amazônia (Brasil, 1971, p. 9).

No contexto nacional, destaca-se que, ao longo da década de 1970, o governo militar elaborou dois importantes instrumentos de planejamento que dialogam diretamente com a formulação de diagnósticos e proposições para o Vale do Jequitinhonha: o I e o II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs)⁵⁴, referentes aos períodos de 1972-1974 e 1975-1979, respectivamente.

⁵⁴ Ver Brasil (1971) e Brasil (1974).

Esses planos foram concebidos em uma conjuntura marcada pelo acelerado crescimento da economia brasileira, momento em que o Estado intensificou esforços de planejamento e investimento com vistas à consolidação de um projeto de modernização orientado ao desenvolvimento. Nesse sentido, como observa Froelich (2007),

Enquanto o I PND, que norteou o ‘milagre’ econômico, pode ser considerado um plano de crescimento econômico, na medida em que não se preocupou com o aspecto distributivo (o presidente Garrastazu Médici expressava de forma singela esta assertiva com a colocação de que ‘a economia vai bem, mas o povo vai mal’), o II PND foi certamente um plano de desenvolvimento econômico, porque além de almejar altas taxas de crescimento econômico estava centrado em setores de amplo espectro – o de bens de capital, em particular – e pretendia, também, estabelecer um processo de democratização caracterizado, entre outras coisas, por melhor distribuição de renda (Froelich, 2007, p. 2).

Senra (2009) ressalta que os PNDs eram operacionalizados por meio de programas especiais destinados a impulsionar os processos de desenvolvimento em distintas regiões do país⁵⁵. Entre eles, destacam-se o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (Proterra), o Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Prodoeste) e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (Provale). Essas iniciativas tinham entre seus objetivos a integração territorial do Brasil e a dinamização de áreas classificadas como periféricas, por meio da ampliação da infraestrutura de transportes, da incorporação econômica de novas fronteiras agrícolas e do estímulo à modernização produtiva, especialmente no setor agropecuário.

O Vale do Jequitinhonha é descrito no II Plano Nacional de Desenvolvimento (Brasil, 1974) como um “bolsão de pobreza” no centro-sul industrializado. Isso demonstra a preocupação dos agentes de planejamento em articular ações de integração nacional, sobretudo pelos constantes indicativos de desafios econômicos vinculados a regiões “vulneráveis”, seja o já citado Vale do Jequitinhonha, o Nordeste semiárido, a Amazônia e o Vale da Ribeira, entre outras.

Com a constante representação do Vale do Jequitinhonha por meio dos baixos indicadores sociais e como contraponto a riqueza ainda inexplorada, a imagem do desenvolvimento possível vai ganhando forma por meio dos grandes empreendimentos.

⁵⁵ Uma discussão mais detalhada do contexto nacional desenvolvimentista foi realizada em Santos (2018). Destaca-se que os programas especiais citados fazem parte de projetos determinados, seguindo a lógica desenvolvimentista. Os resultados não correspondem, em alguns casos, ao que foi proposto, o que necessitaria de outra análise, com foco nos resultados, que não será realizada nessa pesquisa. Os programas são citados apenas para exemplificar o contexto planificador do Estado brasileiro.

Dessa maneira, a narrativa sobre pobreza e riqueza é amplamente utilizada para justificar os projetos que serão executados na região.

Amplamente conhecido em todo o país e até mesmo por diversos organismos internacionais que já se inteiraram da sua situação, o Vale do Jequitinhonha tem sido apresentado geralmente, através de sua posição de marginalidade em relação ao avanço da sócio-economia de Minas Gerais e do Brasil. De fato, os indicadores da pobreza da região, como a renda “per capita” de 113 dólares por exemplo, ganham destaque quando comparados com os de outras áreas do Estado e do País. É inevitável, entretanto, admitir o Vale do Jequitinhonha como uma região de grandes potencialidades, cuja decidida e adequada exploração representa, sem dúvida, a saída para seu desenvolvimento (Codevale, 1979, p. v).

Embora tenham ocorrido propostas de pequenos projetos para determinados municípios ou sub-regiões do Vale do Jequitinhonha, as principais propostas de desenvolvimento regional se materializaram por meio de empreendimentos de maior escala. A monocultura do eucalipto, a construção da hidrelétrica de Irapé e a mineração são os principais projetos implantados. Cada projeto, em escala própria, tem no discurso de desenvolvimento regional a justificativa para sua origem.

CAPÍTULO 3

REGIONALISMO E GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA

3.1 Uma realidade narrada e o mesmo enredo: grandes empreendimentos de desenvolvimento regional

As promessas de desenvolvimento regional estão presentes no campo do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha. Assim, é possível apontar que são elas que funcionam como uma *illusio* para que os agentes dos campos em disputa possam permanecer presos no jogo. Nesse sentido, o Vale do Jequitinhonha é a justificativa para que uma série de empreendimentos aconteça, todos em nome do vale. Dessa maneira, a região é tanto o objeto, como o sujeito de um discurso que justifica as intervenções em muitas localidades arregimentadas pela representação do Vale do Jequitinhonha.

Enquanto representação, o Vale do Jequitinhonha e o desenvolvimento regional funcionam como termos complementares. Desde a criação da região há uma busca permanente, por parte dos agentes de Estado, ou de campos a ele relacionado, pela resolução dos contrastes regionais a partir do seu desenvolvimento. Diante disso, seguindo o que é apontado em Mattos (2021), as relações de contraste podem ser identificadas como um pensamento de Estado. Dessa maneira, é importante atentarmos para a realidade narrada sobre o Vale do Jequitinhonha, uma vez que

[...] muito do que se disse, e ainda se diz, sobre o Vale do Jequitinhonha seria mais facilmente compreendido se atentássemos para sua condição de *realidade narrada*. Toda realidade, é certo, mostra-se uma realidade *representada*. Mas há vantagens analíticas em não passar por cima dessa verdade relativamente óbvia. A principal delas é a possibilidade de discutir o contexto no qual *uma* narrativa – e não outra – foi produzida (Mattos, 2021, p. 317).

Assim, alguns lugares privilegiados para a observação dessa realidade narrada são os empreendimentos já concretizados ou em fase de implantação que estão presentes na região. Dessa forma, a análise desse contexto e sobretudo das motivações para que projetos de desenvolvimento sejam efetivados em alguns municípios circunscritos pela

representação do Vale do Jequitinhonha e são justificados em torno da própria ideia difundida pelo regionalismo, é uma forma de ampliar o foco sobre os espaços e agentes dominante dos campos, quando se fala em nome do vale.

Carneiro (1986), em pesquisa realizada na década de 1980, aponta alguns elementos já consolidados sobre a realidade narrada do Vale do Jequitinhonha. Uma retórica oficial de Estado, fundamentada em dados, sobretudo de renda é acionada para justificar a implantação de medidas com foco na integração regional voltadas ao desenvolvimento do estado e do país.

A região do Vale do Jequitinhonha é considerada um dos maiores bolsões de pobreza absoluta e relativa do país. Os diagnósticos oficiais a definem como "economicamente deprimida" e "socialmente crítica". Para demonstrar esta afirmativa é só observar a participação do Vale no PIB total do Estado, com apenas 2,1% do total em 1972. Para tentar resolver este problema, na última década, a região passou a ser foco de atenção dos governos Federal e Estadual, bem como de agências nacionais e internacionais. Era preciso integrar o Vale no processo de desenvolvimento do Estado e do país, pois há muito se achava estagnado. Tinha que levar o "progresso" à região e para tanto, foram elaborados projetos e planos (Carneiro, 1986, p. 73).

Foram instituídos incentivos fiscais destinados a impulsionar a expansão de empresas, como as de silvicultura, na região. Tais projetos foram delineados com a participação dos grupos dominantes do Vale, envolvendo não apenas os proprietários de latifúndios, mas também lideranças políticas regionais que encamparam projetos de desenvolvimento. Essa adesão se explica pelo fato de que as medidas não contrariavam seus interesses; ao contrário, tendiam a reforçá-los e ampliá-los (Carneiro, 1986).

A análise de Carneiro (1986) aponta às vantagens que já na década de 1980 estavam ligadas ao discurso regionalista com a representação do Vale do Jequitinhonha. Destaca-se que os projetos de integração do Vale ao processo de desenvolvimento, segundo a autora eram de interesse de grupos dominantes. Nesse sentido, podemos indicar que eram de interesse de agentes dominantes em seus respectivos campos, como o político e o agrário, justamente na proposta de analisar a questão enquanto campo do poder. Ainda de acordo com a os apontamentos de Carneiro (1986):

A política estabelecida tanto a nível nacional como estadual para promover o desenvolvimento do Vale e tirá-lo da "estagnação" em que se encontra há vários anos, foi definida através de programas e projetos especiais. Nos planos de desenvolvimento econômico e social dos governos, tanto Federal como Estadual, o Vale do Jequitinhonha é considerado como área das mais carentes do Estado e do País. Por isso terá atenção especial. O governo propõe minorar as "inaceitáveis

disparidades regionais e pessoais de renda", através de vários programas especiais, onde o desenvolvimento será incansavelmente buscado. Além dos programas especiais a região do Vale do Jequitinhonha sofreu os impactos de políticas mais gerais, como a política agrícola (especialmente café e pecuária) e política de extração mineral (Carneiro, 1986, p. 83).

Uma série de pesquisas, como as já citadas de Servilha (2012), Leite (2010, 2015), Santos (2018), Mattos (2021), entre outras, mostra justamente a ideia de contraste pretensamente existente na região que é utilizada na estrutura dos argumentos que defendem a implantação de projetos desenvolvimentistas. Em meados do século XX, identifica-se o momento da sistematização de um discurso sobre o Vale do Jequitinhonha, o qual será utilizado para justificar esses projetos.

Ênfase na abundância que dá lugar a um ideário de atraso local, de uma região eivada de formas arcaicas de produção e relações sociais, estagnada, isolada, aquém do projeto modernizador do país. Algo como uma lacuna a ser preenchida, um espaço a ser integrado a um moderno modo de produção e gestado sob novo modelo de desenvolvimento capaz de propor, pela via do planejamento racional, formas mais eficazes de extrair riqueza de terras abundantes, porém subutilizadas. Estava aberto, enfim, o caminho para todas as panaceias que justificaria o projeto desenvolvimentista imposto pelo Estado brasileiro a partir dos anos 1950, oficializado com a criação, em 1964, da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale). Um período no qual surgiram novas narrativas, cuja força, porém, não seria possível sem os ecos do passado (Mattos, 2021, p. 322).

A ideia de desenvolvimento que foi se consolidando no Vale do Jequitinhonha a partir de meados do século XX tem ligação com a ideia de progresso já presente em debates anteriores, indicando o interesse de determinados agentes em campos diversos (como o político, o empresarial, o acadêmico) numa abordagem regional de questões locais com o objetivo de acelerar e direcionar o crescimento econômico de Minas Gerais. Esse aspecto foi analisado por Martins (2011), que retoma um século atrás para demonstrar as linhas gerais de alguns projetos incipientes. De acordo com o autor, a preocupação com o desenvolvimento em Minas Gerais adquiriu importância considerável na segunda metade do século XIX.

Em Minas Gerais, região de enorme importância na segunda metade do século XIX, as preocupações com o futuro, a modernização e o desenvolvimento adquiriram relevo considerável. As lideranças políticas, empresariais e intelectuais lançaram-se no debate sobre as potencialidades regionais, arrolaram os entraves ao crescimento provincial e alinhavaram propostas de ação objetivando acelerar e direcionar o crescimento mineiro (Martins, 2011, p. 65-66).

Na abordagem de Martins (2011), com destaque para o que ele caracteriza como projetos de desenvolvimento oitocentista para o norte mineiro⁵⁶, há direcionamentos específicos para esta finalidade, como o projeto liberal e industrialista formulado pelos irmãos Antônio e Joaquim Felício dos Santos, o projeto agrarista da família Matta Machado e Leopoldo Pereira e o projeto da cidade católica, defendido pela igreja católica do norte de Minas, representada pelo bispo João Antônio dos Santos.

Quadro 3. Projetos oitocentistas

PROJETO	PRINCIPAIS AGENTES	VISÃO
Liberal e industrialista	- Antônio Felício dos Santos - Joaquim Felício dos Santos	Projeto industrialista, de base urbana, preocupado com a diversificação da produção econômica. Renovação de práticas políticas, desconcentração de riqueza, democratização das instituições, encorajamento do exercício das liberdades individuais.
Agrarista	- Pedro da Matta Machado - João da Matta Machado Júnior - Leopoldo Pereira	Projeto com base na agricultura de abastecimento diversificada, ajustada às condições de cada localidade. Modernização da agropecuária e investimento na infraestrutura regional.
Cidade católica	- Dom João Antônio dos Santos - Dom Joaquim Silvério de Souza - José Augusto Neves	No plano econômico tinha similaridade com o projeto agrarista, com foco na diversificação da agricultura, modernização e melhorias na infraestrutura regional. No plano social e político tinha influência da Igreja Católica, com ideais e iniciativas para moralização dos costumes.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa em Martins (2011).

Um destaque é importante nessa análise de projetos anteriores ao período desenvolvimentista, sobretudo para diferenciar essas iniciativas daquelas que se consolidarão a partir da década de 1960. Esse destaque refere-se à diferenciação apontada por Barbosa (2012), que utiliza o termo “proto-desenvolvimentismo” mineiro para indicar os projetos datados na primeira metade do século XX, com intuito de modernização produtiva e defesa de interesses regionais. Nesse momento ainda não havia uma organização e integração regional que será

⁵⁶ De acordo com Martins (2011) por volta de 1850, o vasto "Norte de Minas" incluía a maior parte do território da antiga Comarca de Sabará e toda a área sob jurisdição da antiga Comarca de Serro Frio. O "Norte de Minas", portanto, abrangia áreas das bacias do São Francisco, Jequitinhonha e Mucuri, chegando às fronteiras da Bahia, de Goiás e Espírito Santo. Ainda que muito heterogênea nas suas paisagens naturais e nos aspectos históricos, pode-se caracterizar essa "região" como espaço agropecuário e mercantil.

característica dos projetos do período da estratégia desenvolvimentista. Sendo assim, os projetos oitocentistas apontados por Martins (2011) seriam proto-desenvolvimentistas⁵⁷.

Segundo Barbosa (2012, p. 44), já nas primeiras décadas do século XX houve em Minas Gerais o início de um “proto-desenvolvimentismo (por ser ainda elemento em formação, não acabado)” mineiro que se caracterizava, sobretudo, pelo interesse e incentivo na modernização produtiva e pela defesa de interesses regionais. Nesse processo, o Estado tinha o papel de planejador e financiador, sem, no entanto, prescindir de relações com empresas privadas.

Como já destacado em Santos (2018), ainda que o Vale do Jequitinhonha não estivesse formalmente delimitado para efetivação dos projetos de desenvolvimento (ou proto-desenvolvimento) analisados por Martins (2011), o autor aponta a existência da ideia de desenvolvimento em cidades importantes no vasto norte de Minas, que serão determinantes para as interações socioeconômicas e políticas na região. Nesse aspecto, entre os três projetos,

[...] houve um projeto vencedor – a voz da terra, embutida no projeto da “cidade católica”. Na primeira metade do século XX, a maioria da população Diamantinense, de Araçuaí e do Norte de Minas resistiu a aceitar inteiramente o individualismo, o laicismo, a lógica de mercado, os valores da modernidade. Ao contrário, as famílias e as comunidades dispersas pela região preferiram colocar as interações sociais, a ordem política e as trocas econômicas sob controle das noções tradicionais de amizade, hierarquia, fidelidade, retribuição, serviço, etc. A resultante do embate entre os projetos liberais (radical e moderado) e católico assumiu componentes nitidamente conservadores. As elites de Diamantina e do Norte de Minas abandonaram as proposições mais progressistas características do discurso de Joaquim Felício dos Santos: a crítica da representação, a denúncia do parasitismo dos estamentos burocráticos incrustados no Estado, a condenação dos atravessadores e rentistas urbanos, a defesa de educação técnica e científica, a priorização da indústria, a ampliação da cidadania por meio da difusão da propriedade. A vida regional continuou subordinada aos interesses oligárquicos, enquanto a Igreja seguiu controlando a educação, a moral pública e a produção cultural (Martins, 2011, p. 98-99).

Esses projetos demonstram que a discussão sobre a região, naquele momento designada como “Norte de Minas”, já estava em curso entre alguns agentes da elite local. Eles é que pensavam os rumos para o progresso regional e, em certa medida, por razão do poder acumulado, tinha uma função diretiva. A falta e o contraste também estavam presentes nos discursos daquele período, que se intensificaram na medida em que isso se

⁵⁷ Esta diferenciação é um marcador importante para análise dos grandes projetos de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX.

tornava vantajoso, sobretudo para consolidar um pensamento regionalista, posteriormente naturalizado ao longo dos anos, tendo o Estado como um lugar privilegiado de construção e manutenção da visão e divisão regional.

Esses projetos podem ser identificados como alguns “ecos do passado” que ajudaram a construir um imaginário sobre as localidades próximas a bacia do rio Jequitinhonha, sobretudo na sua porção mais alta e média, que posteriormente contribuíram para a base do regionalismo do Vale do Jequitinhonha. A diferença, porém, que pode ser notada a partir da segunda metade do século XX, é que o interesse de integração regional à dinâmica da modernização e desenvolvimento passa a ter respaldo determinante na burocracia de Estado que, por sua vez, já estava na posição de agente político relevante no país.

Nas promessas de desenvolvimento regional é permanente a narrativa de que o Vale do Jequitinhonha ainda precisa de redenção, de progresso e toda uma série de predicados relacionados à melhoria de uma situação de contraste. Ou seja, os predicados que estão na história da representação da região, desde o período da sua instituição, são utilizados, às vezes nos mesmos moldes, às vezes apenas com uma nova roupagem, mas com a mesma finalidade. Nesse sentido, algumas questões sempre aparecem quando se discute o desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha, a principal delas é relacionada à efetividade dos projetos, que em sua maioria tem na ideia de Estado ausente, uma resposta pronta para justificar a insistência continuada em projetos de desenvolvimento regional. Em vista disso, é importante a análise dos empreendimentos e seus agentes a partir da noção de desenvolvimento como campo, lugar relacional por definição.

A análise do desenvolvimento como campo já indica uma relação de disputa, que é própria dos campos. Mesmo sendo em nome do Vale do Jequitinhonha, em diferentes momentos, a narrativa sobre os caminhos para se efetivar o desenvolvimento regional foi pautada por agentes de Estado, lotados nas burocracias institucionais. Nos primeiros diagnósticos e estudos da Codevale havia um alinhamento com a ideia de desenvolvimento socioeconômico, ou seja, o discurso central nos documentos era de que havia um desconhecimento dos potenciais econômicos e sociais da região, que deveriam ser explorados para que ocorresse finalmente uma melhoria dos indicadores socioeconômicos do Vale do Jequitinhonha.

A principal medida defendida nos planos e diagnósticos para o desenvolvimento regional alinhou-se à implantação de grandes projetos. Como será apresentado, os

empreendimentos de desenvolvimento mais destacados na agenda pública são: a monocultura do eucalipto, a hidrelétrica de Irapé e a mineração. Desse modo, o discurso regionalista se manteve presente nesses projetos de desenvolvimento, funcionando como estrutura do campo, bem como representando uma verdade estruturada e estruturante do campo do poder.

Assim como foi apresentado em Santos (2018) é importante destacar que a partir dos anos 1960, sobretudo pela atuação da Codevale, diversos projetos de escala e impacto menor (mais localizados em municípios ou microrregiões) foram propostos como estratégias de desenvolvimento regional. No entanto, seguindo os apontamentos de Ribeiro (1987), entende-se nesta tese a importância das formas de construção de projetos de grande escala (PGE)⁵⁸.

Sendo assim, para análise do discurso regionalista dos grandes empreendimentos de desenvolvimento de destaque no Vale do Jequitinhonha, aponta-se que a monocultura do eucalipto, a hidrelétrica de Irapé e a mineração têm semelhanças com os PGEs apontados por Ribeiro (1987). Entre as características dos PGEs, pode-se destacar o tamanho do capital, territórios e quantidade de pessoas que eles controlam, seu grande poder político, a magnitude de seus impactos ambientais e sociais, as inovações tecnológicas que frequentemente causam, a complexidade das redes que eles engendram (Ribeiro, 1987).

Em todos eles há forma regionalista para efetivação dos projetos, que utilizam do poder político acumulado para facilitar ou mesmo garantir os empreendimentos, tendo por característica o que Ribeiro (1987) descreve como totalidades discretas e recorrentes, que são duas características centrais para compreensão dos PGEs. A expressão "totalidade discreta" significa que se trata de um conjunto organizado de relações com uma lógica particular. Em relação à "totalidade recorrente" significa que existem semelhanças entre os diversos PGEs que justificam analisarmos em uma mesma categoria.

Os grandes projetos carregam a ideia de progresso, imponência e de que são solucionadores de problemas públicos. São instalados em localidades com caracterizações narrativas de isolamento e como já indicado, contrastes, uma vez que, em conjunto com o aporte

⁵⁸ Nesta tese, para pensar a categoria de Projetos de Grande Escala (PGE), utiliza-se como referência o trabalho de Ribeiro (1987). Para o autor, o núcleo básico da categoria de projetos de grande escala e o foco inicial dos seus estudos está na construção de cidades planejadas, nas hidrelétricas, nas ferrovias e canais. São obras que tem na ideia de redenção de localidades isoladas, progresso, geração de emprego e renda elementos para criação de uma dimensão simbólica e política relevantes para a naturalização da implantação dos empreendimentos. Nesse sentido é possível encontrar semelhanças importantes nos grandes empreendimentos desenvolvimentistas operacionalizados "no Vale do Jequitinhonha".

de capital e mão de obra, há o investimento em elementos simbólicos para justificar propostas de desenvolvimento. Outra característica desses projetos é a ideia de racionalidade técnica e planejamento eficaz. Esses elementos naturalizam a busca pelo desenvolvimento regional.

Los proyectos de gran escala son iniciados y promovidos por la planificación. Esta implica la evaluación científica de la viabilidad del proyecto. Pero esta empresa planificada requiere una estructura centralizada que coordine las complejas articulaciones necesarias para transformar planes en realidades. Requiere, en resumen, una poderosa y gran corporación. Es importante la naturaliza política y económica de la corporación – pública, privada, nacional, internacional, o una combinación –, porque puede significar distintas sensibilidades y respuestas ante las presiones públicas. También puede implicar distintas condiciones de la vida diaria en la zona del proyecto (Ribeiro, 1978, p. 10).

Para que aconteçam processos de legitimação dos PGEs há um investimento continuado em narrativas de positividade dos projetos. Essas narrativas pretendem indicar aquilo que responde aos anseios e produz maior consenso entre as pessoas de localidades envolvidas, destaca-se, por exemplo, a dimensão de oportunidades (emprego, renda *etc*) que são apresentadas como uma redenção regional. Nesse processo, o regionalismo é uma estrutura estruturada e estruturante na construção da ideia de redenção, que serve de justificativa para a necessidade quase natural de apoio à implantação de empreendimentos desenvolvimentistas.

Por consiguiente, los proyectos de gran escala son acompañados por un proceso de legitimación que articula varios discursos ideológicos. El gigantismo estimula la idea de que la dimensión del proyecto es positiva por sí misma, porque crea numerosas oportunidades para miles de personas. También se lo suele presentar como algo que redimirá a una región o país de su atraso. Es lo que se podría llamar una *ideología de redención*, cuya matriz principal es la ideología del progreso, que muchas veces toma la forma del desarrollismo, es decir, la suposición de que los PGE son positivos porque desarrollarán una región, suministrando bienestar a todo el mundo (Ribeiro, 1978, p. 11).

Os projetos utilizam de uma história regional presente no contexto em que são implantados, ou seja, no caso do Vale do Jequitinhonha, o regionalismo é anterior e base para construção de discursos de legitimação. É sempre uma promessa que ainda não foi cumprida, ou a riqueza que ainda não foi devidamente aproveitada.

Los elementos condensados en esta formulación ideológica varían según la naturaleza de la obra, su importancia para la región o el país, y las particularidades históricas y culturales del medio en que se levantará. Una historia regional o nacional es la fuente favorita de acontecimientos que se reordenan de tal manera que la construcción del proyecto aparece como natural;

lo que debe hacerse parece la mera obediencia a una tendencia histórica. El regionalismo o el nacionalismo son, así, una útil componente de la ideología redentora. Es mucho más fácil utilizar así los hechos históricos cuando los proyectos tienen sus propias prehistorias, esto es, cuando existen discusiones y declaraciones, e incluso anteriores intentos fracasados, previos a la construcción efectiva del proyecto (Ribeiro, 1978, p. 11).

Como apontado acima, o regionalismo é um componente da ideologia redentora. No caso do Vale do Jequitinhonha, esse é um elemento pouco debatido, justamente porque o discurso que tem o Vale do Jequitinhonha como sujeito e objeto é comum em campos diversos, o que muda é apenas a finalidade, ou seja, funciona como *illusio*. Assim, é no regionalismo que está ancorado o campo do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha.

Ainda no sentido de justificar a análise dos projetos de desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha e seguindo o mesmo sentido apontado em Ribeiro (1987), aponta-se a ideia de Grandes Projetos de Desenvolvimento, indicada por Alentejano e Tavares (2019).

Os GPDs podem ser entendidos como *atividades e empreendimentos* de proporção (econômica e física) significativa e que são *extensivamente* e *intensivamente* impactantes a uma dinâmica regional. Entre esse conjunto de atividades e empreendimentos, podemos destacar: mineração, exploração de petróleo e gás, monoculturas, obras de infraestrutura e geração de energia (hidrelétricas, termoeletricas, portos, barragens etc.), indústrias pesadas (siderúrgicas, refinarias, complexos industriais etc.). Todas essas atividades, de modo geral, não são implantadas em função de demandas locais, mas de demandas vindas de outras escalas. Ao mesmo tempo dependem de lugares para sua existência e, dessa forma precisam de uma série de instrumentos e meios de legitimação para sua *aceitação* ou *imposição*. Esses meios vão desde estratégias de convencimento até o uso da força. Passam por discursos sobre o desenvolvimento nacional, a geração de emprego, programas sociais e compensações ambientais, até a utilização de dispositivos jurídicos para desapropriações, decretos de utilidade pública etc. (Alentejano; Tavares, p. 194).

Evidentemente, os instrumentos e meios de legitimação de grandes projetos, como esses que estamos analisando, são diversos. O interesse pela forma regionalista decorre justamente pelo poder simbólico que ela mobiliza, o que a torna de difícil percepção. A questão, no entanto, é analisar os projetos para o Vale do Jequitinhonha como empreendimentos de grande escala, uma vez que os impactos sociais, políticos, econômicos, ambientais *etc* são amplos e atingem várias localidades.

Assim, se o discurso continuado de desenvolvimento regional, motivado pela ideia da existência de contrastes, sendo um vale pobre e rico ao mesmo tempo, ainda tem relevância nos projetos recentes, como no caso do lítio, podemos encontrar pistas nos projetos de um passado recente. É nesse intuito que apontaremos a monocultura do

eucalipto, a construção da hidrelétrica de Irapé e a mineração recente como projetos que foram constituídos e constituíram sob as bases do regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Dessa maneira, são os interesses políticos e simbólicos que sobressaem, em relação à questão regional, na implantação dos grandes empreendimentos.

3.2 Da cortina verde⁵⁹ à grande catedral

Desde a sua criação na década de 1960, o Vale do Jequitinhonha é apresentado como sujeito e objeto de projetos de desenvolvimento regional. A monocultura do eucalipto, a construção da hidrelétrica de Irapé e a mineração são os principais projetos implantados, cada um em escala própria, que tem no discurso de desenvolvimento a justificativa para sua origem, operando por meio de instituições como a Codevale e a Fundação João Pinheiro.

Ao longo da segunda metade do século XX, o vale passou a ocupar lugar central nas agendas estatais de planejamento regional. Ao longo desse processo, consolidou-se uma narrativa oficial que identificava a região como espaço de carências, contrastes e “atraso”, ao mesmo tempo em que a apresentava como região dotada de potencialidades a serem exploradas por meio de grandes projetos. Nesse processo, o desenvolvimento regional tornou-se um princípio organizador da agenda política, articulando agentes do Estado, do empresariado e dos grupos dominantes locais em torno de uma visão legitimada de transformação e redenção regional.

A institucionalização dessa agenda ocorreu por meio de um aparato técnico-burocrático que produziu saberes, classificações e representações sobre o Vale do Jequitinhonha, conferindo-lhes estatuto de verdade legítima. É nesse contexto que se inserem os projetos analisados nesta seção, compreendidos não apenas como intervenções econômicas ou infraestruturais, mas como momentos-chave da disputa por classificações legítimas sobre o Vale do Jequitinhonha e consolidação do regionalismo.

⁵⁹ A expressão "cortina verde" faz referência ao título do documentário "Por trás da cortina verde" (Almeida *et al*, 2019) apresentado como metáfora ao verde monótono provocado pela monocultura do eucalipto em diversas localidades no Vale do Jequitinhonha. No mesmo sentido, a expressão também é utilizada em Almeida (2018).

A chegada da monocultura do eucalipto e, posteriormente, a construção da hidrelétrica de Irapé, evidenciam a mobilização reiterada de uma representação regional marcada por contrastes, como a pobreza *versus* o progresso ou o atraso *versus* a modernização, funcionando como base simbólica para a legitimação dos empreendimentos. Observa-se nesses projetos, a estruturação do próprio desenvolvimento como campo, no qual o poder de nomear, definir e intervir sobre a região esteve concentrado nas mãos de agentes dominantes.

3.2.1 Da cortina verde: chegada do eucalipto

O primeiro grande projeto de desenvolvimento regional que esteve atrelado ao discurso regionalista foi o plantio de eucalipto em regime de monocultura extensiva. A região foi transformada em prioritária para atender políticas de Estado em conjunto com iniciativas empresariais. Destaca-se, nesse contexto, a gradativa organização de um aparato institucional para o investimento em áreas de reflorestamento, com objetivo de produção de carvão vegetal que serviria tanto para a siderurgia como também para a cadeia de papel e celulose. Nesse processo, o Vale do Jequitinhonha foi integrado aos planos de desenvolvimento nacional e estadual, com destaque para a criação do programa dos Distritos Florestais, o que atraiu diversas empresas do setor (Tabela 3).

Tabela 3. Projetos de reflorestamento (em implantação e em negociação)

MUNICÍPIO	Nº DE PROJETOS	PROJETOS
Minas Novas	5	Reflorestadora do Ato de Jequitinhonha; Siderurgia de Minas Novas; Siderúrgica Montana S.A; Cia. Suzano de Papel e Celulose; Florestal Acessita S.A
Berilo	1	Cia. Suzano de Papel e Celulose
Carbonita	1	Cia. Suzano de Papel e Celulose
Turmalina	4	Cia. Suzano de Papel e Celulose; Itapeva Florestal Ltda; Metalur Ltda; Carvalho Projetos.
Itamarandiba	1	Florestal Acessita S.A
Capelinhas	1	Florestal Acessita S.A
Grão Mogol	3	Florestas Rio Doce S.A.; Fábrica de Papéis Santa Terezinha S.A; Móveis Indústria Comércio e Exportação
Botumirim	2	Ferragens Antônio Falci S.A.; Planejamento, Técnica e Administração de Reflorestamento (Plantar).
Itacambira	1	Planejamento, Técnica e Administração de Reflorestamento (Plantar).
Cristália	3	Itapeva Florestal Ltda; Metalur Ltda; Carvalho Projetos.
Riacho dos Machados	3	Itapeva Florestal Ltda; Metalur Ltda; Carvalho Projetos.
Rio Pardo de Minas	---	---

Fonte: Elaboração própria a partir da análise de Fundação João Pinheiro (1975a).

Com essa medida, no estado de Minas Gerais, ocorreu a regionalização dos incentivos fiscais garantidos pelo governo federal para iniciativa de reflorestamento. Assim, seguindo os modelos de produção de diagnósticos e planos regionais já realizados pela Codevale e FJP, o IEF e o IBDF produziram estudos, como o Plano Especial para o Financiamento do Reflorestamento em Minas Gerais e o Projeto de Distritos Florestais para Minas Gerais, organizando uma dinâmica discursiva que seria utilizada na narrativa regionalista para legitimar o plantio da monocultura de eucalipto em localidades do Vale do Jequitinhonha.

Esse processo de construção de políticas e práticas para implantação de empreendimentos baseados em monoculturas está ligado a um campo maior, organizado pelo Estado. Leite (2015) destaca alguns marcos temporais determinantes no processo de construção da política dos Distritos Florestais, que passam, por exemplo, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) que promoveu no Brasil, em 1961, a segunda Conferência Mundial do Eucalipto, com posterior mobilização de agentes políticos para acionar a burocracia de Estado em favor do reflorestamento.

Essa política integrava o conjunto de esforços estatais voltados para a industrialização, traçados no Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC) e no Plano Siderúrgico Nacional à Carvão Vegetal (PSNCV). Partindo do déficit de abastecimento dessas matérias primas que se fazia presente nas indústrias então implantadas, além de uma projeção de sua demanda para a ampliação de ambos os setores, os programas estimulavam incentivos fiscais, creditícios e fundiários para a produção de florestas, cuja madeira fosse empregada na fabricação de papel e celulose e como carvão vegetal na siderurgia (Leite, 2015, 310).

No ano de 1966, foi implementada a lei nº 5.106, de 02 de setembro (Brasil, 1966), que dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. Nessa legislação havia o destaque para abatimentos ou descontos tributários para quem investisse em florestamento e reflorestamento. Esse modelo de incentivos fiscais especiais, voltados a finalidades específicas, teve origem no início da década de 1960 como instrumento político-empresarial associado à recém-criada Sudene. Nesse sentido, o Estado, como metacampo, funciona como um agente organizador das regras do jogo, no qual os agentes dominantes, sobretudo no campo político e empresarial estão em disputa.

Seguindo a organização da burocracia de Estado, em 1967 é criado o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, instituído pelo Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967 (Brasil, 1967). Essa autarquia, vinculada ao Ministério da Agricultura, tinha, entre outras funções, a de dar celeridade aos processos de florestamento e reflorestamento com fins

econômicos, bem como analisar e opinar em relação aos projetos de florestamento e reflorestamento elaborado para fins de usufruir os incentivos fiscais previstos em leis e regulamentos sobre essa temática. Ou seja, era um caminho Estatal para acessar a possibilidade de investimento em reflorestamento com apoio da própria estrutura de Estado.

A ideia de desenvolvimento regional do projeto de cultivo em monocultura de eucalipto, no Vale do Jequitinhonha, é uma justificativa que apenas explica parte do processo, uma vez que, como já apontado por Calixto (2006, 2007), Leite (2010, 2015), Almeida (2018), entre outros pesquisadores, o interesse de grupos políticos locais e grupos empresariais estava atrelado à dinâmica do mercado capitalista em expansão, com destaque para o modelo planejado de industrialização do país, que tinha foco, nesse caso, na expansão da indústria siderúrgica e também de papel e celulose.

O que se observa na criação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha é uma regionalização dentro de uma região que já tinha uma narrativa pronta, estruturada e estruturante, vinculada a contrastes que garantiam uma articulação de grupos de poder em torno do discurso regionalista. Nesse sentido, em nome do Vale do Jequitinhonha, começou-se uma articulação institucional para implantação de iniciativas empresariais vinculadas, tanto a interesses políticos, como de segmentos da elite empresarial e também local, com modificação da conjuntura das antigas fazendas⁶⁰, transformadas em mercadoria ou em espaço para atrair incentivos fiscais e créditos agrários.

Destaca-se que, antes mesmo da implantação do plantio de eucalipto como desdobramento dos Distritos Florestais, já existia na região uma discussão sobre o reflorestamento. Servilha (2012) e Leite (2015) apontam, como exemplo, o interesse do arcebispo de Diamantina, dom Geraldo Proença Sigaud, que criou, em 1972, uma empresa com fins de reflorestar a região do alto Jequitinhonha, a Reflorestadora do Alto Jequitinhonha (Refloralje), que, de acordo com os autores citados, ficou sob responsabilidade da arquidiocese de Diamantina até 1977.

⁶⁰ Ver por exemplo: MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. Ver também: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. Nesses trabalhos é possível compreender o contexto de modificação da conjuntura das antigas fazendas em diversas localidades circunscritas pela representação do Vale do Jequitinhonha.

A discussão sobre o reflorestamento também foi realizada pela Codevale, como destaca a autarquia em seu jornal em 1973, que cita inclusive a iniciativa de dom Geraldo Proença Sigaud:

as terras do Jequitinhonha são propícias ao reflorestamento. Estudos dos mais aprofundados ratificam esta afirmação e mostram os lucros que poderão advir deste investimento. As experiências estão aí. O Arcebispo de Diamantina, D. Sigaud, numa demonstração de pioneirismo está conseguindo resultados surpreendentes. Também a Codevale está interessada no assunto. Inclusive já destacou seu funcionário Odilon Alves Pereira para fazer um levantamento junto às prefeituras, na região das chapadas (Codevale, 1973, p. 2).

Considerando a conjuntura e interesse de Estado em torno da siderurgia, bem como de papel e celulose, e ainda os planos já delineados relacionados ao Vale do Jequitinhonha, é possível indicar que a visão pioneira apresentada por dom Geraldo Proença Sigaud, sobre a monocultura de eucalipto, tem lastro nos planejamentos de Estado com foco na região. Desde a década de 1960 havia uma gradativa construção da representação vocacionada do vale, que teria em seus recursos naturais e terras subutilizadas uma entrada para projetos como no caso da Refloralje e mais adiante o do Distrito Florestal.

O decreto nº 79.046, de 27 de dezembro de 1976 (Brasil, 1976), estabeleceu que os projetos de florestamento ou reflorestamento só poderiam ser aprovados em regiões prioritárias para florestamento e/ou em Distritos Florestais industriais, obedecendo a critérios fixados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) em articulação com a Comissão de Política Florestal. O IBDF tinha competência para delimitar essas áreas prioritárias e propor ao Presidente da República a criação formal dos Distritos Florestais, ao fazer isso, assumia a narrativa da integração entre as políticas de reflorestamento e o desenvolvimento industrial florestal no país.

Em Minas Gerais, essa política foi operacionalizada por órgãos estaduais, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e a Fundação Rural Mineira, que atuaram na delimitação de áreas prioritárias para o reflorestamento. Em 1975, o IEF realizou um projeto para definir os Distritos Florestais no estado, agrupando municípios que se enquadravam nos critérios oficiais dos Distritos Florestais para incentivar o plantio de eucalipto direcionado às necessidades da indústria siderúrgica e de papel e celulose.

Seguindo o que podemos caracterizar como uma visão oficial de Estado (Bourdieu, 2014), tem-se a seguinte caracterização institucional sobre os Distritos Florestais:

Programa de Distritos Florestais. Objetivos gerais. O programa visa a promoção do desenvolvimento agrário, conjugando o esforço estadual e o do empresário do setor florestal. Tem a finalidade de disciplinar a atividade florestal do Estado, aglutinando projetos de reflorestamento e orientando a aplicação de investimentos. Suas bases são áreas de terras devolutas do Estado, inteiramente desocupadas e inaproveitadas (Minas Gerais, 1978, p. 145).

Ainda de acordo com a comunicação do governador de Minas Gerais, na ocasião de implantação dos Distritos Florestais, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça:

30 empresas estão engajadas no programa Distrito Florestais. Com cerca de 243 mil hectares plantados, iniciam-se os estudos para a implantação de novas indústrias de celulose, a exemplo da CENIBRA, já em operação. A desconcentração industrial, com vistas à preservação do meio ambiente, determinou que as novas indústrias sejam implantadas no Jequitinhonha (em número de duas unidades), na Região de Rio Pardo de Minas e na Região de Pirapora. As florestas que estão em implantação serão consumidas por estas indústrias e ainda pelas indústrias de gusa e aço de Minas que têm no carvão vegetal sua maior fonte de energia. Os investimentos globais estimados chegam a Cr\$ 15 bilhões para uma área de 1 milhão de hectares (somente os projetos florestais) e a criação de 50 mil empregos diretos aos quais se somam mais 120 mil indiretos (Minas Gerais, 1978, p. 145).

Agripino Abranches Viana, secretário estadual de agricultura de Minas Gerais à época do início da implantação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, também manifestou a disposição institucional para a implementação do projeto.

O Vale do Jequitinhonha receberá, nos próximos 10 anos, Cr\$ 6 bilhões de investimentos no setor florestal e 20 empresas de pequeno, médio e grande porte já tiveram seus projetos aprovados e muitos em implantação definitiva. Somente no ano passado, no Vale, foram reflorestados 47 mil hectares com segura previsão para 76/77 de mais de 43 mil hectares. Será um dos maiores maciços florestais contínuos do mundo em menos de 10 anos; as estimativas de empregos diretos superam a casa dos 50 mil. Cada segmento de 100 mil hectares com eucalipto permitindo instalar uma indústria florestal de 1 mil toneladas de celulose por dia. Em todas as fases de implantação e efetiva dos programas especiais e das políticas estabelecidas para o setor agropecuario mineiro. O Governo coloca à disposição do agropecuarista o apoio logístico-institucional do sistema operacional de agricultura, pecuarista e abastecimento coordenado pela Secretaria de Agricultura além dos demais órgãos federais (Ministério da Agricultura, Ministério do Interior e outros) oficiais e privados que atuam no Estado. Além disso, Minas Gerais beneficia-se dos programas federais Pronap, Pronazem, Procal, Pesac e outros, como estímulos e apoio a modernização da agricultura (Viana, p. 12, 1976).

Essa visão oficial é compartilhada por veículos de imprensa e também no discurso de agentes políticos. Assim, em meados da década de 1970, a implantação dos projetos dos Distritos Florestais virou notícia, sobretudo o do Vale do Jequitinhonha. Seguindo o que vinham sendo delineado nos documentos da Codevale e da FJP, os contrastes e o discurso em torno deles era utilizado como elemento de legitimação do projeto, como pode ser

observado na reportagem “Minas: quatro milhões para reflorestamento” do Correio Brasiliense (1975).

Já está consolidado o programa dos distritos florestais, em implantação pela Ruralminas, articulada com o IEF. Catorze projetos encontram-se com seus perfis aprovados e representam um investimento superior a 4 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, num prazo máximo de dez anos, compreendendo o reflorestamento de uma área superior a 1 milhão de hectares (Correio Brasiliense – DF, 1975).

No mesmo sentido apontado no recorte acima, também é veiculada reportagem no Jornal Do Commercio (1978) que apresenta os Distritos Florestais como uma oportunidade para a região, sobretudo em relação à geração de empregos. De acordo com a reportagem, os Distritos Florestais mineiros, na medida em que vão sendo implantados, elevam o padrão de vida de populações rurais de áreas menos favorecidas do Estado como o Vale do Jequitinhonha e a região Norte-Noroeste.

A pobreza, a ideia da terra não utilizada e até considerada inapropriada para atividades agrícolas são contrapostas à possibilidade de geração de emprego e renda em torno da chegada das empresas reflorestadoras, cujas narrativas funcionavam justamente no campo de luta por classificação de poder dizer, criando uma di-visão para implantação da monocultura de eucalipto. Assim, acirrou-se a disputa agrária em nome da região do Vale do Jequitinhonha, enquanto o Estado passou a ser avalista de terras consideradas devolutas, para que se efetivasse o Distrito Florestal no vale.

É importante notar, por exemplo, as diversas manobras legais realizadas no âmbito do campo político para legitimar, por meio de arcabouço jurídico, a utilização de terras para plantio de eucalipto via empresas privadas. Como destacado em Carneiro (1986), as terras devolutas, com área superior a três hectares, necessitavam de autorização do Senado Federal para qualquer ação de venda. As forças políticas locais e aquelas com interesse na questão foram acionadas para apressar a tramitação legislativa. Dessa maneira é possível entender, por exemplo, a promulgação da lei nº 6.637, de 02 de outubro de 1975, autorizando o poder executivo a alienar terras devolutas, de propriedade do estado de Minas Gerais.

Leite (2010), com base na abordagem de Oliveira (1993) sobre a região nordeste e a criação da Sudene, faz uma análise do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, com foco no processo de modernização conservadora na região. Alguns apontamentos são importantes para analisarmos a implantação desse projeto como um elemento estruturante do campo do desenvolvimento, como a vinculação dos interesses da efetivação dos Distritos Florestais

com agentes dominantes de diversos campos. Essa articulação, por exemplo, pode ser observada na entrevista para o Jornal do Brasil (1978), onde foram reunidos alguns agentes "líderes" das principais entidades que congregavam reflorestadores no Estado de Minas Gerais. Percebe-se que a proposta da entrevista é justamente criar legitimidade ao empreendimento utilizando de uma narrativa regionalista.

Foram ouvidos o presidente da Associação Brasileira de Carvão Vegetal (Abracave), Marcelo Aurélio Andrade Corrêa Machado; o secretário geral da entidade, Daniel Gomes de Oliveira; o presidente da Associação Mineira de Empresas Reflorestadoras (AMEF), José Carlos Cabral Linhares e seu vice, Geraldo Alves de Moura; e o delegado regional do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal em Minas Gerais, Ivens Pinto Franqueira.

Entre as demandas levantadas pelos agentes que representavam algumas instituições do setor, havia reivindicações para o Governo Federal no sentido de aumento do orçamento para financiar iniciativas empresariais de reflorestamento. Entre os argumentos estava presente o regionalismo, utilizando a ideia de pobreza regional, a exemplo da seguinte afirmação: "[...] depois de revelar que num município do Vale do Jequitinhonha, a região mais pobre de Minas, uma reflorestadora aplicou no ano passado cinco vezes os investimentos realizados ali pelo Governo nos últimos seis anos" (Jornal do Brasil, 1978, p. 4).

No mesmo sentido apontado acima, em outra parte da entrevista, Geraldo Alves de Moura faz a seguinte afirmação:

O reflorestamento é hoje responsável por 60 mil empregos diretos na área rural, com uma vantagem complementar: enquanto um emprego industrial custa cerca de Cr\$ 20 a Cr\$ 300 mil para o Governo, um emprego no setor não onera o Governo em mais de Cr\$ 35 mil. Além disso, **utiliza-se a mão-de-obra mais desclassificada** possível e maquinário nacional em toda a fase de plantio. Como **o reflorestamento requer grandes áreas, ele penetra nas regiões mais pobres do Estado, no Vale do Jequitinhonha, um constante problema para o Governo.** [...] Como complemento, gostaria também de ressaltar o aspecto de **segurança nacional**, pois o reflorestamento, ao ocupar e integrar socialmente áreas antes abandonadas e **bolsões de pobreza** contribui para a segurança nacional (Jornal do Brasil, 1978, p. 4, grifos nossos).

Todos os entrevistados ao defenderem os Distritos Florestais, sobretudo o do Vale do Jequitinhonha, utilizam o discurso de contrastes, sendo que a pobreza é apresentada como uma realidade das pessoas da região e também da própria terra. O reflorestamento é o contraponto que pretensamente traria desenvolvimento à região. Para criar legitimidade aos incentivos governamentais e solicitar a ampliação deles, o grupo de entrevistados

apresenta o reflorestamento como uma forma de integrar a região que estaria abandonada, sendo ainda um elemento para a segurança nacional⁶¹.

Em 1974 é aprovado o I Plano Nacional de Papel e Celulose (PNPC) no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (Brasil, 1974) que, em conjunto com a legislação citada acima, organizava uma rede burocrática que foi utilizada em projetos de reflorestamento. É importante destacar também que, além dos incentivos fiscais, havia, naquele momento, a possibilidade de incentivo financeiro de forma direta, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁶² que, de acordo com Juvenal e Mattos (2002), já tinha interesse no setor desde o final da década de 1950.

O BNDE não era apenas agente financiador na indústria de papel e celulose implantada no Brasil. O banco foi também agente planejador e indutor de investimentos, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Sua atuação pode ser entendida como um dos alicerces para a expansão da indústria no país (Juvenal e Mattos, 2002). Os interesses do BNDE estavam alinhados aos esforços de planejamento do Estado brasileiro para promover o desenvolvimento econômico que já vinha desde a década de 1950 com o Plano de Metas.

Celulose e papel era um dos segmentos da indústria de base contemplados no Plano. A meta de produção anual estabelecida era de 200 mil toneladas de celulose e 450 mil toneladas de papel, aí incluídas 130 mil toneladas de papel de imprensa. Como resultado, o BNDES, embora não tenha concedido prioridade especial ao setor, passou a apoiá-lo de forma mais constante a partir de 1957, inclusive com alguns projetos emblemáticos de produção de celulose de eucalipto (Juvenal e Mattos, 2002, p. 53).

O que se verifica, sobretudo a partir dos apontamentos de Jorge (1992) é justamente o contexto amplo de uma agenda de Estado em relação à monocultura do eucalipto. Um exemplo, como apontado pelo autor, são os entraves centrais enfrentados pelo I Plano Nacional de Papel e Celulose (I PNPC), onde sobressaiu a necessidade de garantir extensas

⁶¹ De acordo com Oliveira (2010), no período da ditadura militar (1964-1985), o Brasil incorporou à sua agenda estatal uma Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que difusamente ligava o planejamento econômico à “segurança nacional”, concebida como um campo estratégico para a preservação do regime e a promoção do crescimento econômico com forte presença do Estado. Historicamente formulada no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG), essa doutrina consolidou a ideia de que os objetivos econômicos do país, incluindo a expansão industrial e agrícola, deveriam ser explicitamente articulados com a proteção dos interesses nacionais.

⁶² O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952. Em 1982, passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

áreas de terras contíguas para a implantação dos Distritos Florestais. A superação desse obstáculo foi assumida como responsabilidade direta do Estado, que, seguindo as diretrizes do próprio Plano, definiu instrumentos administrativos e jurídicos para assegurar o acesso à terra. Nesse sentido, o documento oficial indica inclusive que a etapa de obtenção de terras é tão essencial ao êxito do projeto que o Governo deverá concentrar nela todos os esforços, utilizando meios objetivos e realistas, inclusive a desapropriação.

Em Minas Gerais, o interesse pelo reflorestamento esteve diretamente associado à conjuntura anteriormente apresentada, especialmente às políticas de incentivos fiscais. No entanto, outro fator determinante era a indústria de aço que compunha o polo guzeiro do estado. Após o esgotamento de florestas nativas nas proximidades das usinas, era necessário o investimento em estratégias que garantissem o fornecimento de fontes de energia para a indústria do aço. Nesse contexto, o Programa dos Distritos Florestais pode ser compreendido como resposta a essa demanda, sendo que a regionalização para fins de plantio das chamadas “florestas verdes” atendia interesses tanto do setor de celulose e papel como da siderurgia.

A expansão dos Distritos Florestais também está diretamente associada às necessidades energéticas e produtivas da siderurgia, particularmente ao modelo baseado em carvão vegetal. A siderurgia brasileira, em especial a de Minas Gerais, consolidou-se historicamente com base nesse modelo, o que gerou uma demanda contínua e territorialmente concentrada por madeira. Assim, de modo semelhante ao que ocorreu no setor de papel e celulose, também na siderurgia, o Estado organizou o campo, atuando como agente de coordenação, conectando grandes grupos siderúrgicos e empresas florestais à política de ocupação do território, frequentemente subordinando o uso da terra a finalidades industriais, por exemplo, com desapropriações e reclassificação de áreas como improdutivas.

Em perspectiva cronológica, segundo estudos da DEA (2009), a indústria siderúrgica brasileira iniciou sua produção com a instalação, em 1921, da usina de Sabará, em Minas Gerais, de propriedade da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Em 1939, a companhia iniciou a produção de aço na usina de João Monlevade, também em Minas Gerais. Em 1946 foi instalada a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) como parte da estratégia de crescimento e nacionalização da indústria de base brasileira no governo de Getúlio Vargas.

Na sequência, ocorreu um forte ciclo de investimentos na indústria siderúrgica brasileira, com instalação de novas plantas siderúrgicas no País: Acesita (1953), Cosipa (1965) e Usiminas (1962). Com o crescimento da economia brasileira ao

longo da década de 60, houve necessidade de aumento das importações de aço e, como consequência, foi criado em 1971 o Plano Siderúrgico Nacional (PSN), que deu início a um novo ciclo de expansão da siderurgia brasileira que tinha por meta quadruplicar a produção nacional de aço. Dessa forma, entre 1973 e 1986, foram realizados importantes investimentos nas expansões da CSN, da Usiminas e da Cosipa, na instalação da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA), a única planta siderúrgica no País que utilizava o processo de redução direta do minério de ferro à base do gás natural, e na instalação de duas novas grandes usinas siderúrgicas, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), em 1983, e a Açominas que iniciou operação em 1986 (DEA, 2009, p. 4).

Destaca-se que, em Minas Gerais, a indústria siderúrgica foi gradativamente se estruturando com base tanto nos recursos minerais quanto na ampla cobertura vegetal existentes no estado, necessários à siderurgia, bem como na habilidade política dos grupos dominantes. De acordo com Calixto (2006):

Minas Gerais foi, tradicionalmente, o estado que abrigou o maior número de plantas siderúrgicas, devido ao manancial de recursos naturais, principalmente o minério de ferro. Contribuíram para isso, ainda, a habilidade política e a ampla cobertura vegetal (constituída em boa parte de cerrado e mata), destinada à fabricação de carvão nas proximidades das indústrias. Foram esses os argumentos da elite mineira para atrair para o estado a implantação de empresas siderúrgicas, canalizando, assim, recursos para o desenvolvimento desse setor (Calixto, 2006, p. 24).

Ainda segundo Calixto (2006), as empresas siderúrgicas são em grande medida responsáveis pelas iniciativas na silvicultura com espécies exóticas de rápido crescimento, como o eucalipto. Como havia uma diminuição das reservas de madeira nativa próximas às indústrias, e aparato burocrático do Estado para que investissem em reflorestamentos com o objetivo de complementar o carvão de matas nativas, as siderúrgicas passaram a investir em suas próprias florestas de produção, com apoio legal e crédito.

Em 1975, o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais aprimorou o trabalho do IBDF e realizou o projeto de Distritos Florestais de Minas Gerais, reduzindo as áreas delimitadas pelo estudo do ano anterior, reunindo municípios de características mais próximas. As áreas definidas pelo IEF como prioritárias para o reflorestamento (ou Distritos Florestais) no estado foram: o Triângulo Mineiro, o Centro-Oeste, os vales dos rios Doce, São Francisco e Jequitinhonha. Quatro dessas regiões prioritárias para o reflorestamento (Triângulo, Centro-oeste, São Francisco e Jequitinhonha) tinham em comum estarem situadas no bioma Cerrado que, por suas características naturais e locais, foi alvo das políticas de modernização agrícola estimuladas após os anos 1970 (Calixto, 2006, p. 34).

O projeto do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha foi se consolidando ao longo das décadas posteriores a 1970, transformando consideravelmente as localidades

onde se instalaram as empresas reflorestadoras. A questão que fica é a utilização continuada de uma di-visão do Vale do Jequitinhonha para sustentar a relevância da monocultura na região. Dessa maneira, a região-personagem continua com seu papel principal nos projetos de desenvolvimento. Com a implantação da monocultura do eucalipto na região, tem-se um marco no campo de lutas que será retomado, por exemplo, na construção da usina hidrelétrica de Irapé.

3.2.2 *A grande catedral*

Os mapeamentos para viabilidade de projetos hidrelétricos no rio Jequitinhonha são documentados desde o início da década de 1960. O estudo denominado Aproveitamento do Potencial Energético da Bacia do Jequitinhonha, realizado pelo consórcio *Canambra Consulting Engineers Limited* foi pioneiro para que se efetivasse posteriormente a construção da hidrelétrica de Irapé.

As primeiras investigações sobre Irapé foram realizadas entre 1963 e 1965 por consultores do consórcio Canambra e técnicos da Cemig que participaram de pioneiro levantamento dos recursos energéticos da região Sudeste. O trabalho incluiu o inventário do potencial hidrelétrico da bacia do Jequitinhonha, identificando 20 aproveitamentos promissores, como Irapé (Usinas da Cemig, 2006, p. 74).

Este estudo, no entanto, só foi retomado de maneira mais efetiva na década de 1980 com o discurso já estruturado sobre o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Ainda que o potencial hidrelétrico da bacia do rio Jequitinhonha já estivesse diagnosticado no âmbito das agências estatais, o movimento institucional para que posteriormente se concretizasse na Irapé, teve impulso com os Estudos de Inventário da Bacia do Jequitinhonha, como apontado por Zucarelli (2006).

Em 1987, a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) elaborou, a partir dos “Estudos de Inventário da Bacia do Jequitinhonha”, vários planos para a região, dentre eles: a construção de dezesseis projetos hidrelétricos, onze no rio Jequitinhonha (Terra Branca, Peixe Cru, Irapé, Murta, Jenipapo, Jequitinhonha, Almenara, Lua Cheia, Salto da Divisa, Itapebi e Itapebi-Mirim) e cinco no rio Araçuaí (Turmalina, Santa Rita, Berilo, Ivon e Aliança); linhas de transmissão e distribuição; e quatorze barragens de perenização para “uso múltiplo das águas”. Alguns projetos hidrelétricos já estão construídos e outros que haviam sido planejados para estes rios foram descartados (Zucarelli, 2006, p. 51).

No sentido apontado acima, ainda caracterizando a Irapé, Costa (2018) indica que o projeto da hidrelétrica foi se consolidando em meio a interesses políticos e econômicos conflitantes, o que remete ao campo de poder.

A usina hidrelétrica de Irapé foi construída no alto curso do Rio Jequitinhonha entre os municípios de Grão Mogol e Berilo, localizados na porção nordeste de Minas Gerais. Finalizada em 2006, promoveu o represamento do Rio Jequitinhonha a poucos quilômetros de sua interseção com o Rio Itacambirucu e criou um lago de aproximadamente 140 km², que se estendeu por 100 km a montante do primeiro rio e 40 km do segundo, respectivamente; e atingiu diretamente mais de 40 comunidades camponesas. A UHE de Irapé estava prevista desde a década de 1960 nos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil, seu projeto tomou novo fôlego na década de 1980 com revisão de dados para, na década de 1990, iniciarem os estudos de viabilidade, e em 2006 ser concluída. Assim, Irapé pode ser interpretada como um reflexo da linha de programas modernizantes de desenvolvimento e que se concretizou em um turbilhão de interesses políticos e econômicos conflitantes (Costa, 2018, p. 16).

Assim como apresentado anteriormente no caso da monocultura do eucalipto, também com a construção da hidrelétrica de Irapé, veremos uma mobilização do Estado, como metacampo, que terá com o discurso regionalista um fator agregador de interesses na defesa do projeto. É novamente na ideia de redenção de uma região de contrastes que se lançaram as bases para criar legitimidade ao projeto. É emblemática a fala de um importante agente político do Vale do Jequitinhonha, Murilo Badaró, que além de defender a construção da barragem, faz uma comparação do empreendimento, naquele momento, ainda em construção.

Quero aconselhar os que me lêem a não deixarem de visitar as obras de construção de Irapé. Seus olhos jamais verão cenas iguais. Elas serão incorporadas para sempre em sua retina e fixadas em sua lembrança. Para quem como eu tanto pelejou em favor dessa realização, enfrentando incompreensões e doestos malevolamente atirados contra mim, ir ao canteiro de obras foi um bálsamo para meu coração de **homem do Jequitinhonha**. A todo tempo da visita acorria em meu espírito o famoso apólogo. Estava certo de que todos tinham perfeita consciência e orgulho de estar participando da construção de uma grande catedral (Badaró, 2003, p. 9, grifo nosso).

Ao se colocar como “homem do Jequitinhonha” é possível observar, na fala de Murilo Badaró, um exemplo do regionalismo acionado em discursos de agentes políticos influentes nas decisões de Estado. Trata-se de uma apropriação simbólica da representação do Vale do Jequitinhonha que, naquele momento, estava estruturada de significados que vinham do campo do desenvolvimento. Ou seja, a construção de uma hidrelétrica deveria

ser celebrada por um homem do Jequitinhonha, justamente porque representava uma ideia de desenvolvimento e superação de contrastes regionais.

Evidentemente, como em todo processo que envolve impactos ambientais e sociais, da magnitude de uma barragem para objetivos hidrelétricos, há contestações, sobretudo do grupo diretamente atingido. No caso da Irapé não foi diferente, como foi apontado em Zucarelli (2006), Santos (2016) e Costa (2018). Havia, no entanto um interesse, de Estado e de agentes dominantes do campo do desenvolvimento estruturado no Vale do Jequitinhonha, na construção da hidrelétrica, fato que fica evidente quando analisamos o processo licenciamento que culminou na realização do projeto e os discursos de grupos políticos que trataram sobre o assunto (Quadro 4). Assim, concordamos com Ramos e Celestino (2020, p. 128), que consideram a Irapé como "[...] parte de um conjunto maior de projetos econômicos impostos à região."

Quadro 4. Pronunciamentos de agentes dominantes sobre a construção de Irapé.

(Continua)

AGENTE	ANO	RESUMO CONTEÚDO
Deputada Maria José Haueisen (PT)	1994	Manifestou crítica à implantação de barragens no rio Jequitinhonha, alegando que elas são sinônimo de espoliação e desrespeito para pequenos produtores que veem suas terras inundadas. A construção da barragem de Irapé ameaça expulsar 3 mil pequenos agricultores de seis municípios, que cultivam uma área de 13.400 hectares (Assembleia Informa, 1994, p. 2-3).
Deputados Álvaro Antônio (PDT), Anivaldo Coelho (PT), Paulo Piau (PFL), Carlos Pimenta (PL) e Gil Pereira (PP) – membros da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária)	1995	Trata-se da ata da 14ª reunião ordinário da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária, onde os membros manifestam o apoio (institucional via Comissão) à construção da hidrelétrica de Irapé (Anais da Almg, 1996).
Deputado Carlos Pimenta (PSDB)	1997	O deputado leu carta assinada pelos prefeitos dos municípios de Grão Mogol, Botumirim, Josenópolis, Cristália, José Gonçalves de Minas e Virgem da lapa, endereçada ao governador Eduardo Azeredo (PSDB), em favor da construção de Irapé, e manifestando discordância com a Fundação Cultural Palmares que defendia os interesses da comunidade Porto Coris (Assembleia Informa, 1997).
	1998	Pronunciamento em favor da UHE de Irapé e contra interesses de membros da comunidade de Porto Coris. No momento estava-se discutindo sobre o autorreconhecimento da comunidade de Porto Coris como remanescente de quilombo (Anais da Almg, 1998a).

(Conclusão)

AGENTE	ANO	RESUMO CONTEÚDO
Deputado Carlos Pimenta (PSDB)	1998	Anuncia de forma positiva os andamentos das licenças para construção de Irapé. Sobre Porto Coris, informa que foram realizados estudos pela UFMG e pela Universidade de Campinas, provando que os comunitários são, na verdade, descendentes de “escravos livres” (<i>sic</i>) (Anais da Almg, 1998b).
Deputado Carlos Pimenta (PSDB)	1998	Fala sobre a vitória da CEMIG na concorrência para a construção da barragem de Irapé, uma obra que se arrasta por mais de 20 anos, e que somente nos últimos três anos teve um desfecho favorável (Anais da Almg, 1998c).
Engenheiro Aloísio Vasconcelos (Diretor de Distribuição da Cemig); Deputado Carlos Pimenta (PSDB)	1999	O diretor da Cemig fala sobre a possibilidade do início das obras. Carlos Pimenta defende o projeto apresentando-o como a redenção do Vale do Jequitinhonha (Assembleia Informa, 1999a).
Deputados Arlen Santiago (PTB) e Carlos Pimenta (PSDB) Reunião conjunta das Comissões de Administração e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.	1999	Defesa da construção da Irapé. A obra é prometida há mais de 20 anos é a redenção do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha (Assembleia Informa, 1999b).
Deputados José Braga (PDT), Dimas Rodrigues (PMDB), Ivo José (PT) e Dalmo Ribeiro Silva (PSD)	1999	Falaram sobre a importância da Irapé para o Vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas (Assembleia Informa, 1999c).
Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha (Amaje)	2000	Prefeitos do Alto Jequitinhonha apresentam reivindicação aos deputados na Alemg em favor da construção da Irapé. Segundo o presidente da Amaje, Edailton Pimenta, a usina significará a redenção do Vale do Jequitinhonha (Assembleia Informa, 2000).
Deputado Eduardo Hermeto (PFL)	2002	Defende a construção da Irapé, sendo crítico aos técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam), que cobram da Cemig apresentação de projetos na área ambiental. "Nós não podemos aceitar que burocratas, com argumentos frágeis e inconsistentes, inviabilizem a construção da barragem de Irapé" (Assembleia Informa, 2002a, p. 15).
Deputado Edson Rezende (PT)	2002	Defende os direitos da população ribeirinha. "Estou aqui para defender os atingidos. Quero saber como vai ficar a vida dessas pessoas que construíram suas vidas à beira do rio" (Assembleia Informa, 2002b, p. 6).
Deputado Gil Pereira (PPB)	2002	Em comemoração a respeito da aprovação do projeto da construção de Irapé: "Recebemos a carta de alforria do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Agradeço ao governador a vitória de todos os mineiros". Os deputados Marco Regis (PL,) e Alberto Bejani (PFL) parabenizaram Gil Pereira (Assembleia Informa, 2002c, p. 7).

Fonte: Elaboração própria.

Muitos parlamentares mineiros, na época da discussão das licenças para construção da hidrelétrica de Irapé, acionaram simbolicamente as classificações de contraste do Vale do Jequitinhonha para legitimar o empreendimento⁶³. Tratava-se da luta por classificações realizada na tribuna. Nesse sentido, continuando os apontamentos resumidos na tabela acima, cita-se novamente o deputado Carlos Pimenta (PSDB) e sua defesa da construção de Irapé (Anais da Almg, 1998a), na qual aciona o discurso sobre a seca e a estiagem na região, indicando uma situação de calamidade pública, com problemas como a fome e a migração.

O deputado Dimas Rodrigues (PPB), em aparte, segue na mesma linha, em defesa da construção de Irapé, demonstrando que percorre a região e conhece os problemas locais, pois se apresentam como homens da região. Como em um jogo de parceiros, os deputados se revessam para defender o projeto, sendo que um cria espaço para complementação do outro. Assim, em outro momento, mas no mesmo intuito, Carlos Pimenta (PSDB) retoma a palavra.

A hidrelétrica será exatamente no meio da ferida social do Estado de Minas Gerais, que são as regiões Norte e do vale do Jequitinhonha. [...] É a região predileta, principalmente das caravanas demagógicas que vemos por aí. É a região predileta de políticos que não têm o que falar, de políticos que não conhecem a miséria e a desgraça deste Estado e que citam o vale do Jequitinhonha como seu alvo político-eleitoreiro. É a região que desafia o bom-senso do Governo de Minas, que desafia o bom-senso de muita gente, principalmente agora (Anais da Almg, 1998a, p. 352).

Há uma sutileza em diversas declarações de parlamentares que jogam com a ideia de um Vale do Jequitinhonha de contrastes. Esse fato é próprio da violência simbólica que, quanto menos explícita, mais eficaz. Em um relatório de Santos (2007), que constitui a consolidação dos resultados de pesquisa durante o desenvolvimento do projeto "Águas, energia elétrica e cultura, o caso Irapé: uma contribuição à ação político parlamentar" o autor apresenta a percepção de que os agentes políticos, em sua maioria, sobretudo aqueles

⁶³ Essa foi a constatação após análise dos discursos parlamentares e notícias da ALMG presente nos Anais da Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais entre os anos de 1994 a 2002, utilizando como descritor o termo "Irapé", o período corresponde respectivamente o ano inicial, onde o tema aparece com frequência nas atividades parlamentares, permanecendo até o início das obras em 2002. Após esse período ainda pode-se verificar abordagens sobre a construção da hidrelétrica de Irapé, com foco em garantir os direitos da população atingida pelo empreendimento, sobretudo para o cumprimento dos acordos firmados com a Cemig e também para pressionar o início das atividades da hidrelétrica. Com objetivo de cruzar dados e informações, consultou-se também, no mesmo período, os boletins informativos da ALMG – Assembleia Informa. Ressalta-se ainda que, de acordo as conclusões de Santos (2007), em parte do seu relatório sobre a atuação parlamentar nas audiências públicas da Comissão de Direitos Humanos da ALMG entre os anos de 2001 e 2002 sobre os efeitos advindos da construção da barragem de Irapé, a posição dos deputados estaduais votados na região foi, com diferentes matizes, favorável ao empreendimento.

votados nos municípios do Vale do Jequitinhonha eram favoráveis ao empreendimento da hidrelétrica de Irapé.

Nessas audiências públicas, a posição dos deputados estaduais votados na região foi, com diferentes matizes, favorável ao empreendimento. Houve defesas enérgicas da construção de Irapé, como as dos deputados Eduardo Hermeto, Dimas Rodrigues, José Braga e Ermano Batista, para os quais a usina hidrelétrica provocará uma verdadeira revolução socioeconômica no vale do Jequitinhonha, tirando-o do atraso e situando-o num contexto de progresso e crescimento. Para o Deputado Carlos Pimenta, a construção da usina é “consenso” no vale do Jequitinhonha. O Deputado Luiz Tadeu Leite considerou a obra “urgente”. A Deputada Elbe Brandão considerou Irapé a “estrela” do processo de discussão encetado pela Comissão de Direitos Humanos. O Deputado Gil Pereira apresentou, na audiência pública de 26/2/2002, manifestação escrita dos prefeitos dos municípios de José Gonçalves de Minas, Virgem da Lapa, Berilo, Josenópolis, Grão-Mogol, Cristália, Botumirim, Leme do Prado, Jenipapo de Minas e Turmalina, favorável à implantação da usina na região (Santos, 2007, p. 6).

Havia uma ampla maioria de apoio parlamentar e de agentes políticos dos municípios diretamente atingidos pelo empreendimento, que viam no projeto mais uma oportunidade para a resolução dos problemas socioeconômicos do Vale do Jequitinhonha. Evidentemente, como em todo jogo político, há posições que não são consensuais, como foi aprestado no quadro "pronunciamentos de agentes dominantes sobre a construção de Irapé" e também foi destacado no relatório de Santos (2007).

A Deputada Maria José Haueisen, também votada na região, assumiu um posicionamento mais crítico em relação ao empreendimento, manifestando preocupação com relação aos deslocamentos das populações ribeirinhas e aos valores de indenização pagos pela Cemig. Outros deputados, sem votação específica no vale do Jequitinhonha, como Edson Rezende, Adelmo Carneiro Leão e João Leite, trouxeram preocupações relacionadas à preservação dos direitos dos atingidos pela barragem e aos impactos ambientais do empreendimento, defendendo a realização de discussões mais amplas da questão. A mobilização da Almg resultou na criação, pela Comissão de Direitos Humanos, do Fórum Permanente de Acompanhamento e Negociação, com a função de acompanhar o complexo processo de remoção das famílias dos seus núcleos originais de residência. No entanto, poucas consequências concretas teve essa mobilização parlamentar, tendo em vista a posição, majoritária entre os deputados estaduais que debateram a questão, de que a construção de Irapé trará grandes benefícios socioeconômicos para o vale do Jequitinhonha, sendo inevitável o deslocamento das populações residentes na área ocupada pelo reservatório da usina (Santos, 2007, p. 6).

A ideia da inevitabilidade é uma construção simbólica. No caso da Irapé, assim como na criação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, percebe-se a utilização de elementos simbólicos vinculados à apresentação da região. As características mais sertanejas e a ideia de diversidade cultural são constantemente acionadas, bem como os indicadores

socioeconômicos, em grande parte com base em dados quantitativos. Para exemplificar o que foi apontado acima, pode-se observar a abordagem de Alves *et al.* (2021).

Os municípios e famílias diretamente afetadas possuíam **modos de vida simples**, sendo caracterizados como **populações ribeirinhas** que compunham **rica diversidade cultural e histórica**, se destacando por seus modos particulares de produção e vida, característica inerente às mesorregiões do Jequitinhonha e Norte de Minas. Por outro lado, eram locais caracterizados também por **intensa carência e vulnerabilidade socioeconômica**, com **índices sociais e econômicos comparados aos piores do estado e do país** como um todo. Talvez essa característica social e econômica tenha sido o principal pano de fundo para os discursos de encorajamento à aceitação plena da implantação da UHE Irapé. As possibilidades de desenvolvimento para o “**Vale da Miséria**”, principal figura presente no histórico da usina, apareceram como legitimadoras e serviram como justificativas para transformações intensas no espaço e na vida das pessoas ali residentes, que deveriam aceitar o ‘progresso’ como uma oportunidade de melhoria de vida (Alves *et al.*, 2021, p. 10, grifos nossos).

Alves *et al.* (2021) ainda apontam a ideia de contraste como uma justificativa utilizada pelos grupos dominantes, para justificar a defesa do empreendimento. Nesse sentido, seria uma oportunidade para um vale de miséria e subdesenvolvimento.

Em geral, durante todo o processo de licenciamento da UHE Irapé viu-se grupos dominantes, econômicos e políticos, bastante interessados em, de algum modo, acelerar o processo de implantação da usina, por possuírem alta expectativa em torno da obra e posterior operação. Como dito, grupos majoritários da região do Jequitinhonha consideravam o empreendimento como uma oportunidade para o local tão castigado historicamente pela miséria e pelo subdesenvolvimento. Entretanto, ao longo dos anos, o que se viu foi que os sonhos de desenvolvimento, a partir da implantação e operação da usina, não se cumpriram como imaginavam muitos grupos à época. Alguns, consideraram que o potencial da usina para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha havia sido superestimado e muitos dos problemas socioeconômicos evidenciados na região prevaleceram, mesmo após a implantação da usina (Alves *et al.*, 2021, p. 40).

O debate em torno da construção da hidrelétrica de Irapé mobilizou agentes de diferentes campos, no entanto, é no campo do poder que os agentes dominantes estão no jogo que vai definindo a concordância e ganhando espaço para efetivação do projeto. Merece destaque o envolvimento de parlamentares e grupos políticos que, durante o processo de licenciamento, debateram na Assembleia Legislativa, os diversos aspectos do empreendimento, como apresentado em matérias da Assembleia Informa (1997). Nesses debates, destaca-se o posicionamento dos políticos que apoiam a construção da barragem, vinculando a necessidade da construção da obra com a criação de empregos e viabilidade para implantação de empresas na região, a exemplo do citado pela deputada Elbe Brandão (PSDB) – “temos projetos de investimentos já sendo analisados para a região, como o de

implantação de um pólo moveleiro, mas sem energia elétrica tudo isso vai para a gaveta" (Assembleia Informa 1997, p. 10-11).

Como apontado ao longo desta tese, o desenvolvimento regional é uma das justificativas dos grandes empreendimentos para o vale. Utiliza-se, mais uma vez, a ideia de contrastes entre uma pretensa realidade de atraso e a possibilidade de um futuro promissor. Também é comum a simplificação narrativa de "nós contra eles", criando a ideia de que existe apenas quem é a favor ou contra o empreendimento, com os opositores apresentados como contrários ao desenvolvimento. Nesse sentido, como pode ser observado em notícia divulgada pela Assembleia Informa (2001, p. 10), a "obra vai ajudar a desenvolver a região", apresentada como um marco entre o atraso e o futuro promissor do Vale do Jequitinhonha. Os deputados Carlos Pimenta (PSDB), Bené Guedes (PDT), Dalmo Ribeiro Silva (PSD) e Márcio Kangussu (PPS) são alguns exemplos de parlamentares que se pronunciaram no plenário sobre os benefícios que a instalação da Usina de Irapé traria para o Vale do Jequitinhonha, em oposição ao que era apresentado como obstáculo e resistência de ambientalistas e da comunidade negra⁶⁴.

Em 2005, próximo da conclusão das obras e início da operação da hidrelétrica de Irapé, o tema ainda estava em debate na assembleia legislativa. Como evidenciado na figura 6, que será apresentada na página seguinte, havia uma intensa mobilização, motivada pelos prefeitos da região, em conjunto com os deputados e agentes apoiadores do empreendimento, para que a operação da usina se efetivasse, fato que ocorreu no ano seguinte.

O contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Irapé é um espaço de compreensão da força simbólica e política mobilizada pelo regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Desde os estudos iniciais, realizados ainda na década de 1960, até sua efetiva conclusão em 2006, o empreendimento foi continuamente reinscrito em diferentes conjunturas políticas como promessa de redenção regional. Essa permanência demonstra a força simbólica e política do projeto, que se sustentou menos por seus resultados concretos e mais pela capacidade de mobilizar classificações historicamente consolidadas sobre o vale, como o atraso, a miséria, a seca e o isolamento, convertendo-as em argumentos legitimadores da intervenção estatal de grande escala.

⁶⁴ Essa indicação, pela data das discussões, refere-se à comunidade quilombola Porto Coriz, no município de Leme do Prado (MG).

Figura 6. Prefeitos pedem apoio para conclusão da Irapé.

Prefeitos do Norte e Jequitinhonha pedem apoio para conclusão de Irapé

Guilherme Bergamini



O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Mauri Torres (PSDB), recebeu ontem sete prefeitos da região da usina hidrelétrica de Irapé, juntamente com o líder do Governo, deputado Alberto Pinto Coelho (PP), e os deputados Gil Pereira (PP) e Ermano Batista (PSDB). Os prefeitos solicitaram apoio

para que sejam concluídos os trabalhos de construção da hidrelétrica e seja iniciado o enchimento da barragem, e para que a Cemig atenda a todas as reivindicações das cidades atingidas. Os deputados e prefeitos destacaram a importância da usina para o desenvolvimento das regiões Norte e Vale do Jequitinhonha. O presidente da As-

sembléia ressaltou que todos os esforços necessários para a liberação do fechamento das comportas, com o consequente início das operações da usina, serão feitos pelo Legislativo mineiro. Participaram da reunião os prefeitos de Grão Mogol, Turmalina, Berilo, Cristália, Botumirim, José Gonçalves de Minas e Leme do Prado.

Fonte: Assembleia Informa, 2005, p. 5.

Nesse processo, o discurso regionalista desempenhou papel central como operador simbólico, especialmente quando acionado por agentes políticos dominantes que se apresentavam como defensores do Vale do Jequitinhonha. Ao ser apresentado como uma grande catedral, a hidrelétrica de Irapé ganha uma condição de monumento, de valor quase sagrado, capaz de redimir uma região marcada por contrastes. Ao mesmo tempo, essa forma de narrativa contribuiu para naturalizar seus impactos sociais e ambientais, enquadrando-os como custos inevitáveis do progresso. Assim, a noção de inevitabilidade, tão recorrente nesses casos, funciona como forma de violência simbólica, colocando como prioridade do debate uma ideia de necessidade histórica. A usina hidrelétrica de Irapé foi concluída e entrou em operação em 2006, consolidando um antigo projeto de desenvolvimento e integração nacional já em estudo desde os anos 1960.

3.3 Novas abordagens, mesmos contrastes: o planejamento recente⁶⁵, desenvolvimento e regionalismo

*Que no jequi tem onha
O povo já tá manjando
O que talvez não saiba
É que existe um novo plano
Fala do desenvolvimento
E vai valer pra lá de ano*

*Dona Maria, Seu Zé
Seu Tião e dona Ana
Juninho e Isabela
Marcão e Cristina
Todos puderam opinar
E o plano ficou bacana*

*Todos falaram o que sabiam
Sobre o Vale e sua luta
Sobre as mais belas riquezas
E comunidade resoluta
Todos deram muita opinião
E tiveram boa escuta*

*Agora é com as ideias boas
Botar o plano em ação
Com movimento popular
Mudar a situação
Almanaque do PDVJ (FJP, 2017a, p. 11)*

A permanência do discurso de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha pode ser observada também em produções técnicas mais recentes, como no conjunto de documentos elaborados pela Fundação João Pinheiro (FJP), em 2017⁶⁶, apresentados como o mais novo Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha.

⁶⁵ Nesta seção, optou-se pela análise do Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ), elaborado pela Fundação João Pinheiro, como exemplo de planejamento regional recente. Embora existam outros importantes documentos de planejamento produzidos ao longo dos anos 2000, destaca-se, por exemplo, o Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos Mesovalos Jequitinhonha e Mucuri (PLANOMESO). Esse documento propôs uma metodologia de diagnóstico participativo, diferenciando-se das experiências de planejamento anteriores. Entretanto, por se tratar de uma área de abrangência que engloba outras regionalizações, como o Vale do Mucuri e a porção baiana do Vale do Jequitinhonha, optou-se por privilegiar a análise do PDVJ como mais um elemento estruturante do campo do poder em torno da construção regional do Vale do Jequitinhonha. Destaca-se, no entanto, que o PLANOMESO também apresenta elementos do regionalismo discutidos neste trabalho, evidenciando mecanismos de produção e reprodução de representações regionais que podem ser compreendidos a partir da noção de estrutura estruturada estruturante.

⁶⁶ Convênio 4020000680 – FJP/PROC nº 047/16, firmado entre Cemig Geração e Transmissão S. A. (Cemig GT) e Fundação João Pinheiro, em 13 de abril de 2016, tendo como objeto a cooperação técnica entre os

O Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ) é fruto da parceria entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig Geração e Transmissão SA (Cemig-GT). O PDVJ é composto por seis volumes: Estratégias e Ações (vol. 1); Demografia e atividades econômicas principais: estudos de base (vol. 2); Diagnóstico Propositivo do setor produtivo (vol. 3); Diagnóstico Propositivo do setor social (vol. 4); Diagnóstico Propositivo da infraestrutura econômica e da gestão municipal (vol. 5) e; Registro técnico e documental da Oficinas Participativas (vol. 6). Foi também elaborado um Almanaque que apresenta os principais conceitos, uma síntese das propostas e depoimentos de participantes no processo de elaboração do Plano (FJP, 2017i, p. 2).

Embora formulados em um contexto diferente daquele que marcou a atuação da Codevale nas décadas de 1960 a 1980 e também da própria FJP, no mesmo período, o plano retoma elementos estruturais semelhantes, reafirmando a região como espaço marcado por desigualdades socioeconômicas e como território que demandaria ações planejadas voltadas à promoção do desenvolvimento, entendido de forma ampla⁶⁷, como melhoria das condições de vida e ampliação de direitos.

Abraçou-se no PDVJ uma concepção ampla, definindo desenvolvimento como um processo capaz de garantir aos indivíduos certos direitos que são indissociáveis da condição humana. [...] O desenvolvimento tem, assim, um caráter multidimensional: incluindo, uma dimensão econômica, ligada à renda e às condições materiais, uma dimensão social, relacionada ao acesso à saúde, à educação, à água, à energia, ao transporte, às telecomunicações e a outros serviços essenciais, e uma dimensão institucional, ligada à organização e à capacidade do estado, à participação e à democracia. O desenvolvimento envolve também a preservação do meio ambiente, um objetivo em si mesmo. Abraça-se, assim, um conceito de desenvolvimento sustentável, capaz de combinar produção, competitividade, qualidade de vida, democracia e sustentabilidade ambiental (FJP, 2017c, p. 2).

Ao longo dos textos do PDVJ, observa-se uma atualização da linguagem sobre o desenvolvimento, marcada por termos como territorial, sustentável, inclusão produtiva e redução das desigualdades. A estrutura discursiva, no entanto, continua a se apoiar na ideia de contraste e na promessa de superação de um suposto atraso histórico, verificado com indicadores socioeconômicos considerados desfavoráveis, como forma de justificar a

Partícipes para o desenvolvimento de projeto de pesquisa que contenha as diretrizes, as estratégias e as propostas de alcance territorial para estruturação do Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha (PDVJ), no intuito de subsidiar a atuação da Cemig GT na Usina Hidrelétrica de Irapé junto aos agentes sociais, privados e públicos nos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha (PDVJ, 2017d).

⁶⁷ O PDVJ, como indicado em FJP (2017c), utiliza o conceito de desenvolvimento presente em: SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

necessidade de políticas específicas voltadas à região⁶⁸. Segue um exemplo de síntese formulada no plano.

A taxa de pobreza e de extrema pobreza nos dois territórios, apesar de ter reduzido significativamente na década de 2000, ainda é bem superior à média estadual. Em 2010, a proporção de pobres foi de 29,7% no Alto Jequitinhonha e de 33,3% no Médio/Baixo Jequitinhonha. A vulnerabilidade da região também se manifesta nas baixas taxas de escolarização, no baixo dinamismo do mercado de trabalho e nas taxas relativamente altas de consumo de droga e álcool, de exploração sexual de menores, de desestruturação familiar, de gravidez na adolescência, de trabalho infantil e de violência contra idosos (FJP, 2017c, v, 2).

A construção do Vale do Jequitinhonha como espaço de carência, vulnerabilidade e desigualdade tem se consolidado como uma condição para a legitimação das estratégias de intervenção. Trata-se de um mecanismo recorrente no campo do desenvolvimento, no qual a definição de um problema público depende da capacidade de determinados agentes de impor classificações legítimas sobre a realidade social, transformando diagnósticos técnicos em princípios orientadores da ação estatal.

Nos documentos do PDVJ se reafirma também a ideia de que o vale possui potencialidades ainda não plenamente exploradas, reiterando a estrutura discursiva que articula pobreza e riqueza como polos de uma mesma narrativa sobre a região. Se, por um lado, o vale é descrito a partir de indicadores que o situam entre as áreas menos desenvolvidas do estado, por outro, é apresentado como território com grande potencial devido aos seus recursos naturais, possibilidades produtivas e oportunidades econômicas capazes de promover um novo ciclo de desenvolvimento.

Apesar de apresentar as potencialidades regionais, o plano de desenvolvimento da FJP não avança em possibilidade efetivas para implementação das ações. Como destaca Ramos, Vale e Rodrigues (2020), o plano estabelece a proposta de um desenvolvimento endógeno das cadeias produtivas locais, mas ele não foge da tradicional relação centro-periferia em que o Vale do Jequitinhonha aparece como um provedor de matérias primas.

O estudo mostra que a mineração não agrega valor para a região, pois os royalties são muito baixos, apontando a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa. Entretanto, ao mesmo tempo, ele aponta a necessidade de se flexibilizar o licenciamento ambiental. No caso da agropecuária foca na grande produção e ignora os pequenos produtores ou as diversas feiras existentes na região. Também não avança no sentido de novas propostas, focando nas políticas já

⁶⁸ Destaco que os indicadores elaborados no PDVJ (2017) não serão discutidos, pois não são objeto de análise. O que estamos destacando é o discurso regionalista que está sendo reproduzido nestes documentos de planejamento regional.

existentes tal como o Pronaf. Observa-se que para as áreas de habitação, turismo, educação, saúde, assistência social e cultura que as propostas genéricas sem a definição de prazos e ação efetivas. O Plano propõe a formação de redes de municípios articulada com políticas públicas, mas não entra em detalhes de como isso funcionaria na prática. Também sugere-se genericamente o fortalecimento das administrações municipais sem aprofundamento na dinâmica de cada município. Trata a questão da segurança pública sob uma perspectiva meramente punitiva, focando em questões tais como aumento e redistribuição do aparato policial, sem desenvolver uma discussão acerca das garantias constitucionais (Ramos, Vale e Rodrigues, 2020, p. 138).

Ramos, Vale e Rodrigues (2020) ainda apontam que o PDVJ apesar de oferecer uma crítica aos modelos antigos de desenvolvimento, é um plano que representa mais uma proposta de desenvolvimento "para o Vale e não do Vale". Essa conclusão se aproxima da apontada em Silva *et al.* (2018), pois na elaboração do plano não haveria a governança necessária para executar e buscar recursos, o que significa que o PDVJ foi feito sem uma meta para ser executada.

Tanto é que uma das principais preocupações do PDVJ é de como garantir que não seja apenas mais um plano, mas que ele possa efetivamente ser implementado e fazer diferença na vida das pessoas. [...] por mais que o PDVJ trouxe outros temas importantes que devem ser considerados num plano de desenvolvimento regional, como a questão territorial, a regularização fundiária, os aspectos culturais da população envolvida, a gestão e participação social e a conservação e preservação do meio ambiente, ele não foi – ou não está sendo – um plano executado. Isso se deve a atual conjuntura brasileira, em que a economia está em crise e consequentemente com pouco recurso, além de ser devido ao próprio Estado brasileiro que perdeu boa parte de seu aparelho de planejamento regional ao longo dos últimos anos (Silva *et al.*, 2018, p. 31).

Se, na efetivação das ações ou definição de políticas efetivamente implantadas pelo Estado, o plano não se mostrou eficiente, no campo simbólico é evidente a reafirmação de di-visão do Vale do Jequitinhonha, marcada pelo apego a uma região-personagem. Nesse caso, a combinação entre diagnóstico negativo e promessa de superação constitui um dos elementos do regionalismo associado ao vale, funcionando como princípio estruturante do campo do desenvolvimento desde a criação da Codevale. O que se observa, portanto, não é a substituição de um discurso por outro, mas a atualização de uma mesma matriz de di-visão sobre a região, adaptada às novas exigências institucionais e às mudanças no vocabulário das políticas públicas.

Outro aspecto relevante do PDVJ é a centralidade atribuída ao planejamento técnico como forma legítima de intervenção sobre a realidade regional. A produção de diagnósticos, indicadores e estratégias de ação reforça o papel de agentes vinculados ao

campo tecnoburocrático na definição dos rumos do desenvolvimento, reproduzindo uma configuração já observada nas décadas anteriores, quando elites da área pública ocuparam posições dominantes na formulação das políticas para o Vale do Jequitinhonha.

Como elemento novo, é evidente que o PDVJ se difere do modelo de elaboração de diagnósticos de décadas anteriores, sobretudo pela centralidade atribuída ao planejamento participativo e no método de consulta por meio de oficinas regionais, registradas como parte do processo de elaboração do documento. Ainda que essas práticas indiquem uma ampliação dos mecanismos de consulta e de legitimação, elas não alteram o fato de que a definição final das estratégias permanece concentrada em agentes vinculados ao campo tecnoburocrático, como órgãos de governo, empresas estatais, universidades e especialistas⁶⁹.

Nesse sentido, a atuação da Fundação João Pinheiro pode ser compreendida como parte do mesmo espaço de lutas no interior do campo do poder, no qual diferentes instituições disputam a autoridade para definir problemas, estabelecer prioridades e orientar projetos. A continuidade dessas práticas pode ser compreendida na lógica da disputa, ou seja, o planejamento estatal é parte ativa na produção da representação do Vale do Jequitinhonha que pretende transformar.

A análise do Plano de Desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha permite, portanto, identificar a permanência de uma estrutura simbólica que organiza o modo como a região é representada e tratada no debate público. Mesmo após décadas de políticas, programas e grandes empreendimentos, o vale continua sendo apresentado como região em busca de desenvolvimento, o que indica que a narrativa regionalista não se esgota na implementação de projetos específicos, mas é condição para sua própria reprodução.

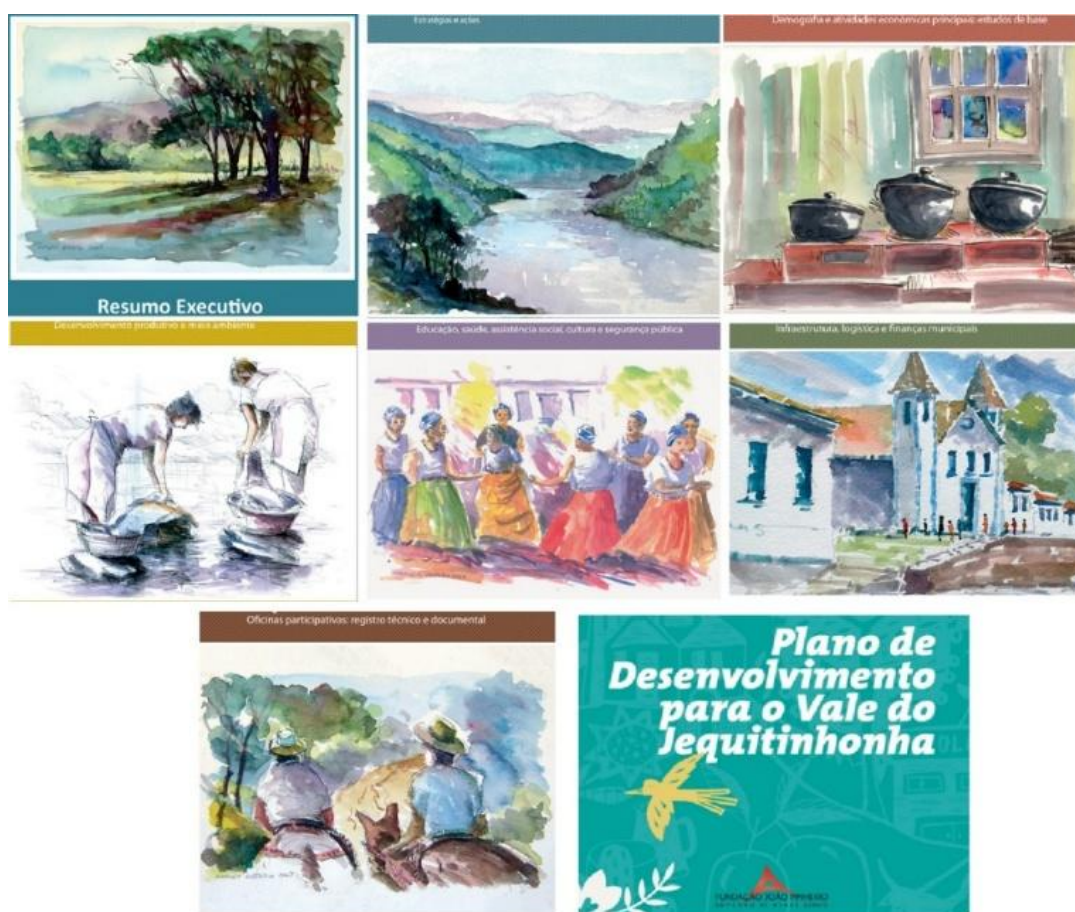
Para compreensão do regionalismo, podemos analisar também a dimensão simbólica dos documentos de planejamento, tanto no discurso, quanto na reprodução de imagens já consolidadas na representação da região, que neste caso, do PDVJ, funciona como uma *doxa*, pois nota-se que o vale aparece como território natural, culturalmente tradicional e socialmente carente, cuja condição justificaria a necessidade permanente de planejamento técnico e intervenção estatal. Um exemplo são as ilustrações (Figura 6), a linguagem e a estrutura do

⁶⁹ No âmbito da elaboração do documento há uma participação de cooperação técnica da Cemig. O próprio documento indica que o objetivo do plano é também subsidiar a atuação da Cemig GT na UHE de Irapé junto aos agentes sociais, privados e públicos nos territórios do Alto e do Médio/Baixo Jequitinhonha. Ou seja, mesmo que tenha uma ampla participação popular, as diretrizes são verticalizadas.

plano, que reforçam a definição da região como espaço a ser desenvolvido, como demonstrou Albuquerque Junior (2011), no caso do nordeste, uma região que se reproduz pela imagem.

Pensar a região requer vê-la, e vê-la não é olhar para sua empiria amorfa, variada e colorida, mas organizar uma dada visibilidade com imagens que sejam consideradas sintéticas, imagens que remetam a uma pretensa essência, imagens simbólicas, arquetípicas, que serão instituídas com seu vir à luz como o rosto da região. Os quadros são cintilações, iluminações, linas de luz, cores, formas, que constroem um dado espaço pictórico para a região, que lhes atribuem formas “verdadeiras e definitivas”; formas que lhes dão corpo e falam da sua alma (Albuquerque Júnior, 2011, p. 165-166).

Figura 7. Síntese imagética, Vale do Jequitinhonha no PDVJ da FJP (2017)



Fonte: Elaboração própria a partir das capas do PDVJ da Fundação João Pinheiro de 2017.

Ao analisar o PDVJ, considerando o histórico de planejamento que vem desde a Codevale e também a FJP, nota-se que ele não representa uma ruptura em relação ao passado, mas a continuidade de um modo de pensar e intervir sobre a região, no qual o regionalismo funciona como princípio de legitimação das ações estatais e como elemento

estruturante das disputas no campo do desenvolvimento. Essa permanência ajuda a compreender por que, no período recente, novas promessas de desenvolvimento, como aquelas associadas à exploração do lítio, podem ser formuladas a partir da mesma lógica discursiva, mais uma vez em nome do Vale do Jequitinhonha.

Um último aspecto, relacionado ao avanço recente da mineração de lítio, diz respeito à distância entre as diretrizes do PDVJ e as escolhas efetivamente realizadas no campo do desenvolvimento regional. Isso porque, mais uma vez a aposta recai sobre grandes empreendimentos e não na diversificação de arranjos produtivos locais e das ações previstas nos próprios eixos⁷⁰ do plano. Isso pode ser interpretado como limitação do planejamento ou como falta de vontade de agentes políticos, no entanto, sob outra perspectiva, o plano revela sua eficácia simbólica, ao contribuir para a continuidade do discurso regionalista que é utilizada para legitimar novos projetos, como o chamado vale do lítio.

⁷⁰ Os eixos de intervenção do PDVJ são: recursos hídricos, desenvolvimento produtivo, desenvolvimento social, infraestrutura econômica e gestão municipal.

CAPÍTULO 4

EM NOME DO VALE DO JEQUITINHONHA: O CASO DO *LITHIUM VALLEY*

4.1 Em nome do vale: a mineração recente e o campo de desenvolvimento em disputa

A mineração é uma atividade da economia global que é marcada por assimetria de poder, ou de posições desiguais dos agentes a ela vinculados, dentro do campo do desenvolvimento. Em diversos países da América Latina, por exemplo, podemos observar, desde os processos de colonização, a existência de atividades de mineração, que, em grande medida eram direcionadas para suprir as demandas dos países europeus⁷¹ que se beneficiam do mercado de *commodities*. A narrativa de que a mineração é uma forma de superação da situação de subdesenvolvimento se tornou um argumento sempre revisitado, a partir de meados do século XX.

A atividade de mineração no Brasil, e mais especificamente em Minas Gerais, não é recente, podemos, por exemplo, citar o trabalho de Prado Júnior (2011), que já a descrevia como realidade desde o período colonial, destacando que, em muitas regiões, a exploração minerária motivou processos de povoamento, como ocorreu em várias localidades de Minas Gerais, entre elas a parte alta do vale do rio Jequitinhonha.

Além de uma atividade importante para a economia, a mineração é uma atividade vinculada à história oficial sobre o Vale do Jequitinhonha. As frentes de ocupação colonial da parte alta da bacia do rio Jequitinhonha, tinham como objetivo a busca por ouro e diamante, como vem sendo destacado em grande parte das pesquisas que, em algum momento, introduzem em tópicos e sessões, as origens do Vale do Jequitinhonha. Assim, é naturalizada a história tanto da região, como da sua ligação com a mineração, que tem vínculo desde o período colonial.

⁷¹ Posteriormente os Estados Unidos e mais recentemente a China.

A mineração, no entanto, com base na exploração do ouro e prata, no período colonial, tem características que diferem daquela que começou em meados do século XX, como desdobramento de iniciativas de grupo empresariais com foco em um mercado mais amplo e global⁷². A exemplo da monocultura do eucalipto e da construção da hidrelétrica de Irapé, também a mineração é uma atividade presente no campo do desenvolvimento e, dessa maneira, é um elemento de disputa por agentes em variados campos (empresários, técnicos, administração pública etc) com interesses nem sempre convergentes.

Destaca-se que a mineração no Vale do Jequitinhonha, inserida no processo de modernização conservadora da região, apresenta características semelhantes às de outras regiões da América Latina⁷³, principalmente no que diz respeito ao processo de exploração de matérias-primas importantes para o mercado mundial. São processos que utilizam dos discursos de desenvolvimento regional para sua implantação, bem como de diversas estratégias de convencimento quanto a sua necessidade⁷⁴, transformando a atividade em algo quase inevitável.

No caso do Vale do Jequitinhonha, a mineração é uma atividade presente em diversas modalidades e formatos ao longo do tempo, sendo que após a década de 1960 sempre foi relacionada ao tema do desenvolvimento regional, assumindo características alinhadas à divisão internacional do trabalho e à demanda por *commodities*. Ressalta-se que historicamente há uma ligação da região com essa forma de exploração, que assume as características do extrativismo, termo aqui utilizado a partir da análise de Acosta (2016) e Svampa (2019), quando se vincula aos interesses do mercado externo.

Ainda no caso específico da região do Vale do Jequitinhonha, tem-se o uso da terra e do trabalho para exploração de recursos naturais, sobretudo com base no agronegócio e *commodities* minerais. É um processo que vem desde a fragmentação da terra em fins do século XIX, até o ponto em que se tornou insuficiente para o sustento das famílias camponesas, quanto dos entraves do manejo dos recursos naturais frente o processo de articulação dessa economia regional ao processo desencadeado pela modernização conservadora na década de 1970, dinamizando uma forma de especialização produtiva das regiões de mineração.

⁷² A mineração no período colonial, voltada à lógica extrativa da metrópole e baseada em baixa complexidade técnica e trabalho escravizado, difere da mineração que se consolida a partir de meados do século XX, marcada por caráter empresarial e industrial, uso de tecnologia, inserção em mercados globais e legitimação pelo discurso do desenvolvimento regional.

⁷³ Ver Araújo (2020).

⁷⁴ Cita-se como exemplo a propalada ideia da transição energética.

Ainda que a dinâmica de produção e acumulação de valor seja reconfigurada, ela apenas reedita, segundo Delgado (2012), “novas roupagens” ao peculiar projeto de acumulação capitalista no século XXI. Centrado, na contemporaneidade, essencialmente na captura da renda da terra, quer seja pela exploração de *commodities* minerais, quer seja pela produção de *commodities* agrícolas.

Ancorada nos discursos de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, a mineração torna-se um mecanismo de uso dos recursos naturais da região para corresponder aos interesses de agentes dominantes⁷⁵ no campo de desenvolvimento. Assim, há sempre interesses e relações de poder entre as elites atuantes na região, que em certa medida, tratam o Vale do Jequitinhonha apenas em função da força narrativa existente no discurso da permanente pobreza regional em contraponto com as suas riquezas.

Nesse sentido, os rumos da atividade minerária geralmente são determinados pelo direcionamento de agentes dominantes no Vale do Jequitinhonha, que estão, de alguma maneira, atuando no campo do desenvolvimento, seja a partir do Estado, ou nas iniciativas de grupos empresariais. Em vista disso, é no contexto da produção de discursos⁷⁶, ou construção de referencial, que influenciam os agentes do campo do desenvolvimento, que os empreendimentos minerários são justificados.

Sob esse ponto de vista, o processo de construção de um referencial é ao mesmo tempo uma tomada de discurso (produção de sentido) e uma tomada de poder (estruturação de um campo de força). Nota-se então uma relação circular entre o processo de construção de sentido e o processo de tomada de poder: é por definir o novo referencial que um ator assume a liderança do setor, afirmando sua hegemonia; mas, ao mesmo tempo, é pelo fato de esse ator afirmar a sua hegemonia que o referencial se torna, aos poucos, a nova norma (Muller, p. 59-60).

Como já apontado, o discurso do desenvolvimento foi institucionalizado na região a partir dos anos 1960, sobremaneira por influência das elites que, atuando em órgãos estatais e privados, pautaram uma série de políticas setoriais (Santos, 2018). Fato esse que, em consequência, subsidiou a apropriação, pelas mineradoras de áreas rurais da região pesquisada, gerando modificações na conjuntura local, sobretudo, na questão agrária, uma vez que as empresas do setor de minério compram ou fazem arrendamentos de grandes áreas para fins de exploração.

⁷⁵ Ressalta-se que o interesse na mineração é parte do campo do desenvolvimento, nesse aspecto não está restrito apenas aos agentes dominantes.

⁷⁶ Ver trabalho de Silva (2016).

Observando o período que foi analisado de maior atuação da Codevale, apontado no segundo capítulo, no ano de 1977, entre os meses de agosto e setembro, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou uma série de reportagens sobre a “realidade” do Vale do Jequitinhonha, naquele período fortemente marcada pelo estigma da miséria e da seca. Entre as reportagens, destaca-se as entrevistas com garimpeiros locais e camponeses, que viviam às margens do rio Jequitinhonha, entre os municípios de Araçuaí e Itinga. Essa série de reportagens foi disponibilizada no ano seguinte pela “Igreja de Araçuaí”, diocese responsável pelas pastorais sociais atuantes na região.

A reportagem foi intitulada “O progresso no vale da fome: o povo não é beneficiado”. Por meio das entrevistas é possível perceber os processos de fabricação de uma imagem que serviu para fins de uso posterior, demarcando interesses, tanto políticos, como de empresas privadas. Segue a carta denúncia feita pelo delegado do Sindicato Regional dos Garimpeiros de Araçuaí, na época (1977), Antônio Viana Jardim, ao governador de Minas Gerais, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, informando a situação de apropriação dos direitos de mineração por parte da Empresa Arqueana de Minérios e Metais Ltda., em detrimento dos direitos de garimpo artesanal local:

Respeitosamente levo ao conhecimento de V. Excia a ocorrência que está acontecendo no nosso Vale do Jequitinhonha no Município de Itinga e Araçuaí, que é sediada uma firma de Mineração cujo nome Arqueana de Minérios e Metais Ltda, cujo a mesma disse que tem mais de 20 mil hectares que por ela foi requerido o subsolo e no momento deu termo de advertência para todos os garimpeiros e proprietários da região que trabalham nesse setor, cujo anexo envio a V. Excia fotocópia da mesma advertência. ‘Sr. Governador, se tal coisa acontecer, conforme a intenção da referida firma a situação do nosso Vale do Jequitinhonha vai tornar-se em calamidade pública, pois o que vem aguentando a nossa região é realmente a área da garimpagem, que produz pedras coradas e minérios industriais, que aguenta quase com a metade da nossa comunidade, pois é ali que os mesmos homens, mulheres e crianças, é que defendem o seu pão semanal para o seu sustento (Kotscho, 1978, p. 19).

Essa “carta denúncia” é uma resposta do delegado sindical da época, em contraponto à circulação de uma advertência que a empresa Arqueana de Minérios e Metais Ltda. estava entregando aos garimpeiros⁷⁷ residentes no percurso de cerca de 30 quilômetros das proximidades

⁷⁷ A atividade de garimpo artesanal é presente em várias cidades próximas ao local onde a empresa Arqueana tinha sua atividade (hoje a Sigma Lithium). A garimpagem artesanal é uma atividade que difere da mineração que tratamos nesta pesquisa. Esse é um tema que merece aprofundamento, pois o garimpo artesanal convive com a mineração em larga escala e por vezes a atividade é colocada nos mesmos parâmetros analíticos, o que não considera a realidade socioeconômica da atividade para os trabalhadores que sobrevivem desse modo artesanal de trabalho com a terra.

do rio Jequitinhonha, entre os municípios de Araçuaí e Itinga. Essa advertência além de outras ameaças, dizia:

Assim fica V. Sa. devidamente advertido das proibições e consequentes penas, caso não cumpra essas leis. Com base nisso é que a ARQUEANA DE MINERIOS E METAIS LTDA, não tolerará essas irregularidades nas suas áreas de autorização de pesquisa ou concessão de lavra. Sabendo das proibições, V. Sa. deverá PARAR IMEDIATAMENTE OS TRABALHOS DE LAVRA CLANDESTINA E DE GARIMPAGEM, afim de evitar medidas enérgicas para o fiel cumprimento desses preceitos legais mencionados. Caso interesse a V. Sa. trabalhar em nossa empresa, poderá se dirigir aos nossos escritórios, para ajustar as condições, já que estamos em franca expansão e carentes de mão-de-obra (Kotscho, 1978, p. 19).

É importante pontuar que a empresa Arqueana de Minérios e Metais ao direcionar essa proibição aos moradores da localidade se embasa em construções legais operacionalizadas pelo Estado brasileiro. Sobre a “legalidade” apontada pela empresa, observa-se que ela está vinculada à mudança ocorrida no Decreto-Lei n.º 227, de fevereiro de 1967 (Código de Mineração), dada por meio da Lei nº 6.403, de 1976, em seu artigo 75, que traz a seguinte proibição: “Art. 75. É vedada a realização de trabalhos de garimpagem, faiscação ou cata, em área objeto de autorização de pesquisa ou concessão de lavra” (Brasil, 1976).

Percebe-se nas citações do jornal “O Estado de São Paulo” e na própria legislação, a implantação de um projeto que perdura até os dias atuais, evidentemente com roupagens, às vezes iguais, às vezes diferentes, no entanto, com finalidade similar, que é criar possibilidade de execução dos projetos e empreendimentos apresentados como de desenvolvimento regional. Utiliza-se um discurso que naturaliza a apropriação da terra por parte de uma empresa e transforma o morador local em funcionário ou até mesmo invasor.

Destaca-se que a importância da mineração no Vale do Jequitinhonha, inserida no contexto desenvolvimentista, já era tema narrado nos diagnósticos de agências estatais. Desde a década de 1970 já havia pesquisas acadêmicas com interesse minerário em Araçuaí e Itinga, como por exemplo, a tese apresentada por Sá (1977).

Na região dos municípios de Itinga e Araçuaí, no médio Jequitinhonha, Nordeste de Minas Gerais, foram estudados mais de uma centena de pegmatitos distribuídos em uma área de aproximadamente 800 km². Trata-se de um distrito que contém depósitos de cassiterita e minerais de Lítio, estes de maior importância econômica, além de quantidades subordinadas de tantalita-columbita, bem como pedras semi-preciosas (Sá, 1977, p. vii).

Brandão (1974) também aponta sobre a potencial riqueza mineral do Vale do Jequitinhonha, que seria como um “museu de mineralogia”, tamanha a reserva existente na região.

É evidente que o Vale do Jequitinhonha não é somente rico, e sim assombrosamente fecundo em minerais, até agora ali dados e apontados como existentes. E os desconhecidos? Será que no Museu de Mineralogia – Vale do Jequitinhonha – faltarão os minérios radiativos, hoje tão avidamente procurados pelas grandes potências? Quem fez investigações nesse sentido? Ninguém nos dirá; porque, de resto, diga-se, a bem da verdade, nunca o Vale mereceu dos poderes competentes um estudo sensato e equilibrado, no tocante à descoberta e qualificação de suas reservas minerais (Brandão, 1974, p. 74).

Publicado em agosto de 1980, o documento “Projeto estudos integrados do Vale do Jequitinhonha: recursos minerais” (CETEC, 1980) traz uma ampla análise sobre os aspectos da ocorrência mineral na região. Logo na introdução do documento, percebe-se o interesse relacionado ao conhecimento sobre o tema.

Neste capítulo serão analisados os depósitos e as ocorrências minerais de todo o Vale do Jequitinhonha, visando identificar os principais aspectos relativos aos tipos e controles das mineralizações, seus aspectos legais e econômicos, fornecendo os subsídios para o planejamento mínero-metalúrgico e selecionar áreas realmente promissoras. As ocorrências e os depósitos minerais atualmente conhecidos, concentram-se, sobretudo, no sul e sudoeste da área. A região em apreço é a maior produtora de diamante do país, tanto industrial quando gema. Destaca-se também pela sua significativa produção de ouro e uma considerável produção de pedras preciosas e semi-preciosas (águas marinhas, turmalina, crisoberilo, topázio, rubelita, etc), além de outros minerais tipicamente pegmatíticos (petalita, feldspato, espodumênio, ambligonita, cassiterita, tantalita-columbita, etc). Adita-se ainda a produção de grafita e uma notável contribuição em minério de manganês, além das importantes reservas de minério de ferro, de alumínio (bauxita) e de cromita. Enfocam-se essencialmente os distritos de pegmatitos, de grafita, de ferro, de manganês, de bauxita, de cromita e o de diamante-ouro. Toda gama de material de construção cível é amplamente encontrada na região, assim como jazimentos de calcários para corretivos (CETEC, 1980, p. 7).

O interesse na mineração é uma realidade na região que tem constantes retornos. Isso faz com que a atividade, a exemplo de outros grandes empreendimentos implantados na região seja elegível a se tornar uma saída para o Vale do Jequitinhonha como um problema público ainda não resolvido. Nesse sentido é que vem ganhando destaque uma nova promessa de redenção regional como base na exploração mineral, sendo que, atualmente, há um processo de

expansão das fronteiras⁷⁸ de exploração mineral em diversos municípios circunscritos pela representação Vale do Jequitinhonha.

Um grande empreendimento, em curso, que merece destaque, é à mineração para produção de óxido de lítio. Mesmo sendo um mineral já explorado desde a década de 1990, pela empresa Companhia Brasileira de Lítio (CBL), o destaque discursivo tem relevância somente com o projeto da empresa Sigma Lithium, localizada nas proximidades de Araçuaí e Itinga, que efetivou a construção de uma unidade industrial nos arredores da comunidade rural de Piauí Poço Dantas (Itinga, Minas Gerais).

O histórico da atividade minerária na localidade onde hoje opera a Sigma Lithium começou muito antes da constituição da empresa. Como apontado por Sá (1977), desde o final da década de 1960, na localidade conhecida como lavra da cachoeira, o espodumênio era extraído, sendo esse material já conhecido pelos garimpeiros artesanais do entorno. Santos (2024) também indica o contexto da década de 1960, como o período em que há mais registros sobre a indústria de lítio no Brasil.

Quadro 5. Período e contexto do lítio.

(Continua)

PERÍODO	INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEXTO DO LÍTIO
Década de 1940	Primeiros estudos sistemáticos visando à implantação de uma indústria extrativa. Foi criada a Orquima.
1950	O fazendeiro Avelar Pereira encontrou material escuro e pequeno na lavra do Genipapo, identificado como cassiterita no vale do rio Piauí, na divisa dos municípios de Araçuaí e Itinga, no estado de Minas Gerais.
1952	Companhia Estanífera do Brasil (CESBRA) instalou-se na região, iniciando trabalho de pesquisa e exploração de cassiterita, ambligonita e alguns pegmatitos em escala industrial.
1956	A Orquima iniciou a produção de carbonato de lítio em São Paulo.
1959	Exportação de lepidolita, mineral rico em lítio, para o Japão.
1972 a 2012	Arqueana de Minérios assumiu os direitos de pesquisa e lavra nos pegmatitos das áreas dos vales dos ribeirões Piauí, Jenipapo e Córrego das Tesouras.

⁷⁸ Nesse aspecto, observo a utilização do modelo de planificação, que continua seguindo propostas de determinar a “vocação” regional para alguns modelos de exploração, como por exemplo, a mineração. Ver Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM – 2030 (Brasil, 2010). Barbosa, Brito e Lima (2016, p. 303-304) apresentam observações importantes sobre a região Norte de Minas, sendo o Plano Nacional de Mineração 2030 um planejamento estratégico de crescimento da exploração mineral, por parte do Estado e mineradoras. Assim como os autores apontam para a nova fronteira mineral no Norte de Minas, no caso do Vale do Jequitinhonha, observo que a exploração do lítio na Grota do Cirilo representa uma expansão acelerada da fronteira mineral já em andamento, no Vale do Jequitinhonha.

(Conclusão)

PERÍODO	INFORMAÇÕES SOBRE O CONTEXTO DO LÍTIO
1986	Após acordos comerciais com a Arqueana Minérios e Metais, a CBL assume o controle da Mina da Cachoeira (espodumênio).
1991	Início das operações da CBL, estabelecendo-se entre Araçuaí e Itinga.
2012	A Rix Mineração adquiriu a Arqueana Minérios e Metais e incorporou a Sigma Mineração, que assumiu a titularidade de todos os processos minerários.
2018	Início das operações da Planta Piloto da Sigma Lithium.
2023	Inauguração da primeira fase de operação de comercialização do lítio da Grota do Cirilo, da Sigma Lithium. Exportação da primeira remessa.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa em Sá (1977), Santos (2024), Heider e Siqueira (2023).

A Sigma Lithium iniciou sua atuação no Vale do Jequitinhonha no ano de 2012, adquirindo os direitos minerários da empresa Arqueana.

Atuando na exploração e desenvolvimento de projetos no setor mineral de lítio e seus subprodutos, a Sigma tem como sede das suas atividades a Mesorregião do Jequitinhonha em Minas Gerais, onde é detentora de 28 (vinte e oito) processos minerários, divididos nos projetos Grota do Cirilo, Jenipapo, Santa Clara e São José, compreendendo uma área total de 18.887 ha. Ao todo, a Sigma já investiu R\$ 195 milhões em trabalhos de pesquisa mineral no desenvolvimento da sua rota de processo para produção de concentrado de lítio a partir do espodumênio e na implantação de uma planta-piloto, com o objetivo de otimizar parâmetros de processo e testar a aceitabilidade do seu concentrado no mercado internacional (Estudo de Impacto Ambiental, Projeto Grota do Cirilo - Pegmatito Barreiro, 2024, p. 26).

Nos documentos da empresa, que são apresentados como justificativa aos projetos, e também como exigências técnicas da legislação brasileira, os municípios de Araçuaí e Itinga são tratados de forma homogeneizada sob a designação de Vale do Jequitinhonha. Com isso, o discurso dos contrastes regionais é acionado, numa tentativa de validar a atuação da empresa. Nesse contexto, a empresa Sigma Lithium é também um agente institucional que se utiliza dos discursos sobre o desenvolvimento regional.

Desse modo, o regionalismo analisado ao longo deste trabalho, assim como ocorreu nos casos da monocultura do eucalipto e da construção da hidrelétrica de Irapé, funciona como elemento de legitimação do empreendimento. Ou seja, a continuidade da narrativa de Vale do Jequitinhonha dos contrastes é uma estratégia discursiva e institucional que cria

um ambiente simbólico e político no qual a presença da empresa passa a ser percebida, no campo do poder, como necessária, desejável e quase inevitável.

A empresa é legitimada pela promessa, pela expectativa e pela repetição do discurso de redenção econômica. Assim, a Sigma Lithium é incorporada ao jogo do campo como agente legítimo, não por aquilo que entrega ou objetivamente produz, mas por aquilo que representa dentro de uma estrutura discursiva já consolidada, que continuamente reinscreve o Vale do Jequitinhonha como uma *illusio*.

Um exemplo de como a empresa participa, como agente em meio ao discurso de contrastes do Vale do Jequitinhonha, é a propaganda em relação ao investimento no “social”. Ou seja, a empresa teria responsabilidade social com o Vale do Jequitinhonha, que por sua vez, precisa dessa intervenção, pois como sempre foi apresentado, é um problema público. Essa forma de perceber o lugar é típica da violência simbólica, assim a empresa está na posição de salvar ou redimir o Vale do Jequitinhonha, mesmo que sua atuação seja restrita apenas numa localidade entre os municípios de Araçuaí e Itinga.

Quadro 6. Di-visão do Vale do Jequitinhonha pela Sigma Lithium.

VALE DO JEQUITINHONHA SEM A EMPRESA	VALE DO JEQUITINHONHA COM A EMPRESA
Muitas pessoas no Vale do Jequitinhonha são vulneráveis à fome e a problemas de saúde. Isso geralmente ocorre devido a ganhar menos de R\$ 3 por dia (equivalente a aproximadamente US\$ 0,60).	Para atenuar esse problema, temos trabalhado para fornecer apoio vital às comunidades locais. Isso inclui o combate à fome por meio da distribuição de 7.000 cestas básicas, com o compromisso de distribuir mais 7.000. Essa iniciativa ajuda cerca de 2.400 famílias de baixa renda por mês e pode fornecer até 3,6 milhões de refeições para moradores locais necessitados.
Escassez de água.	Programa “Seca Zero para Pequenos Agricultores”. Para combater ainda mais os impactos da escassez de água na região do Vale do Jequitinhonha, a Sigma Lithium se comprometeu a doar 3.000 tanques de água para moradores localizados próximos à fábrica da <i>Greentech</i> .
Falta de iniciativa e investimento.	Microcrédito para mulheres empreendedoras.

Fonte: Elaboração própria a partir de análise em Sigma Lithium (2026).

O projeto da empresa Sigma Lithium tem escala de grande empreendimento para exploração do lítio. Tanto a empresa, como o Estado o apresenta, no campo do desenvolvimento, como uma nova promessa de redenção do Vale do Jequitinhonha. Há uma organização entre agentes dominantes que, por interesses de conservação da dominação nos campos, articulam todo capital acumulado para garantir suas posições. Um

exemplo que demonstra interesse entre agentes do campo político e do econômico pode ser observado na organização da própria burocracia de Estado. No ano de 2022, o governo federal sancionou o Decreto nº 11.120, de 05 de julho de 2022, que permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados (Brasil, 2022). De acordo com Hences (2023),

na contramão de países da América Latina, que estão nacionalizando a exploração de lítio em seus territórios, o governo brasileiro publicou no início do mês de julho um decreto que flexibiliza as exportações de lítio no Brasil. O decreto nº 11.120, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) e pelo ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida reduz o controle do Estado sobre as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados. A publicação acende um alerta sobre a exploração internacional do lítio e demais recursos minerais do Brasil, pois favorece empresas multinacionais como a Sigma Lithium, que tem um mega projeto de exploração do lítio no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais (Hences, 2023, p. 1).

Santos (2022) também aponta o decreto nº 11.120, de 05 de julho de 2022, como uma abertura de reservas estratégicas de lítio por parte do governo brasileiro para o mercado internacional. Com essa medida, outras indústrias⁷⁹ poderão sofrer os impactos de um mercado aberto, principalmente porque no cenário mundial há uma procura pelo lítio com foco na indústria de veículos elétricos. Ainda de acordo com Santos (2022):

com a sétima maior reserva mundial de lítio, e na condição de país subdesenvolvido dependente da venda de *commodities*, o foco da nossa estratégia deveria estar na criação de uma cadeia de valor e na competitividade do lítio brasileiro e não na liberalização do mercado. Até porque, o decreto que regulou esta matéria-prima até julho de 2022 não foi um entrave significativo para a sua exportação, e prova disto é o aparecimento, nos últimos anos no Brasil, de novos *players* empresariais vocacionados para exportação (Santos, 2022, p. 1).

Ressalta-se que a exploração de lítio em Araçuaí e Itinga tem se estruturado em torno de agentes sociais que representam diversos segmentos dominantes, caracterizando, como apontado ao longo da pesquisa, um campo do poder. A organização de eventos do segmento da mineração, como o *Lithium Business* expressa a forma como esse campo se organiza. Iniciado em 2023, o *Lithium Business* é institucionalmente apresentado como o maior evento de lítio do Brasil.

⁷⁹ Santos (2022) cita, por exemplo, a indústria da graxa e a indústria farmacêutica.

Idealizado pelo Prof. Rossandro Ramos e apresentado pela R2 Valor Público, o Lithium Business reúne os principais *players* do mercado de Lítio brasileiro, **com foco especial no Vale do Jequitinhonha**. Destacando não apenas a riqueza local, mas também explorando seu potencial para oportunidades futuras. A Transição Econômica em direção a uma pegada de carbono zero tem evidenciado o papel estratégico dos Minerais Críticos, assim denominados porque as nações buscam resguardar os suprimentos de materiais considerados vitais para suas capacidades industriais e militares (Lithium Business, 2024, p. 1, grifo nosso).

Nota-se uma rede de agentes sociais na organização que marcam o campo do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha com a presença de instituições privadas e do Estado entre os patrocinadores e apoiadores do evento.

Figura 8. Agentes patrocinadores e apoiadores do *Lithium Business* 2024.



Fonte: Lithium Business (2024).

Os agentes apresentados como patrocinadores e apoiadores do *Lithium Business* representam diversos campos. Pelo expressivo número de exposição de marcas, nota-se que há um interesse em vincular as instituições ao debate em torno da temática do lítio e Vale do Jequitinhonha. Empresas específicas do setor de mineração, como a CBL, a Latin Resources, a Lithium Ionic, a Sigma Lithium *etc* se juntam simbolicamente, na mesma imagem, com o apoio de órgãos públicos (federal, estadual e municipal), como o Governo Federal e Estadual, a Prefeitura e a Câmara Municipal de Araçuaí, instituições de ensino como a UFVJM e o IFNMG, órgãos da sociedade civil como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Comercial e Industrial de Araçuaí.

Quadro 7. Imagem institucional e o *Lithium Business*.

AGENTE INSTITUCIONAL	SETOR	FINALIDADE
Sigma Lithium, CBL, Latin Resources, Lithium Ionic.	Mineração / Lítio	Extração de lítio, pesquisa e desenvolvimento de projetos de lítio, produção e exportação de concentrado de lítio.
Clam, Ignea Geologia	Consultoria	Gestão ambiental e ESG, consultoria, estudos técnicos.
Geosol, Geosedna, Steinert, PAREX Engenharia, Sammix, Foraco, Servdrill, DrillGeo, Transponteio, Jdantas	Serviços	Serviços de sondagem geológica voltados à pesquisa mineral, equipamentos e análises, transporte.
Multotec, NETZSCH, Hazemag, Sandvik, Alfa Laval	Equipamentos	Soluções de processamento mineral, tecnologias de moagem e processamento, britagem, máquinas e ferramentas de mineração, tecnologias de separação.
GME – Geologia e Mineração Engenharia, Ausenco	Engenharia / Geologia	Projetos e consultoria mineral.
TOMRA, BA1 Inteligência Mineral, SciAps, Sepro, Benchmark Minerals Intelligence	Tecnologia	Soluções de classificação mineral, dados e inteligência mineral, dados estratégicos, serviços de consultoria para as tecnologias e cadeias de suprimentos essenciais para a transição energética.
International Lithium Association, IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração	Associação Setorial	Articulação global do setor, representação institucional da mineração.
Revista Mineração & Sustentabilidade, Lítio News, Podcast da Mineração, Daniel News Divulgações, Minera Brasil	Mídia	Divulgação de informações do setor, cobertura jornalística do lítio, informação sobre mineração.
ADIMB	Agência Setorial	Associação de empresas e instituições do setor mineral.
Prefeitura de Araçuaí, Câmara Municipal de Araçuaí, Governo de Minas Gerais, Governo do Canadá, Ministério de Minas e Energia, Governo Federal, Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM)	Agentes governamentais	Gestão pública local, legislação e fiscalização, políticas públicas, política mineral, mapeamento geológico, apoio diplomático e econômico.
OAB Minas Gerais, AKA - Associação dos Kiauzeiros Ausentes, ACI Araçuaí	Sociedade Civil	Regulação jurídica, associação sem fins lucrativos, representação empresarial.
IFNMG – Campus Araçuaí, UFVJM, NAP Mineração	Instituição de ensino. Grupo de pesquisa	Formação técnica, ensino e pesquisa.
Invest Minas, SEBRAE	Investimento e apoio empresarial	Atração de investimentos e incentivo a negócios.

Fonte: Elaboração própria.

A presença de patrocinadores e apoiadores corporativos e institucionais das mais diversas representações, sobretudo não vinculados necessariamente ao circuito mineral, estrutura uma dimensão simbólica que constitui um mecanismo de legitimação pública e técnica dos empreendimentos extrativos. Isso demonstra que há um jogo em que agentes dominantes nessas

instituições querem participar, pois apesar de estarem em campos específicos, como o empresarial, o acadêmico e o da função pública, quando reunidos, em nome do Vale do Jequitinhonha, estão no mesmo campo do poder. Nesse arranjo, o patrocínio e o apoio não atuam apenas como financiamento de eventos ou iniciativas, mas como investimento em capital simbólico, capaz de naturalizar a mineração de lítio como horizonte inevitável e desejável, reconfigurando percepções públicas sobre o futuro econômico do vale.

Nota-se que uma característica comum do projeto de mineração, como o da Sigma Lithium, é a ocorrência de um discurso homogeneizante da região. Nesse sentido, observa-se que umas das estratégias de apresentação e legitimação da empresa é a de que ela representa uma janela de oportunidades para o desenvolvimento regional do Vale do Jequitinhonha, sendo uma redenção econômica. Essa é uma estratégia dos grupos dominantes para marcarem posição no campo do desenvolvimento, criando uma narrativa da inevitabilidade dos projetos, assim como apontado em Barbosa (2024).

Dois princípios de classificação são fundamentais no campo analítico dos grandes empreendimentos neoextrativistas: i) inevitabilidade; ii) redenção econômica para a região onde será instalado. Configuram-se como estruturas cognitivas cujo "efeito de crença" entre os agentes sociais, inclusive os agentes de Estado, torna a violência intrínseca legitimada. Por exemplo, a legitimação de "zonas de sacrifício", nas quais comunidades inteiras são submetidas a processos de violência lenta e sofrimento social, como consequência "inevitável" da implementação de grandes projetos extrativistas (minerário por exemplo) sob a "crença" da redenção/salvação econômica dos lugares (Barbosa, 2024, p. 6).

No sentido apontado por Barbosa (2024) a mineração cumpre esse papel de uma renovada promessa de desenvolvimento regional, sendo apresentada como salvação do Vale do Jequitinhonha. Essa promessa de redenção regional só é possível pelo fundamento na construção de um discurso regionalista como analisado nos capítulos anteriores. A questão, no entanto, é colocada de modo sutil, com base na apropriação simbólica de elementos presentes no campo de desenvolvimento, sobretudo a ideia de contraste do Vale do Jequitinhonha. Essa forma de articulação dos grupos dominantes tem benefício para os próprios agentes do campo, uma vez que garante a manutenção da dominação.

4.2 Do Jequitinhonha ao *lithium valley*: o poder do discurso e a violência simbólica legítima

Em maio de 2023, reunidos na cidade de Nova Iorque, nos Estados Unidos, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema e diversos representantes do governo e grupos empresariais

lançaram o projeto *Lithium Valley Brazil*. Neste evento foi institucionalizado, ao menos naquele meio, o termo “*lithium valley*” com a respectiva tradução de “vale do lítio”, usado para se referir a um grupo de municípios circunscritos pela representação do Vale do Jequitinhonha, que foram colocadas no centro do discurso para exploração de lítio, no contexto da crescente atividade de mineração em andamento. Esse lançamento marcou a utilização pública e institucional do nome para promover a região como um polo global de lítio e pretensamente atrair empresas da cadeia produtiva do metal.

No lançamento do projeto, é notória a utilização do discurso do desenvolvimento que vem estruturando a construção do Vale do Jequitinhonha como problema público, que deve ser tratado oficialmente. Nesse sentido, é um discurso que funciona como uma estrutura estruturada e estruturante e demonstra como o Estado se posiciona em seu papel de articulador de agendas, inclusive nomeando e instituindo pautas para o debate público.

Figura 9. Governo de Minas realiza lançamento mundial do projeto Vale do Lítio.



Fonte: Minas Gerais, 2023b, sendo os créditos da imagem atribuídos a André Cruz (Imprensa de Minas Gerais).

O vale do lítio foi apresentado a partir da agregação de 14 municípios do estado de Minas Gerais, sendo eles Araçuaí, Capelinha, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Malacacheta, Medina, Minas Novas, Pedra Azul, Rubelita, Salinas, Virgem da Lapa, Teófilo Otoni e Turmalina. De acordo com a apresentação do projeto “*Lithium Valley Brazil*”,

esses municípios abrigam a maior reserva nacional de lítio. De acordo com o governador, o lançamento do projeto na Nasdaq significa que Minas Gerais está mostrando para o mundo o grande potencial que tem na produção do metal estratégico, que terá, segundo Zema, papel fundamental na transição energética. “Queremos que o Vale do Jequitinhonha se transforme no vale da tecnologia para a produção de baterias e demais produtos de valor agregado” (Minas Gerais, 2023b).

A principal entidade responsável institucionalmente pela orientação do projeto é a Invest Minas⁸⁰, uma agência de promoção de investimentos do estado de Minas Gerais vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Esta agência esteve diretamente envolvida com a concepção inicial da iniciativa do projeto “vale do lítio”, como também é responsável pela sua continuada promoção junto a investidores nacionais e internacionais, atuando como interface entre o governo, empresas e o mercado global.

Figura 10. Mineração como portfólio empresarial do estado de Minas Gerais.



Fonte: Invest Minas (2026).

⁸⁰ A Invest Minas é apresentada institucionalmente como a primeira agência de promoção de investimentos do Brasil, sendo ela vinculada ao estado de Minas Gerais. Sua criação foi no final da década de 1960, então com o nome de Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), que integra a administração pública indireta do poder executivo do estado. No ano de 2019 foi aprovada a alteração estatutária, onde o INDI adota Invest Minas como título de estabelecimento.

Ao lançar o projeto *Lithium Valley*, o governo de Minas Gerais demonstra alinhamento político com o campo empresarial. Destaca-se, por exemplo, que em setembro de 2022, a CEO da Sigma Lithium, Ana Cristina Cabral-Gardner, em entrevista para a revista *Mineração e Sustentabilidade*, já enunciava que: "depois de anos atuando no exterior, é uma honra transformar o Vale do Jequitinhonha no Vale do Lítio" (Alvarenga, 2022, p. 15), ou seja, meses antes do lançamento de Estado do projeto com a mesma expressão discursiva. Assim, mais uma vez a nomeação constante do Vale do Jequitinhonha, que vem desde a década de 1960, está em meio a disputa dos enunciados performativos sobre a região.

É notória, nesse contexto, a relação estabelecida pela CEO da Sigma Lithium com parte de agentes políticos que ocupam posições dominantes no campo do poder. Em agosto de 2025, Ana Cabral recebeu o título de cidadã honorária do Estado de Minas Gerais, em homenagem realizada na Assembleia Legislativa, por requerimento do deputado Gil Pereira (PSD). Em sua justificativa, o parlamentar mobiliza as mesmas imagens e contrastes historicamente associados ao Vale do Jequitinhonha, reafirmando uma narrativa que opõe pobreza e desenvolvimento.

Sob a competente liderança de Ana Cabral, já foram investidos quase R\$7.000.000.000,00 no Vale do Jequitinhonha, gerando 1.600 empregos diretos e 13 mil empregos indiretos, representados, em sua ampla maioria, por mão de obra local, ou seja, pelos nossos irmãos do Vale do Jequitinhonha. E assim vai ficando para trás o estigma do "Vale da Pobreza" para se viver os novos tempos do Vale do Lítio, marcado por desenvolvimento, esperança e prosperidade. [...] Nós, mineiros, conhecemos a beleza e a riqueza da arte e da cultura do nosso Vale, especialmente do seu incomparável artesanato. Ana Cabral, com a sua sensibilidade feminina, vislumbrou a grandeza do trabalho das mulheres do Vale e abraçou essa causa (Gil Pereira – PSD, Diário do Legislativo, 2025, p. 3).

Ao final de sua fala, Gil Pereira (PSD) reforça a imagem de que o futuro do Vale do Jequitinhonha estaria diretamente ligado à mineração do lítio e à liderança de Ana Cabral. Destaca-se também a utilização do discurso da mineiridade, que no mesmo sentido de ser do Jequitinhonha, a presidente da Sigma Lithium é apresentada como nova cidadã de Minas Gerais e do Vale do Jequitinhonha.

Minha amiga Ana, esta homenagem é, acima de tudo, o reconhecimento de Minas Gerais ao seu trabalho, zelo e compromisso com o nosso maior tesouro, o povo mineiro. Este mesmo povo mineiro que a recebe e a acolhe como filha e herdeira da nossa mineiridade e do nosso jeito simples de dizer: obrigado, viu? A poesia de Carlos Drummond nos empresta: "No meio do caminho tinha uma pedra". Sim, no caminho do Jequitinhonha sempre houve obstáculos. Porém, sob sua liderança, a pedra se fez lítio. E do lítio brotou prosperidade, brotou futuro, brotou dignidade. Que fique gravado com o verso e como destino: no meio do

caminho do Jequitinhonha havia uma pedra, e dessa pedra se fez o futuro. Muito obrigado (Gil Pereira – PSD, Diário do Legislativo, 2025, p. 4).

Após o discurso do deputado Gil Pereira (PSD), a homenageada Ana Cabral, em sua fala, reproduz uma estrutura já recorrente sobre o Vale do Jequitinhonha. Seu discurso tem uma construção narrativa de missão civilizatória em que a mineração do lítio aparece como solução à suposta pobreza histórica do Vale do Jequitinhonha. Há uma inversão de perspectivas, em que o problema do vale não seria a exploração econômica, mas a ausência dela. Assim, a mineração aparece como solução natural e a empresa Sigma Lithium é apresentada não apenas como empreendimento econômico, mas como projeto social que articula capacitação de mulheres, programas sociais, incentivo a escolas públicas, reinvestimento de lucros e geração de empregos.

Quadro 8. Discurso dos contrastes, Ana Cabral e a Sigma Lithium.

VALE DA POBREZA / CARÊNCIA	VALE DA RIQUEZA / OPORTUNIDADE
Em 2012 o Vale era destruído.	[...] um lugar rico.
Não tinha oportunidades, [...] era cheio daquela tristeza dos encontros e despedidas.	É a semente do 5º maior complexo industrial mineral produtor de lítio do mundo.
As crianças lá do Vale [...] ficavam levando lata d'água na cabeça para as suas casas. Eram mulas de água, era uma geração perdida que não ia para a escola, foi trabalhar no bananal e hoje trabalha na Sigma.	Nós as treinamos para virarem operadoras de fábrica. Elas têm esperança, porque os seus filhos estão nas escolas que a gente construiu, os seus filhos vão ter um futuro muito melhor.
Viúvas do Vale, viúvas de maridos vivos.	Do meu time de 1.600 pessoas, 85% são nascidas e oriundas do Vale.

Fonte: Elaboração própria a partir de pesquisa em Diário do Legislativo (2025).

Essa forma de discurso demonstra o investimento no regionalismo para ganhos simbólicos associados ao Vale do Jequitinhonha. Trata-se de uma estratégia discursiva que permite converter a imagem histórica de carência em promessa de prosperidade, produzindo legitimidade social e aceitação política para o empreendimento minerário. Nesse sentido, o regionalismo funciona como princípio simbólico de organização do poder, contribuindo para naturalizar o projeto econômico da Sigma Lithium e reforçar posições dominantes no interior do campo do desenvolvimento.

Além de receber o título de cidadã honorária na Assembleia Legislativa, Ana Cabral também foi condecorada, no ano de 2024, com a Medalha da Inconfidência, a mais alta

honraria concedida pelo governo de Minas Gerais, destinada a personalidades consideradas relevantes para o desenvolvimento do estado (Minas Gerais, 2024). Esse tipo de distinção opera como forma de consagração simbólica, no contexto de convergência entre Estado, grupos políticos e iniciativa privada na reprodução de uma ortodoxia do desenvolvimento, na qual o Vale do Jequitinhonha continua sendo mobilizado como categoria simbólica capaz de justificar projetos econômicos em nome da superação histórica da pobreza.

Mesmo que a atuação da empresa Sigma Lithuim aconteça nos municípios de Araçuaí e Itinga, observa-se a vinculação discursiva com a representação do Vale do Jequitinhonha. Inclusive com abordagens que resgatam o discurso de contrastes, pois, como também destacou Ana Cabral, sobre o investimento da empresa, inicialmente “o propósito era colocar nosso dinheiro atrás do discurso” (Alvarenga, 2022, p. 13). Em uma abordagem direcionada ao campo empresarial, considerando o alcance da revista, percebe-se a tentativa de valorização da empresa e seus programas, utilizando a imagem da região em seu caráter de estigma com viés depreciativo.

Embora o Rio Jequitinhonha seja perene, a população ribeirinha precisava de caminhão-pipa para consumir água. A razão é simples: aquele manancial é um esgoto a céu aberto, que recebe todo tipo de coliformes fecais. Nem nosso sensor óptico foi capaz de funcionar. [...] Antes da pandemia, a Sigma estruturou um plano de desenvolvimento regional, com ações definidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Mas a crise sanitária fez invertermos a ordem de prioridades: trouxemos o objetivo três – saúde e bem-estar – à frente da educação. Em março de 2020, aproveitamos nossa capilaridade para abastecer 16 entidades em Araçuaí, que atendem 240 mil pessoas ao ano, com toneladas de álcool em gel e de desinfetante hospitalar – uma necessidade apontada pela população local. As dificuldades da comunidade também nos motivaram a estender o programa para três anos, além de oferecer cestas básicas para as famílias – principalmente aquelas formadas pelas ‘viúvas do Vale’. Enquanto as prefeituras nos ajudaram a identificar 3 mil famílias vivendo com menos de R\$ 90 por mês, mobilizamos empresários para arrecadar fundos, com apoio do Rotary. A Sigma sozinha viabilizou 2,2 milhões de refeições, dando fim à fome em Araçuaí e Itinga (Alvarenga, 2022, p. 13-14).⁸¹

Como apontado por Souza (2023), trata-se de uma ressurgência de discursos desenvolvimentistas que ganham os contornos do momento, utilizando narrativas atualizadas, com foco na sustentabilidade no contexto de transição energética. Não se observa, contudo, uma mudança no jogo de posições do campo de poder. Mais uma vez o Vale do

⁸¹ Mesmo sendo uma fala recente, do ano de 2022, destaca-se que se aproxima com manifestações da década de 1960, como, por exemplo, a já citada do deputado Levy Tavares (MDB-SP) em que o Vale do Jequitinhonha é apresentado a partir da falta, da escassez, lugar onde não existe os elementos esperados que indicam qualidade de vida (Diário do Congresso Nacional, 1967).

Jequitinhonha ganha destaque como um problema público que será tratado oficialmente com o projeto *Lithium Valley*. O Estado, nesse processo, organiza o debate continuado sobre o Vale do Jequitinhonha que, a depender do contexto e do momento, é acionado por agentes empresariais, técnicos, políticos etc. As regras do jogo não mudam, inclusive quanto a forma de uma contínua defesa regionalista do Vale do Jequitinhonha.

Nota-se que a estratégia de nomeação e luta por classificação é acionada nos discursos de apresentação do projeto *Lithium Valley* para marcar posição dos agentes dominantes, uma vez que naquele contexto, o lítio seria a nova promessa de desenvolvimento regional, assim como já estiveram no centro, em período anterior, tanto a monocultura de eucalipto como a hidrelétrica de Irapé. O imaginário sobre um vale do lítio ganha destaque justamente por se vincular e contrapor simbolicamente a já naturalizada expressão Vale do Jequitinhonha. Talvez o destaque seja justamente esse, ao lançar o “Vale do lítio” instantaneamente o debate foi enunciado, seja por aqueles que encampam tal definição como estratégia empresarial, seja por aqueles que a refutam, pela narrativa de defesa do Vale do Jequitinhonha.

Notadamente o que se viu em Nova Iorque e em diversos espaços onde o governo de Minas Gerais apresentou o *Lithium Valley Brazil*, representa uma estratégia discursiva, com objetivo de promoção internacional da região como centro de produção e investimento em lítio. Destaca-se, por exemplo, que após a utilização do termo, as divulgações institucionais referentes ao tema começaram a naturalizar a expressão *lithium valley* sendo o contraponto aos contratos historicamente atribuídos ao Vale do Jequitinhonha, como por exemplo, a ideia uma região pobre. Na própria divulgação institucional da viagem do governo de Minas Gerais para os Estados Unidos se evidencia essa constatação.

O Governo de Minas lançou nesta terça-feira, 09/05, em Nova Iorque (EUA), o *Lithium Valley Brazil*. O projeto econômico-social visa desenvolver cidades do Nordeste e Norte do Estado em torno da cadeia produtiva do lítio, gerando mais empregos e renda para a população de **uma das regiões mais pobres de Minas Gerais**. O lançamento ocorreu na Nasdaq, maior bolsa de valores do mundo em negócios de tecnologia e inovação, com as presenças do governador de Minas, Romeu Zema, do Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), Fernando Passalio, do diretor-presidente da Agência de Promoção de Investimentos do Governo do Estado de Minas Gerais (Invest Minas), João Paulo Braga e diversas outras autoridades (Minas Gerais, 2023b, grifo nosso).

Na perspectiva do Estado como metacampo, observa-se que diversos representantes estavam presentes no evento, bem como agentes do campo político, empresarial e técnico. Como comentado pela divulgação oficial da própria bolsa de valores em Nova Iorque

(Nasdaq, 2023), a iniciativa foi fomentada pela colaboração inédita entre o Governo do estado de Minas Gerais, o Ministério de Minas e Energia do Governo Federal, o Congresso Nacional do Brasil, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a Agência Nacional de Mineração (ANM), a Federação da Indústria Mineira de Minas Gerais (Fiemg), a Associação Brasileira do Setor de Mineração (Ibram), a ONG Mulheres do Brasil e sua iniciativa de microcrédito Dona de Mim, executivos e funcionários das quatro empresas pioneiras de lítio do mundo: Sigma Lithium (Brasil / Canadá), Atlas Resources (EUA), Latin Resources (Austrália) e Lithium Ionic (Canadá).

Como vimos apontando, o discurso de desenvolvimento continuado do Vale do Jequitinhonha está inserido no campo do poder. Neste evento de lançamento do *Lithium Valley* temos uma imagem deste campo. São agentes que jogam o mesmo jogo e pretendem manter posição de dominação.

Figura 11. Campo do poder como imagem.



Fonte: MME (2023)⁸².

⁸² Vários representantes de governo estiveram presentes no evento de lançamento do *Lithium Valley*, como o Romeu Zema (Governador de Minas Gerais), Fernando Passalio (Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais), Marcelo Aro (Secretário-chefe da Casa Civil de Minas Gerais), Pedro Bruno (Secretário de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias), João Vitor Xavier (Deputado Estadual - representando a Assembleia Legislativa de Minas Gerais), Flávio Roscoe (Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais). Representando o governo federal estava Vitor Saback (Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia). Diversos representantes do setor privado, como Ana Cabral-Gardner (CEO da Sigma Lithium), que também participou da cerimônia de toque do sino na Nasdaq ao lado de outras representações do setor empresarial, como Marc Fogassa (CEO da Atlas Lithium). Representantes do setor de mineração do Brasil e profissionais técnicos, como Alexandre Valadares Mello (Diretor de Relações com Associados e Municípios Mineradores do IBRAM), Bob McCooney (Vice-Presidente da Nasdaq), Ivana Ferreira (Responsável de Listagens para América Latina da Nasdaq).

A iniciativa que utiliza a nomeação do vale do lítio, lançada na bolsa de valores Nasdaq, em Nova Iorque, tinha entre seus objetivos, a demonstração internacional do potencial do estado na cadeia do lítio. De acordo com documentos oficiais da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, o vale do lítio é concebido como um projeto estratégico com múltiplos objetivos, destacando o posicionamento de Minas Gerais como protagonista global na cadeia de valor do lítio, um mineral essencial para a transição energética e a descarbonização da economia (Minas Gerais, 2025).

O Vale do Jequitinhonha, ao longo dos anos foi construído oficialmente como um problema público, o vale do lítio é apresentado como uma proposta de solução, com base na exploração de recursos naturais. É isso que, tanto agentes políticos como técnicos e empresariais estão, repetidas vezes, expondo no contexto da apresentação do projeto. Assim, pautaram um debate público em torno da temática do Vale do Jequitinhonha, que, independentemente de ser ou não do lítio, a questão que não é evidenciada é justamente a retomada ou permanência no imaginário dos agentes no campo do poder de que a região na qual o lítio será explorado precisa de intervenção.

Com a mesma rapidez com que a mineração do lítio é apresentada como solução para diversos problemas regionais em Minas Gerais e também em escala nacional, a narrativa da existência de um vale do lítio ganhou destaque. Isso, no entanto, relaciona-se com um aparato discursivo que está atrelado ao regionalismo do Vale do Jequitinhonha, como vem sendo apresentado ao longo desta pesquisa. O que está em disputa é a luta por classificação e nomeação oficial, nesse sentido, as significações do vale do lítio cumprem uma função simbólica.

Ao acionar uma narrativa já consolidada de representação sobre o Vale do Jequitinhonha, usando a expressão vale do lítio para se referir a um grupo de municípios de Minas Gerais, percebe-se um direcionamento da agenda pública, que mais uma vez deve focar no Vale do Jequitinhonha e a superação da situação de pobreza. Dessa maneira, no campo do desenvolvimento, o termo cumpre funções políticas e econômicas importantes, em conjunto com a função simbólica, sobretudo no âmbito do discurso estatal e empresarial.

Ao adotar a expressão vale do lítio, o Estado promove uma ressignificação simbólica do território e coloca, continuamente no debate público, os contrastes do Vale do Jequitinhonha. Na proposta há um deslocamento da imagem da pobreza para a da riqueza mineral estratégica, substituindo a narrativa da carência pela da oportunidade econômica, e nesse caso também

inscrita nos discursos internacionais associados à transição energética. Trata-se de uma operação de poder simbólico, na qual o nome interfere na forma como o território é percebido e governado.

No contexto da exploração de lítio, entre outros recursos minerais, o termo *lithium valley* não representa uma novidade, no que diz respeito a sua utilização. Já no ano de 2022, no *Report of the Blue Ribbon Commission on Lithium Extraction in Califórnia* (2022), observa-se a utilização do termo para comparar a região do extremo sul da Califórnia, próxima à fronteira com o México, com a já difundida nomeação do Vale do Silício e suas iniciativas de tecnologia.

No relatório citado, o termo “*Lithium Valley*” é definido como a região de depósitos de lítio que podem ser explorados comercialmente, com objetivo de produção do mineral para baterias e tecnologias de energia limpa. Seguindo a mesma lógica do discurso da transição energética, a definição da região como importante para os Estados Unidos foi influenciada, de acordo com Assunção (2025), após Joe Biden, então presidente dos Estados Unidos, anunciar em 2021 um plano econômico para aumentar a produção de veículos elétricos em seu país.

O termo “vale” carrega forte carga semântica positiva no imaginário econômico contemporâneo, especialmente após a consolidação do “*Silicon Valley*”⁸³. Desde então, “vale”, no campo empresarial, passou a ser usado para designar exemplos de polos de inovação, territórios estratégicos, ecossistemas produtivos integrados. Dessa maneira ao falar em “Vale do Lítio”, o governo de Minas Gerais aproxima simbolicamente o Jequitinhonha com regiões globais de sucesso tecnológico e inovação. O novo nome também legitima politicamente determinadas escolhas, como a priorização de infraestrutura voltada à mineração, a tentativa de flexibilização de marcos regulatórios, a centralidade do capital privado e internacional e o enquadramento do desenvolvimento regional como derivado da exploração mineral.

Assim, ao inserir o Jequitinhonha no discurso da transição energética global, o Estado constrói um argumento político: explorar lítio deixa de ser apenas mineração e

⁸³ O Vale do Silício é o termo utilizado, sobretudo a partir da década de 1970, para designar uma região na costa oeste dos Estados Unidos, no estado da Califórnia (envolve cidades como San José, Palo Alto, Mountain View, Cupertino e Santa Clara). Grandes empresas de tecnologia se instalaram na região que, por terem o silício como elemento de produção de semicondutores e circuitos integrados, popularizou a expressão Vale do Silício. No imaginário comum, no campo da tecnologia, transmite uma imagem de polo de inovação tecnológica, científica e empresarial do capitalismo contemporâneo. Ver Castells (1999).

passa a ser contribuição para um “bem maior”, como a descarbonização, economia verde e a transição energética. Dessa forma a violência simbólica é gradativamente instalada, pois gera uma ideia de inevitabilidade.

As permanências discursivas em torno dos contrastes ligados ao Vale do Jequitinhonha, na apresentação do projeto do vale do lítio indicam justamente o que é apontado nesta pesquisa como força do regionalismo do Vale do Jequitinhonha. Não que seja apenas uma reedição das mesmas fórmulas discursivas no campo do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. É justamente por ser um lugar de disputa e manutenção de posições, que a abordagem se torna funcional. Ou seja, continuar tratando da representação do Vale do Jequitinhonha, mesmo quando contestado estrategicamente por contrapontos, como no caso do vale do lítio, tem ganhos simbólicos estruturalmente construídos ao longo da própria manutenção da representação.

Para Souza (2023), expressões como “Vale do Lítio” e “Lítio Verde” não representam uma ruptura com o passado, mas sim a continuidade histórica de projetos de intervenção territorial que, desde meados do século XX, justificam a apropriação de terras e recursos naturais com base na promessa de desenvolvimento. Assim, o vale continua sendo representado por múltiplas narrativas, seja como da miséria, da pobreza, da esperança ou, mais recentemente do lítio. É no regionalismo que se estrutura esse conjunto de narrativas.

A representação do Vale do Jequitinhonha em confronto com o vale do lítio é uma forma de reivindicação do poder de nomear. Evidentemente a própria forma é conflitiva, uma vez que está posta numa realidade em que nomes já foram consolidados, nesse caso, com um processo que vem desde a década de 1960, onde o próprio Estado já exerceu sua violência simbólica. Pois, quando uma agenda política ou institucional, como a do *lithium valley* é lançada, mesmo diante de eventuais controvérsias, já está acontecendo violência simbólica, uma vez que há imposição do objeto legítimo de debate.

Assim, o vale do lítio é controverso em sua própria estruturação, pois propõe uma mudança na percepção sobre uma região já instituída e que, a depender do campo, já é parte do *habitus* dos agentes. O que é notório nessa forma de violência simbólica é que o conflito não enfraquece a narrativa; ele a legitima, pois os agentes passam a reconhecer como legítimo o jogo, acionando muitas vezes a subjetividade de uma espécie de *habitus* do Jequitinhonha e objetivando essa representação no campo.

Quando lançado, em 2023, o tema sobre o vale do lítio se tornou frequente no discurso público, o termo passou a funcionar como uma categoria de percepção dominante,

mesmo para aqueles que a criticam. Essa aceitação imperceptível do vocabulário imposto constitui o núcleo da violência simbólica. Ou seja, o vale do lítio não é central no debate, o que é permanente é o contínuo reforço nas mesmas fórmulas discursivas sobre o Vale do Jequitinhonha, usadas no campo do poder.

4.3 Mais uma vez em nome do desenvolvimento: estratégias ortodoxas, a região e o lítio

A fórmula não é nova, o discurso de desenvolvimento continua atrelado ao Vale do Jequitinhonha. Isso é uma permanência estrutural e estruturante que acompanha a história do território deste a instituição da região. Uma das explicações está no fato de que há ganhos para o grupo dominante que tem com o discurso de desenvolvimento e Vale do Jequitinhonha, uma permanência de suas posições, isso pode ser analisado a partir do que Bourdieu (2021b, 2014) descreve como ortodoxas, justamente por que visam explicar e conservar a ordem simbólica e social dominante dentro de um campo, como uma crença verdadeira⁸⁴.

O Estado produz o mundo social como algo evidente, uma experiência *dóxica*, espécie de crença, que não percebe a si mesma como tal (Bourdieu, 2014). Assim, podemos analisar o regionalismo como uma forma de experiência *dóxica*, de crença, que é constantemente explicada no campo do poder. A *doxa* não precisa de justificativas, é uma forma de perceber e acreditar no mundo, no entanto, quando se torna frequentemente abordada no discurso e quando há necessidade de problematizar ou explicar a crença, aparece a ortodoxia.

A ortodoxia aparece desde o momento em que há o hétero-: desde que há heterodoxos, os ortodoxos são obrigados a aparecer como tais; a *doxa* é obrigada a se explicar como ortodoxia quando é questionada por uma heresia. Os dominantes em geral são silenciosos, não tem filosofia, não têm discurso; começam a tê-los quando nós os importunamos, quando lhes dizemos: “Por que vocês são como são?”. Então são obrigados a constituir como ortodoxia, como discurso explicitamente conservador, o que até então se afirmava, aquém do discurso, no modo do isso-é-óbvio (Bourdieu, 2014, p. 251).

⁸⁴ De acordo com Bourdieu (2021b) a ideia de crença verdadeira, refere-se a definição de Platão sobre *orthè doxa*. O Estado constitui o fundamento de um conformismo lógico e moral, de um consenso pré-reflexivo, imediato, sobre o sentido do mundo, ou seja, um mundo do senso comum. A ortodoxia aparece como um discurso de manutenção da ordem simbólica (Bourdieu, 2001), sendo que o Estado é, por definição, um princípio de ortodoxia, de consenso sobre o sentido do mundo (Bourdieu, 2014).

Como já apontado ao longo deste trabalho, em cada campo social há posições e tomadas de posição entre dominantes e dominados e, por isso mesmo, práticas de ortodoxia e heterodoxia. Para os agentes dominantes, interessam as permanências estruturais e estruturantes que conservam o capital social acumulado ao longo do tempo, reproduzindo práticas ortodoxas, ou seja, mantem a crença no campo e nas regras do jogo. Nesse aspecto, como aponta Ortiz (1983), no campo não existe neutralidade das ações dos agentes, toda realização pressupõe necessariamente uma série de interesses (os mais diversos) em jogo.

A divisão do campo social em dominantes e dominados implica uma distinção entre ortodoxia e heterodoxia (Bourdieu recupera estes conceitos weberianos que se encontram particularmente desenvolvidos em seus estudos de sociologia da religião). Ao polo dominante correspondem as práticas de uma ortodoxia que pretende conservar intacto o capital social acumulado; ao polo dominado, as práticas heterodoxas que tendem a desacreditar os detentores reais de um capital legítimo. Os agentes que se situam junto à ortodoxia devem, para conservar sua posição, secretar uma série de instituições e de mecanismo que assegurem seu estatuto de dominação (Ortiz, 1983, p. 22).

Como foi apontado no tópico anterior, o vale do lítio foi apresentado como projeto de Estado, e aqui indicamos essa iniciativa como uma estratégica ortodoxa no campo do desenvolvimento. Naturalmente existem contestações a esse tipo de abordagem discursiva sobre o Vale do Jequitinhonha, que são heterodoxas, a título de exemplo indicamos as manifestações organizadas por movimentos sociais que defendem a representação Vale do Jequitinhonha, justamente apresentado e reivindicando a nomeação da década de 1960⁸⁵.

Nesse sentido, após o lançamento do projeto *Lithum Valley*, uma série de agentes se mobilizaram para defender o Vale do Jequitinhonha com base nos ganhos simbólicos positivos acumulados, sobretudo ligados às práticas culturais. Nesse campo, a defesa do Vale do Jequitinhonha em contraponto ao vale do lítio é uma contestação da posição de dominação, sobretudo do Estado, que tem o poder de nomear. A questão, no entanto, é que no campo do poder, tanto o vale do lítio como o Vale do Jequitinhonha fazem parte de um mesmo jogo.

Assim, o Estado é justamente o lugar de produção das trocas que levam a um dissenso (Bourdieu, 2014). Ou seja, o Jequitinhonha e o vale, com seus predicados são construídos na di-visão, sendo naturalizado não pela percepção única, mas pela pluralidade

⁸⁵ Mesmo que seja o Vale do Jequitinhonha a partir da resignificação, das expressões culturais *etc*, como analisado em Servilha (2012).

divergente. Assim como já foi apresentado como vale da miséria, da pobreza, da esperança e da riqueza, ser do lítio é parte desse mesmo processo. Vale do Jequitinhonha ou vale do lítio são pensamentos de Estado, utilizados no campo do poder.

Figura 12. Somos Vale do Jequitinhonha.



Fonte: Lambranh, Observatório da Mineração / Isis Medeiros (2025).

Ortodoxia e heterodoxia convivem no mesmo espaço, pois fazem parte de um mesmo campo, onde quem está no polo dominado procura a subversão como manifestação de inconformismo. No entanto, o regionalismo não é colocado em questão, nem por um lado nem por outro, pois ele é parte do jogo, funciona como uma *illusio* no campo do poder. Esse regionalismo sobre o Vale do Jequitinhonha continua sendo utilizado de maneira ortodoxa para atender aos agentes dominantes dos campos.

Assim, a questão do lítio e tudo que ele representa, apesar de pretensamente importante, não é central do discurso, a violência desse discurso é percebida, pois a negligência é amplamente debatida pela heterodoxia, sendo divulgada nos meios de comunicação e denunciada em instância judiciais⁸⁶. A violência simbólica, no entanto, está na permanência das imagens atreladas ao Vale do Jequitinhonha, que é de contraste, sendo

⁸⁶ Ver por exemplo a Carta Climática do Jequitinhonha, produzida no âmbito do Encontro de Cultura, Comunicação e Clima do Vale do Jequitinhonha, na cidade de Diamantina (MG) entre os dias 25 a 27 de julho de 2025 e também a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), pela Deputada Federal Célia Xakriabá (PSOL-MG) questionando a legalidade do projeto de extração de lítio da empresa Sigma.

resgatada continuamente, em conjunto com os discursos de desenvolvimento. Ou seja, a depender da conjuntura e posição ocupada no campo em que está sendo vinculada, aciona-se a riqueza ou a pobreza para justificar os mais variados fins.

Dessa vez é o lítio, assim como já foram outros projetos adjetivados de desenvolvimento. O Vale do Jequitinhonha figura, deste modo, como um problema nunca solucionado, sendo pauta de debates amplos, sejam políticos, técnicos *etc.* Em certa medida, assim como em outros momentos em que há destaque de algum elemento novo para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, o regionalismo organiza uma arena política utilizada para afirmação de posições.

Após mais de trinta anos e meio milhão de hectares de eucalipto plantados, o Jequitinhonha continua sendo um exemplo negativo entre as regiões agrícolas do país. Para os programas públicos, a região permanece um problema a ser resolvido, uma prioridade para os governos, sempre alvo de iniciativas compensatórias de combate à fome e à pobreza. O lítio, por sua vez, tem sido promovido com discurso semelhante, vendido como o novo motor do desenvolvimento econômico. Não por acaso, o Vale do Jequitinhonha, antes reconhecido negativamente pela monocultura de eucalipto, agora é denominado “Vale do Lítio” (Santos, 2025, p. 24).

Citando um exemplo recente, no ano de 2023, a Frente Mineira de Prefeitos⁸⁷ organizou um evento sobre o tema do lítio, com o título de “1º Seminário Exploração do Lítio: desafios e perspectivas para o desenvolvimento dos vales”. Como é comum, neste formato de evento, estava em destaque o campo político, representado por prefeitos e deputados, também havia representação técnica de organizações de engenharia, e representação de movimentos sociais (que era minoria na mesa). Em cada fala, fica notória a posição e tomada de posição no campo de sua respectiva representação, afirmando as regras do jogo, sendo o regionalismo do Vale do Jequitinhonha destacado na maioria dos discursos. Em outros momentos, como o próprio título do evento propôs, há uma extensão para o Vale do Mucuri e a região do Rio Pardo/Norte de Minas Gerais. Esse modelo de abordagem cumpre um papel institucional no debate público, pois cria um repertório que será utilizado no campo de desenvolvimento para validação ou refutação da exploração do lítio.

⁸⁷ O 1º Seminário Exploração do Lítio “Desafios e Perspectiva para o Desenvolvimento dos Vales” foi organizado em 16 de junho de 2023 pela Frente Mineira de Prefeitos, que é uma entidade de direito privado, de natureza civil, sem fins lucrativos, criada em 2003, que visa congregar municípios mineiros; voltada à cooperação institucional, técnica, administrativa e jurídica entre os municípios associados, com finalidade de promover o aprimoramento da administração pública municipal no estado (Frente Mineira de Prefeitos, 2023).

A própria composição e falas iniciais dos agentes que estavam na mesa de abertura são representativas, estavam presentes: os prefeitos Daniel Sucupira (PT), do município de Teófilo Otoni – representando a entidade organizadora Frente Mineira de Prefeitos, Tadeu Barbosa (PSD), do município de Araçuaí – representando os prefeitos da mesorregião do lítio; os deputados Jean Freire (PT), Leonardo Monteiro (PT) e Paulo Guedes (PT); representando o Ministro das Minas e Energia estava o secretário Vitor Saback; as lideranças de movimentos sociais Aline Gomes (MAB), Cleonice Pankararu (Aldeia Cinta Vermelhe Jundiba), Vanderlei de Souza (Presidente a APA Chapada do Lagoão) e José Nelson (Cáritas Diocesana de Araçuaí)⁸⁸; representando o CREA-MG estava Ulisses Guimarães; representando o IFNMG estava o diretor-geral da instituição Irã Neiva; e representando a Federação das Indústrias de Minas Gerais estava Balbino Figueiredo (vice-presidente da FIEMG).

Figura 13. Seminário em Araçuaí desvenda os segredos por trás do lítio.



Fonte: Frente Mineira de Prefeitos (2023).

Este é um exemplo de evento onde o Estado é o grande articulador e organiza o debate, ou seja, apesar do lítio ser o objeto central das abordagens, sobretudo pela disputa de classificações sobre o Vale do Jequitinhonha, bem como a situação de negligência em relação às comunidades atingidas, é o regionalismo que justifica e está na base da organização das formulações discursivas da maioria dos agentes sociais participantes do debate.

⁸⁸ A participação de José Nelson, representando a Cáritas Diocesana de Araçuaí aconteceu no período da tarde.

O prefeito Daniel Sucupira (PT), em sua fala sobre a temática do desenvolvimento territorial, utiliza a ideia de contraste do Vale do Jequitinhonha para justificar o debate proposto pela Frente Mineira de Prefeitos. Em parte de sua palestra ele apresenta dois vales, “o das potencialidades e o das dores”. De acordo com o prefeito, o vale das potencialidades é representado pelo povo, cultura, atores sociais, potencial produtivo, fertilidade do solo, potencial turístico e a riqueza do subsolo. Já o vale das dores é representado pelo saneamento básico, desemprego, escassez hídrica, infraestrutura (rural e urbana), extensão territorial, educação e êxodo de talentos.

Após sua construção discursiva dos contrastes, o prefeito Daniel Sucupira (PT) apresenta a resposta, ou seja, a solução para o Vale do Jequitinhonha como problema público. "Em resposta as dores nós precisamos de um modelo inovador de exploração mineral essencialmente includente, que seja ambientalmente sustentável e socialmente justo. Precisamos dar resposta às dores dos Vales. Que explore, mas dê resposta”⁸⁹.

Esse tipo de formulação não é novo no campo do desenvolvimento. Como demonstra Leite (2016), ao analisar o Norte de Minas nas décadas de 1980 e 1990⁹⁰, a caracterização do desenvolvimento como “socialmente justo, ambientalmente sustentável e economicamente viável” foi sendo consolidada como forma de reorganizar e mediar os conflitos em torno dos projetos de intervenção estatal. A autora mostra que essa abordagem se difundiu no momento em que agentes do Estado, técnicos vinculados a programas financiados por organismos internacionais⁹¹ e entidades que atuavam junto aos trabalhadores passaram a compartilhar um mesmo discurso para tratar das desigualdades regionais.

⁸⁹ Transcrição a partir de fala realizada no evento "Seminário Exploração do Lítio – Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento dos Vales", que aconteceu no dia 16 de junho de 2023 na cidade de Araçuaí (MG).

⁹⁰ No caso estudado por Leite (2016), as práticas associadas à ideia de desenvolvimento sustentável chegaram por meio dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado, formulados no âmbito de estratégias do Banco Mundial e executados por órgãos estatais, sendo posteriormente apropriadas por organizações como o Centro de Agricultura Alternativa, pastorais sociais da Igreja Católica, como a Comissão Pastoral da Terra e fóruns que buscavam disputar os rumos do desenvolvimento regional. Como indica a autora, a institucionalização de espaços de participação, sobretudo as audiências públicas nos anos 1990 operou justamente como mecanismo de mediação, reorganizando os conflitos sem que se alterassem as bases estruturais que orientavam a intervenção estatal na região.

⁹¹ De acordo com Leite (2016), a proposta de um desenvolvimento sustentável, formulada no âmbito de organismos internacionais como a ONU, por meio da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, deveria obedecer três princípios básicos: ser economicamente viável; socialmente justa; ecologicamente responsável. Essa formulação não nasce nos movimentos sociais, mas em debates internacionais sobre desenvolvimento. O marco principal foi o "Relatório Brundtland, Nosso Futuro" de 1987, que definiu desenvolvimento sustentável como a articulação entre crescimento econômico, justiça social e proteção ambiental. Esse paradigma foi incorporado por instituições como o Banco Mundial, que nos anos 1980 passou a dialogar com Organizações Não-Governamentais e sociedade civil sobre desenvolvimento, participação e sustentabilidade.

Nessa perspectiva, quando o prefeito Daniel Sucupira (PT) apresenta como resposta às “dores” do Vale a necessidade de um modelo mineral “includente, sustentável e socialmente justo”, ele utiliza uma fórmula já estabelecida no campo do desenvolvimento. A incorporação de termos como justiça social, sustentabilidade e inclusão não representa a superação do modelo anterior, mas sua reformulação como estratégia capaz de dialogar com os conflitos e absorver críticas sem romper com as regras do jogo. Essas categorias não são heterodoxas ao campo do desenvolvimento, elas são parte de um processo de redefinição das formas de conceituar o desenvolvimento, no qual a crítica é incorporada ao próprio discurso dominante sem alterar as estruturas que organizam o campo.

Desse modo, a abordagem realizada pelo prefeito Daniel Sucupira (PT) reinscreve, em nova conjuntura, uma ortodoxia do desenvolvimento, mesmo que pretenda parecer uma ruptura. Ou seja, reconhece o sofrimento social, incorpora a crítica ambiental e, ao mesmo tempo, preserva a crença de que a solução para o Vale do Jequitinhonha continua vindo de um grande projeto de desenvolvimento legitimado em nome da região.

No mesmo evento, o prefeito Tadeu Barbosa (PSD), do município de Araçuaí destacou o lítio como a oportunidade para o Vale do Jequitinhonha:

Pra gente é de suma importância à discussão desse tema. [...] Pra gente discutir a questão do lítio nós temos que invocar e eu tenho invocado isso o tempo todo a questão da sabedoria. [...] É papel de um líder político, é papel daquele que está à frente de uma gestão buscar esse desenvolvimento, o desenvolvimento através da inteligência, da costura daquilo que tem de bom e daquilo que tem de ruim né, [...] a mineração não é diferente né, a mineração no caso de Araçuaí ela traz de pronto o impacto positivo muito destacado que é a questão da oportunidade que o Vale do Jequitinhonha nunca teve.⁹²

O deputado Paulo Guedes (PT) personifica a mineração “do passado” como responsável pela pobreza regional, sem problematizar os agentes que se beneficiaram do processo. “A mineração do passado que levou nossas riquezas, que levou nosso ouro, que levou nossos diamantes deixou muita pobreza e muita destruição para trás. [...] Como que essa riqueza, que é o lítio, pode melhorar a vida do povo que é do Vale do Jequitinhonha?”⁹³ Ele não apresenta respostas sobre a questão, mas aposta que dessa vez, o lítio, que é apresentado como mineração do presente, irá trazer progresso para o Vale do Jequitinhonha e também Norte de Minas.

⁹² Transcrição a partir de fala realizada no evento "Seminário Exploração do Lítio – Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento dos Vales", que aconteceu no dia 16 de junho de 2023 na cidade de Araçuaí (MG).

⁹³ *Ibidem*.

Balbino Figueiredo (vice-presidente da FIEMG) destacou sua origem, ou seja, o fato de ser “cidadão do Vale do Jequitinhonha”, como um elemento simbólico para validar seu discurso. O lítio é ligado ao desenvolvimento e possibilidade de progresso para o Vale:

A gente precisa debater muita coisa, principalmente a gente que é do Vale do Jequitinhonha. Hoje eu vou falar aqui, quero cumprimentar aqui como vice-presidente da FIEMG e como um cidadão do Vale do Jequitinhonha, desde que eu mim entendo por gente. [...] O que a gente precisa também conhecer: a história do nosso Vale. [...] A gente precisa gerar emprego e renda e a gente espera e eu tenho certeza que o lítio tá fazendo o papel dele, como outras indústrias que aqui vieram e tá trazendo progresso. [...] A gente precisa discutir as comunidades que serão atingidas aqui também, mas nós temos que discutir a população do Vale do Jequitinhonha inteiro, não é só uma comunidade, é todo mundo. É geração de emprego e renda. A vida toda o Vale precisou disso, né Dr. Jean, se a gente não tiver a criação de emprego, como a gente desenvolve o Vale?⁹⁴

O deputado Jean Freire (PT), como um agente político que se coloca em diálogo com os movimentos sociais, tem uma abordagem que procura acenar tanto para aqueles que estão críticos às empresas, sobretudo a Sigma Lithium, como àqueles que vêm na mineração do lítio uma possibilidade de melhoria para o Vale do Jequitinhonha. O lítio é apresentado como mais uma prova de riqueza do Vale, assim como a cultura.

Vamos pensar no Vale do Jequitinhonha, foi com ouro e com o diamante: “agora vem o progresso”, depois vem na década de 70, a monocultura do eucalipto: “agora vem o progresso”. Depois a construção da maior represa de alteamento da América Latina: “agora vem o progresso”. [...] E agora vem a questão do lítio. Oitenta, por volta de oitenta e cinco por cento do lítio brasileiro está aqui né, e eu, como parlamentar, como morador dessa região não posso me acovardar e não posso fugir da discussão. [...] Quero lembrar sempre que nós não esqueçamos nunca que nós somos do Vale do Jequitinhonha que tem lítio. [...] Não vamos aceitar que somos um Vale pobre, não é verdade, tá aí a prova. Se já há somos ricos de um povo de cultura tá aí a prova que somos ricos de bens minerais. [...] É verdade que o lítio pertence ao Brasil, pertence a Minas Gerais, mas, sobretudo, pertence ao Vale do Jequitinhonha.⁹⁵

Vitor Saback, representando o Ministério das Minas e Energia, também expressou nos termos já estruturais e estruturantes da ideia de Vale do Jequitinhonha. Sem apresentar efetivamente propostas de como o governo federal irá atuar na questão do lítio, ele apenas se coloca como mensageiro do governo federal. Um importante agente político que poderia explicitar melhor as políticas de governo, sobretudo por se tratar de um mineral estratégico, efetivamente não apresentou propostas relacionadas a temática em debate:

⁹⁴ *Ibidem.*

⁹⁵ *Ibidem.*

Trazendo, a pedido do ministro Alexandre Silveira, a pedido do presidente Lula, contribuições de vocês (sic) para nós fazermos políticas públicas que realmente afetem aqui a comunidade e tragam benefícios aqui para o Vale do Jequitinhonha o nosso objetivo e trazer melhorias efetivas para população do Vale do Jequitinhonha.⁹⁶

Os agentes sociais representantes dos movimentos sociais, como Cleonice Pankararu (Aldeia Cinta Vermelhe Jundiba), Aline Gomes (MAB), Vanderlei de Souza (APA Chapada do Lagoão) e José Nelson (Cáritas Diocesana de Araçuaí) estiveram na heterodoxia da narrativa do lítio como salvação, progresso e oportunidades. Fizeram perguntas que não foram respondidas pelas representações participantes do evento. “Como ficarão os territórios, os rios diante da exploração do lítio? As águas? (Cleonice)”. “O Vale do Jequitinhonha está se tornando uma zona de sacrifício. Esse modelo não nos representa. Como que as prefeituras e as autoridades estão pensando que serão os impactos? (Aline).” Essas foram algumas questões que ficaram sem resposta. Isso demonstra que o dissenso era apenas parte do jogo, possivelmente previsto pela organização do evento, como elemento de legitimação do seminário, a partir da ideia de participação popular.

Uma última observação sobre o evento organizado pela Frente Mineira de Prefeitos que já se tornou parte do jogo, sobretudo quando se considera o campo do poder, é a utilização de manifestações culturais atribuídas à região. Logo após os discursos iniciais daqueles que estavam na mesa de representação de instituições, que é um formato comum nesse tipo de evento, aconteceu uma apresentação cultural do Coral Araras Grandes⁹⁷, liderado por Luciano Silveira⁹⁸. Ou seja, parte da riqueza do Vale do Jequitinhonha, como destacado pelo prefeito Daniel Sucupira (PT), é justamente o povo e a cultura, o que se buscou demonstrar com aquela apresentação.

Utilizando da narrativa carências e potencialidade, destaca-se uma parte da intervenção de Luciano Silveira que, para destacar as riquezas, segue com uma narrativa de

⁹⁶ *Ibidem*.

⁹⁷ É importante destacar que a apresentação do coral é analisada na perspectiva relacional no campo do poder. Ou seja, a questão é verificar a posição que ocupa no contexto específico em que ocorreu. Uma mesma apresentação pode ter uma posição no campo cultural que é realocada quando o espaço é o campo do poder.

⁹⁸ Luciano Silveira é um agente cultural e pesquisador da cultura popular do Vale do Jequitinhonha com atuação destacada na cidade de Araçuaí (MG), onde participa ativamente dos movimentos culturais. É fundador da Companhia de Teatro Ícaros do Vale e do Coral Araras Grandes, membro da diretoria do Instituto Sociocultural BrutaFlor. Foi eleito Presidente (triênio 2026-2029) da Federação das Entidades Culturais do Vale do Jequitinhonha (Fecaje), entidade que organiza o principal evento de cultura popular do Vale do Jequitinhonha. Para análise proposta nesta tese, pode-se dizer que é um agente dominante no campo cultural, detentor de capital simbólico com base no reconhecimento cultural regional do Vale do Jequitinhonha.

apelo regionalista, reafirmando a representação histórica da região e, ao mesmo tempo, participando do mesmo jogo de classificações que organiza o debate no campo do poder

Porque miséria é miséria em qualquer canto, riquezas são diferenças [...] antes de ser Vale do lítio, nós somos o vale da cultura, o vale do Jequitinhonha. Essa região tem como maior riqueza, o que está em cima da terra, que é seu povo, que deve ser ouvido e respeitado. E nesse tipo de desenvolvimento que a gente acredita, o desenvolvimento humano. Porque o que sai daqui a gente não sabe para onde vai, mas a gente fica aqui. E o quê que fica para a população do Vale do Jequitinhonha? Nós estamos há vinte e sete anos, como vários grupos do Vale do Jequitinhonha, levando o nome dessa região [...] Como a fala do Jean falou (*sic*), nós somos o Vale do Jequitinhonha que tem lítio, mas nós somos do Jequitinhonha, nós somos esse povo forte. Nós não vamos aceitar de forma nenhuma que isso se torne um ato político, politiqueiro, mas que tenha transformação social, que tenha transformação de verdade na vida das pessoas, de uma região que é considerada miserável e hoje é discutido como uma região mais promissoras do país, em desenvolvimento, por que miséria é miséria em qualquer canto, riquezas são diferenças.⁹⁹

A inserção de uma apresentação cultural nesse tipo de evento é parte da própria construção simbólica que organiza o debate proposto pela Frente Mineira de Prefeitos. Ao utilizar manifestações atribuídas à identidade regional, como a apresentação do Coral Araras Grandes, reforça-se a imagem do Vale do Jequitinhonha como espaço dotado de riqueza cultural, povo resiliente e de potencialidades ainda não plenamente exploradas. Esse recurso simbólico contribui para sustentar a narrativa de contrastes que acompanha historicamente a representação da região, na qual pobreza e riqueza, carência e promessa, atraso e desenvolvimento são continuamente articulados.

No entanto é importante destacar, partindo da análise de Bourdieu (1996), que o campo de produção cultural tende a ocupar uma posição dominada no interior do campo do poder, na medida em que dispõe de menor volume de capital econômico e político, embora possa deter importante capital simbólico.

Em razão da hierarquia que se estabelece nas relações entre as diferentes espécies de capital e entre seus detentores, os campos de produção cultural ocupam uma posição dominada, temporalmente, no seio do campo do poder. Por mais livres que possam estar das sujeições e das solicitações externas, são atravessados pela necessidade dos campos englobantes, a do lucro, econômico e político (Bourdieu, 1996, p. 245-246).

⁹⁹ Transcrição a partir de fala realizada no evento "Seminário Exploração do Lítio – Desafios e Perspectivas para o Desenvolvimento dos Vales", que aconteceu no dia 16 de junho de 2023 na cidade de Araçuaí (MG).

Nesse sentido, a presença de manifestações culturais em eventos institucionais não indica centralidade do campo artístico na definição das decisões, mas sua mobilização como recurso simbólico capaz de legitimar posições já estabelecidas por agentes situados em posições dominantes no campo do poder. A apresentação cultural observada no evento analisado ilustra esse processo, funcionando como mecanismo de produção de crença e de reafirmação da *illusio* regionalista que estrutura as tomadas de posição dos diferentes agentes, que sustenta o discurso do desenvolvimento.

Em outro momento, citando outro exemplo de organização do debate público, deputados da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, ecoam as mesmas vozes sobre o Vale do Jequitinhonha, lítio e desenvolvimento. Também no ano de 2023, em audiência pública realizada por esse grupo de deputados, o vale foi utilizado como objeto de discurso e expectativas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o lítio foi apresentado como a redenção do Vale do Jequitinhonha.

Em audiência pública, nesta quarta-feira (10), sobre a “Exploração de minério de lítio no Vale do Jequitinhonha”, o presidente da Frente Parlamentar da Mineração Sustentável – FPMIn, deputado Zé Silva (Solidariedade/MG), defendeu a criação de um centro de formação e qualificação profissional de jovens e adultos [...]. **O lítio precisa ser a redenção do Vale do Jequitinhonha**, gerando desenvolvimento econômico e social”, defendeu Zé Silva (Frente Parlamentar da Mineração Sustentável, 2023, grifo nosso).

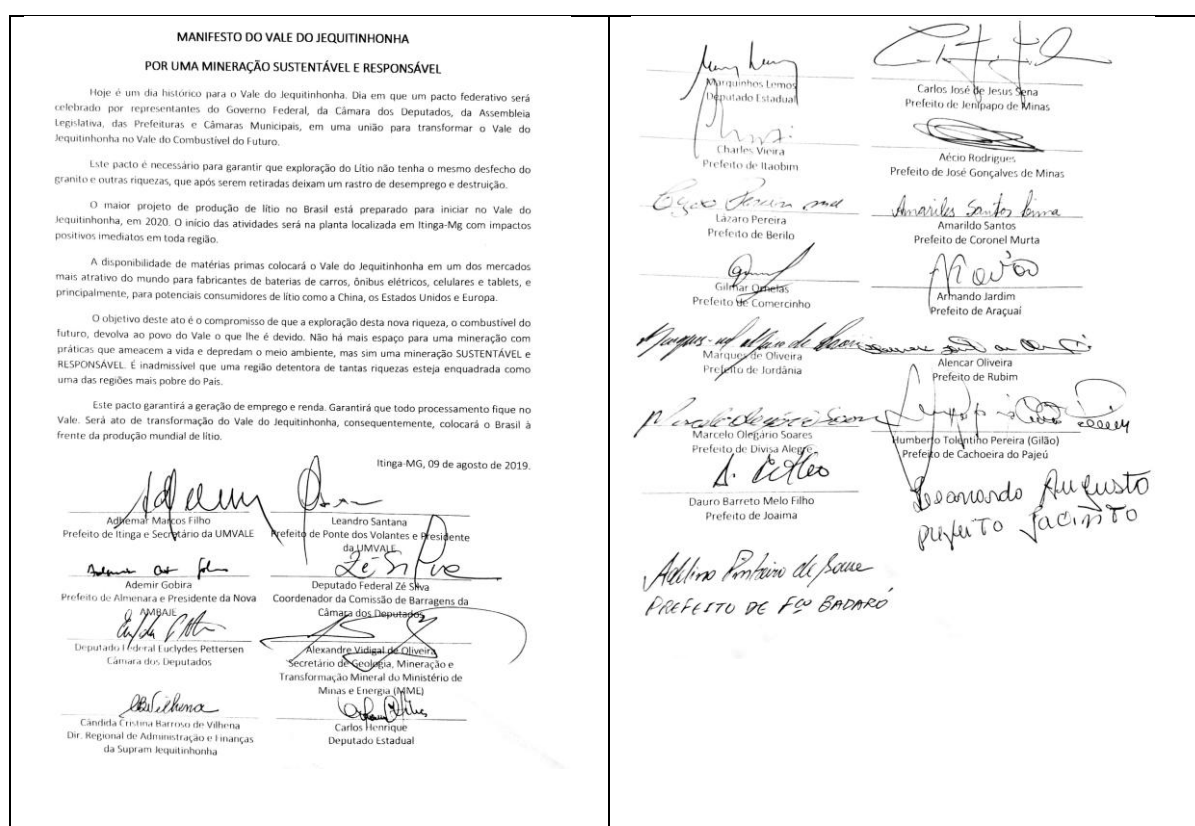
Destaca-se que eventos como os citados acima não estão isolados de uma série de debates em torno da representação Vale do Jequitinhonha e o lítio. Em 2019, por exemplo, na cidade de Itinga, foi realizada uma reunião entre os prefeitos e outros agentes de Estado e sociedade civil, após a divulgação de investimento da empresa Sigma Lithium de aproximadamente R\$500 milhões de reais. Entre os temas em debate estava às alternativas para viabilizar a criação de um parque industrial que beneficie este minério nos municípios produtores. Na ocasião, foi assinado um documento nomeado de “O manifesto do Vale do Jequitinhonha” (Figura 13).

A própria convocação da reunião que resultou no Manifesto do Vale do Jequitinhonha tem um aspecto regionalista em sua proposição. A iniciativa partiu de um grupo de prefeitos organizados na União dos Municípios do Vale do Jequitinhonha (UmVale), que é uma regionalização instituída por iniciativa de prefeitos de 51 municípios. Esses agentes políticos reunidos no dia 18 de julho de 2018 na cidade de Itaobim (MG), para discussão sobre retenção orçamentária por parte do Governo de Minas Gerais,

decidiram fundar a entidade. No Manifesto do Vale do Jequitinhonha¹⁰⁰, é possível identificar o caráter regionalista no ato de fundação.

No dia 18 de Julho do ano corrente nós Prefeitos do Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha nos reunimos na cidade de Itaobim para discutir a situação grave dos municípios pertencentes a nossa região, ficou resolvido que a solução para os nossos problemas passa fundamentalmente pela união do nosso Povo, assim decidimos acabar com a divisão fictícia que separa o Vale em três regiões, para fundar a UMVALE - União dos Municípios do Vale do Jequitinhonha, uma entidade formada por 51 Municípios com o objetivo de representar a população do Vale de mais de 700.000 (setecentos mil) habitantes (UmVale, 2018, p. 1).

Figura 14. Manifesto do Vale do Jequitinhonha.



Fonte: Congresso em Foco (2019).

O documento destaca que o encontro era histórico para a região, e que havia um pacto federativo para "transformar o Vale do Jequitinhonha no Vale do combustível do futuro". Também defendeu que a exploração do lítio teria "impactos positivos imediatos

¹⁰⁰ Apesar desse documento datar do ano de 2018, há fontes que indicam a existência da UmVale desde o ano de 2010. Possivelmente em 2018 aconteceu um ato de refundação, uma vez que na ocasião havia uma pauta comum entre os municípios, relacionada com a falta repasses financeiros constitucionais (ICMS, FPM, IPVA) e transferências fundo a fundo (FUNDEB, Transporte Escolar, Saúde, FNS, FNDE etc.) por parte do governo estadual de Minas Gerais. Merece destaque inclusive a proposta de paralização dos serviços públicos proposta pelos prefeitos em protesto contra o governo estadual.

em toda região”. O manifesto opera como um dispositivo de legitimação simbólica, no qual diferentes capitais, como o político e o técnico-institucional são combinados para produzir uma visão legítima do desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, reforçando a dominação simbólica associada a esse projeto.

A composição dos signatários do manifesto indica uma articulação política por parte dos prefeitos dos municípios do entorno de Itinga e Araçuaí, bem como de alguns deputados e técnicos do campo burocrático de Estado, expressa por agentes vinculados ao Ministério de Minas e Energia e ao órgão ambiental estadual (Supram). Essa configuração do documento e de seus assinantes demonstra uma estratégia de produção de consenso em torno da mineração do lítio como projeto legítimo de desenvolvimento regional.

Entre as solicitações dos prefeitos que participaram da reunião há uma tentativa de viabilizar o empreendimento da Sigma Lithium, sobretudo pela expectativa dos benefícios que ele representaria ao conjunto dos municípios do Vale do Jequitinhonha. O prefeito de Ponto dos Volantes, Leandro Santana (PSDB), que na ocasião era o presidente da UnVale, iniciou o encontro reivindicando uma primeira providência para viabilizar a instalação de indústrias no local: a concessão de benefícios fiscais, inclusive isenção de ICMS, pelo Estado.

O prefeito de Itinga e secretário da UmVale, Adhemar Marcos Filho (PSDB), apresentou outra reivindicação ao governo federal: a construção de um gasoduto que leve energia para o futuro parque industrial. Para o prefeito era necessário "buscar informações adequadas, tentar desburocratizar, para que funcione mais rápido a exploração (de lítio), porque nosso povo é um povo sem emprego, é uma região pouco desenvolvida, e a gente precisa dessa riqueza que Deus nos deu."

Falar em nome do Vale do Jequitinhonha é um elemento discursivo que tem um forte apelo simbólico, que no caso desses eventos, está servindo aos agentes dominantes no campo do poder. Em nome do vale ocorreu uma união de prefeitos, que buscam de alguma forma incentivos fiscais e obras pontuais para fortalecer a política local. Nesse processo, as empresas da mineração são beneficiadas, pois se cria um contexto de legitimação política da mineração do lítio para resolver os problemas e dificuldades regionais.

A mineração do lítio no Vale do Jequitinhonha e a constante utilização da ideia de desenvolvimento se tornou um elemento renovado de práticas já conhecidas no campo do poder, ou seja, a região é um problema em constante processo de solução, isso porque a própria região foi criada nesses termos, orientada pelo discurso regionalista. A questão é

que esse discurso não apresenta efetivamente quem terá melhorias reais, como acesso a serviços públicos, trabalho, renda, lazer *etc.* e quem permanece ou até mesmo aumenta situações de vulnerabilidade¹⁰¹, pois, em nome do Vale do Jequitinhonha, tudo se torna muito genérico.

A solução para o Vale do Jequitinhonha, com o discurso do Vale do Lítio, por exemplo, é requentada no mesmo discurso de desenvolvimento regional. O Estado, agora com parcerias empresariais que utilizam o tema da sustentabilidade ambiental, organiza o espaço para que o lítio e Jequitinhonha sejam os temas permanentes da agenda pública. Nesse sentido, a depender de cada campo, as posições mais uma vez estão em disputa, repetindo as mesmas formas de jogo para manutenção da dominação.

Quadro 9. Vale do lítio como solução.

(Continua)

DOCUMENTO OFICIAL OU AGENTE(S) DO DISCURSO	PRINCIPAL IMAGEM SOBRE O VALE DO LÍTIO	INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS RESULTADOS
Ministério de Minas e Energia (MME, 2023).	Vale do lítio é o vale das oportunidades. Potencial de geração de empregos e negócios na região.	A iniciativa trará inúmeros benefícios gerando emprego e renda, melhorando a qualidade de vida da população da região e consolidando o abastecimento do Brasil e do mundo com esse precioso mineral. O governo do presidente Lula, representado pelo MME, mostrará ao mundo o potencial do Vale do Jequitinhonha, agora Vale do Lítio, do estado de Minas Gerais, e o que a região pode representar para o Brasil e para o mundo.
Nota técnica da FJP: breve panorama sobre empresas e empregos no Vale do Lítio, de 2018 a 2024 (FJP, 2024).	É uma janela de oportunidade para promover mudanças institucionais na região.	O vale do lítio tem potencial para geração de empregos e negócios na região. É uma oportunidade para a gestão pública estadual possa testar modelos de desenvolvimento local.
Nota técnica da FJP: a exploração do lítio e as possibilidades para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (FJP, 2025).	O vale do lítio é uma estratégia de atração de investimentos e promoção do desenvolvimento regional. A mineração do lítio tem o potencial de gerar empregos no setor formal, elevar a demanda por bens e serviços locais, estimular o avanço da infraestrutura e propiciar o aumento na arrecadação.	Nos municípios de Araçuaí e Itinga há crescimento de emprego formal, bem como expansão do comércio, hotelaria, alimentação, serviços privados de saúde, construção civil e serviços técnicos. Há desafios (impactos sociais e ambientais) que precisam ser superados. Esses devem ser enfrentados com políticas públicas.

¹⁰¹ Segue citação de algumas pesquisas que tem, em alguma medida, discussões sobre territórios atingidos pelos grandes projetos de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Ver Almeida (2018), Alves (2021), Costa (2018), Ribeiro (1993), Santos (2016), Zucarelli (2006).

(Conclusão)

DOCUMENTO OFICIAL OU AGENTE(S) DO DISCURSO	PRINCIPAL IMAGEM SOBRE O VALE DO LÍTIO	INDICAÇÃO DE POSSÍVEIS RESULTADOS
Dep. Estadual Dr. Jean Freire (PT). (Visão Parlamentar, 2023).	Visão crítica em relação a expressão. Defesa da representação do Vale do Jequitinhonha.	Cadeia produtiva (ao menos em parte) deve ficar no Vale do Jequitinhonha. Propõe a criação do Polo Minerário e Industrial do Lítio nos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri (projeto de lei nº 1.992/2020).
Dep. Estadual Beatriz Cerqueira (PT). (Diário do Legislativo, 2023).	Visão crítica em relação a expressão. Defesa da representação do Vale do Jequitinhonha. “Ali não é o Vale do Lítio. Ali é o Vale do Jequitinhonha, com a sua história, com a sua memória, com a sua riqueza”.	Defesa de construção popular de possíveis soluções e indicações frente à questão do lítio.
Dep. Carlos Henrique (Republicanos). (Visão Parlamentar, 2024).	Araçuaí e Itinga estão em plena transformação econômica. Visão otimista em relação a esses dois municípios. Ainda é necessário muito investimento em infraestrutura.	É um momento de oportunidade de melhorias para a região. Defende ainda a diversificação da economia do Vale do Jequitinhonha. Além de vale do lítio, quer que tenha o vale do agro. Autoria do projeto de lei 975/2023 ¹⁰² , sobre obrigatoriedade de compensação social e econômica para empresas que extraírem matéria-prima no Vale do Jequitinhonha.

Fonte: Elaboração própria.

Apesar de parecer novo, narrativas como o vale do lítio não representa uma nova organização de discurso do desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha, mas reinscreve, sob roupagens atualizadas, uma estratégia ortodoxa dos agentes no campo do poder. Mais uma vez, o discurso regionalista é utilizado como princípio de legitimação de quem se propõe a falar em nome da região. Assim, há reprodução de um pensamento de Estado, que reafirma uma *illusio* sobre o Vale do Jequitinhonha, na qual a região permanece sendo nomeada como problema e promessa, ora da pobreza, ora da riqueza, conforme as conveniências do jogo.

¹⁰² Destaca-se a descrição sobre o Vale do Jequitinhonha que é realizada na justificativa deste projeto de lei, sobretudo vindo de um deputado de situação do governo do Estado, que propôs o projeto vale do lítio. Segue uma citação de parte da justificativa: “O Vale do Jequitinhonha costuma ser descrito a partir de vários elementos: a poeira, a aridez, o sol, o calor, o rio, por exemplo, vão formando seu ambiente. Os tropeiros, canoieiros, pescadores, artesãos, lavadeiras, romeiros são alguns de seus personagens sempre lembrados. A junção disso tudo compõe as suas muitas narrativas, forjadas tanto na dureza quanto na delicadeza da existência. São muitas as contradições, próprias de qualquer ambiente humano, muitas as diferenças. Mas tudo está lá, ao longo de um vale de muitos Jequitinhonha” (Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2023).

Mesmo que existam discursos parlamentares, que expressem uma crítica aos projetos das mineradoras e ao projeto vale do lítio, o que se observa é que eles funcionam mais para dialogar com a base da política partidária, do que para efetivas modificações nas estratégias de Estado frente a exploração mineral. Ou seja, os discursos mais críticos já são esperados na estrutura do campo, são discursos de posição e de tomada de posição no campo político. Dessa maneira, a crítica apesar de heterodoxa, ainda se situa nos limites permitidos pelo campo. Ela não altera a disputa pelo poder de nomear, mas reproduz o jogo ao aceitar, como ponto de partida, a própria narrativa regionalista que sustenta os projetos de mineração.

Nesse movimento, as disputas entre ortodoxia e heterodoxia produzem dissensos aparentes, mas não colocam em questão a estrutura simbólica que sustenta o próprio regionalismo, que continua operando como capital legítimo. Assim, o “vale do lítio” ao reforçar a narrativa do Vale do Jequitinhonha, contribui para a permanência do discurso de contrastes como mecanismo de conservação das posições dominantes e de reprodução das formas de dominação no campo. Esse contexto serve, entre outras funções, para legitimar projeto de empresas que se instalam na região, como, por exemplo, a Sigma Lithium.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Vale do Jequitinhonha é uma representação em disputa no campo do desenvolvimento, que, pelo nível e pela complexidade das relações estabelecidas, configura-se como um campo do poder. Ao ser instituída como problema público, por um lado marcado pela pobreza, pelo atraso e pelo esquecimento e, por outro lado, simultaneamente, como espaço de potencialidades a serem exploradas, a região passou a ocupar uma posição estratégica nos discursos de agentes da área pública. O que está em jogo não é apenas a implementação de projetos econômicos, mas o poder de definir o seu sentido legítimo. Essa definição é objeto de luta simbólica, nela se confrontam visões, classificações, interesses e capitais distintos, configurando-se como um espaço relacional onde se disputa o poder de intervir sobre o futuro da região, sempre em nome do vale.

A produção acadêmica sobre o Vale do Jequitinhonha, inclusive o presente trabalho, incorre em um risco apontado por Bourdieu (2011, 2014), que é o de assumir um pensamento de Estado. Esse risco é comum nas produções sobre a região, pois os contrastes geralmente estão presentes, seja para dizer e fundamentar o vale das potencialidades, seja para garantir a legitimação de projetos a partir do vale das dificuldades e limitações. Juntar as dicotomias em um mesmo espaço é uma tentativa de sair desse lugar, ou, ao menos, de explicitar que um dos grandes desafios impostos aos trabalhos que tratam sobre o Vale do Jequitinhonha é o de não reproduzir essa estrutura estruturada e estruturante do regionalismo.

O Vale do Jequitinhonha é uma representação, que tem origem e se mantém pelo regionalismo continuado, sobretudo para fundamentar os projetos de desenvolvimento, como foi com a monocultura de eucalipto, a construção da hidrelétrica de Irapé e, mais recentemente, a mineração de lítio. Para que isso aconteça, dois pontos são fundamentais: a dimensão política e a simbólica. Nessas duas dimensões, há presença do Estado como determinante de agendas e construção de di-visão, sobretudo por meio da influência de agentes políticos e técnicos que detêm poder de classificação, porque falam e agem investidos da autoridade do Estado, validando e criando legitimidade para a necessidade do Vale do Jequitinhonha.

Esta pesquisa partiu da hipótese de que o regionalismo do Vale do Jequitinhonha constitui um discurso mobilizado para legitimar práticas apresentadas como desenvolvimento regional, tendo o Estado como espaço das lutas pelo poder de di-visão que instituiu a região como problema público para inserção na agenda política e empresarial. A análise realizada ao longo dos capítulos confirma que a região não é um dado natural, mas uma construção social permanente, por isso estruturada e estruturante.

A partir da criação da Codevale, o Vale do Jequitinhonha foi institucionalizado como região administrativa e definida como região-problema, marcada por pobreza, atraso, carências e uma série de classificações valorativas, o que criou um espaço discursivo para a narrativa de desenvolvimento. A institucionalização não se limitou a um recorte territorial, ela foi acompanhada por um conjunto de dicotomias que articulava contrastes estruturais e estruturantes do campo do desenvolvimento. A ideia de contrastes consolidou uma narrativa, segundo a qual o vale necessitaria ser integrado, modernizado e explorado de maneira racional por meio de projetos de desenvolvimento.

Ao longo das décadas, diferentes empreendimentos mobilizaram a mesma estrutura discursiva. Isso demonstra que não se trata de projetos isolados, mas da permanência de um esquema classificatório que antecede e ultrapassa cada empreendimento específico. Assim, o regionalismo aparece como elemento anterior às próprias iniciativas, configurando-se, portanto, como uma representação que combina estigmatização e promessa, estruturando a região como espaço permanente de intervenção, em nome do desenvolvimento e em nome do vale.

A pesquisa evidenciou que, no processo histórico analisado, o Estado foi o principal agente no interior do campo do poder, sendo produtor ativo de categorias que organizam o debate público sobre o Vale do Jequitinhonha. A partir dessa perspectiva, o Estado funciona como metacampo (Bourdieu, 2014), concentrando capital simbólico suficiente para impor classificações legítimas. Desse modo, a região emerge como efeito de atos de nomeação que, ao serem reiterados por documentos oficiais, diagnósticos, planos e discursos de agentes políticos e técnicos, adquirem força performativa. A violência simbólica opera justamente na naturalização dessas categorias, que passam a ser debatidas inclusive por segmentos que representam agentes locais, na medida em que ser do Jequitinhonha é transformado em uma questão.

A aceitação do Vale do Jequitinhonha como uma questão contribui para a legitimação dos discursos criados para sua emergência. Se o Vale do Jequitinhonha é apresentado como

problema público após mais de seis décadas de projetos de desenvolvimento, isso demonstra que a permanência da narrativa é estratégica às estruturas do campo do poder. O que não significa negar as desigualdades concretas da região, mas questionar os mecanismos simbólicos que organizam sua representação. A naturalização do contraste está ligada à própria naturalização do Vale do Jequitinhonha, vinculado continuamente a renovadas promessas de desenvolvimento regional. Desse modo, a inserção do vale na agenda política e empresarial dependeu da sua prévia construção como problema público.

As fontes utilizadas, sobretudo os diagnósticos e discursos de agentes políticos, demonstram a transformação da região em objeto técnico e administrativo, o que consolida a violência simbólica ao converter classificações em verdades oficiais reiteradamente utilizadas. Ou seja, o exercício do poder de nomeação burocratiza as classificações sobre o Vale do Jequitinhonha, convertendo-as em categorias legítimas de planejamento. Ao analisarmos recortes de notícias de jornais de circulação impressa e digital, que envolvem o projeto de mineração atual da empresa Sigma Lithium, percebemos a difusão e naturalização dessas categorias no espaço público.

Cabe destacar que a opção metodológica por analisar o regionalismo a partir da estrutura do campo do poder implicou um foco privilegiado nas estratégias dos agentes dotados de maior capital simbólico e político, especialmente aqueles vinculados à área pública. Ao enfatizar a estrutura do campo e as posições ocupadas pelos agentes dominantes, não foi possível aprofundar nas dinâmicas microssociais e nas práticas que escapam à lógica dominante do campo do poder. Nesse sentido, permanecem como possibilidades para pesquisas futuras, estudos voltados às formas locais de recepção, apropriação ou contestação dessas classificações, o que poderá ampliar e complementar os resultados aqui apresentados.

Importa ressaltar, contudo, que os discursos heterodoxos, sejam eles provenientes de agentes políticos, movimentos sociais, setores acadêmicos ou outros agentes situados em seus respectivos campos, não se colocam exteriormente ao jogo, mas integram as próprias dinâmicas do campo do desenvolvimento. Ainda que tensionem as classificações dominantes e produzam dissenso, operam no interior da mesma *illusio* que sustenta o campo, isto é, compartilham o investimento na validade do jogo e na pertinência da categoria “Vale do Jequitinhonha” como espaço legítimo de intervenção.

O dissenso, nesse sentido, não rompe necessariamente com a estrutura do campo, mas constitui parte de sua lógica relacional e de sua reprodução. Assim, a heterodoxia aparece como momento constitutivo da luta simbólica, participando da dinâmica relacional

que assegura tanto a continuidade quanto a atualização do regionalismo no campo do desenvolvimento.

Por fim, a pesquisa demonstra que há um discurso de base regionalista que serve de sustentação à implantação de projetos de desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha. O que está em jogo é a reprodução de uma estrutura simbólica que organiza as lutas pelo poder, define os termos do debate e legitima intervenções reiteradamente apresentadas como necessárias e inevitáveis, de modo que essas mesmas estruturas dão sustentação aos projetos e empreendimentos.

Ao escolher o regionalismo do Vale do Jequitinhonha e suas classificações como objeto de análise, o trabalho oferece instrumentos para problematizar os usos políticos e simbólicos da ideia de região, para compreender o desenvolvimento e o próprio vale como um campo de disputas, estruturado por relações de dominação. A disputa se dá pela dominação do próprio campo do poder e pela imposição de classificações legítimas em seu interior, no qual, tanto o vale do lítio quanto o do Jequitinhonha fazem parte de um mesmo jogo.

FONTES

ALMEIDA, Clebson Souza *et al.* **Por trás da cortina verde**. Documentário. 2019. Disponível em: <https://youtu.be/jrcHp2QYuCI>. Acesso em: 07 nov. 2023.

ALVARENGA, Lucas. Entrevista com Ana Cristina Cabral-Gardner. **Revista Mineração & Sustentabilidade**, n. 11, ed. 42, p. 12-16, jul./set. 2022.

ANAIS DA ALMG. **1º a 31 de janeiro de 1995**, v. 4, n. 1, Belo Horizonte, jan. 1996. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4598/1/4598-01.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ANAIS DA ALMG. **1º a 31 de maio de 1998**, v. 6, n. 5, Belo Horizonte, mai. 1998a. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4476/3/4476-05.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ANAIS DA ALMG. **1º a 30 de setembro de 1998**, v. 6, n. 9, Belo Horizonte, mai. 1998b. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4476/37/4476-09.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ANAIS DA ALMG. **1º a 31 de dezembro de 1998**, v. 6, n. 12, Belo Horizonte, mai. 1998c. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/4476/40/4476-12.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte**: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 1237, 30 out. 1997. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/9037>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte**: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, **Publicação do Departamento de Comunicação Social – DCS**, n. 541, 13 abr. 1994.

ASSEMBLÉIA INFORMA. **Belo Horizonte**: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 1557, 6 maio 1999a. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/9874>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLÉIA INFORMA. **Belo Horizonte**: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 1584, 16 jun. 1999b. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/9932/1/n.%201584.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLÉIA INFORMA. **Belo Horizonte**: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 1659, 29 out. 1999c. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/10228/1/n.%201659.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 1753, 26 abr. 2000. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/10251/1/n.1753.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 1985, 21 jun. 2001.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 2138, 25 abr. 2002a. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/11507/1/n.2138.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 2139, 26 abr. 2002b. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/11508/1/n.2139.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 2142, 2 maio 2002c. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/11514/1/n.2142.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Belo Horizonte:** Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, v. 14, n. 2746, 11 nov. 2005. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/12947/1/n.2746.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2025.

ASSEMBLEIA INFORMA. **Painel.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 1116, 10 abr. 1997.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Projeto de Lei nº 975/2023.** Dispõe sobre a obrigatoriedade de compensação social e econômica para empresas que extraírem matéria-prima no Vale do Jequitinhonha. 2023. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/atividade-parlamentar/projetos-de-lei/texto/?tipo=PL&num=975&ano=2023>. Acesso em: 09 jan. 2026

BADARÓ, Murilo. Sonho e realidade. **Estado de Minas**, 19 de agosto de 2003, p. 9.

BRASIL. Aécio Cunha: perfil econômico-social do Vale Jequitinhonha, Minas Gerais. **Diário do Congresso Nacional.** Brasília, s. 1, p. 10670-10738, nov. 1977. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02NOV1977.pdf>. Aceso em: 07 nov. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 47.788, de 10 de fevereiro de 1960.** Constitui um Grupo de Trabalho incumbido de estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha. 1960.

BRASIL. **Decreto nº 79.046, de 27 de dezembro de 1976.** Dispõe sobre aplicação dos incentivos fiscais para o Desenvolvimento Florestal do País. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1976/d79046.html. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto n.º 11.120, de 05 de julho de 2022.** Permite as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e de seus derivados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D11120.htm. Acesso em: 07 de nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 289, de 28 de fevereiro de 1967.** Cria o Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal e dá outras providências. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0289.htm. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. **Diário do Congresso Nacional.** Brasília, s. 1, p. 1907-1908, abr. 1974.

BRASIL. **Lei nº 5.106, de 2 de setembro de 1966.** Dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/LEIS/1950-1969/L5106.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.403, de 15 de dezembro de 1976.** Modifica dispositivos do Código de Mineração. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6403.htm#art1. Acesso em: 02 jul. 2024.

BRASIL, Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Mineração 2030 (PNM – 2030).** Brasília: MME, 2010. Disponível em: http://www.mme.gov.br/documents/36108/469987/PNM_2030.pdf/c1c58bf5-d32b-00be-5b70-8bf73e4923ad. Acesso em: 25 set. 2020.

BRASIL. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND):** 1972-1974. Brasília: Suplemento do Diário Oficial, 1971.

BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND):** 1975-1979. Brasília: Secretaria de Planejamento, 1974.

CETEC – Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais. **Projeto estudos integrados do Vale do Jequitinhonha:** recursos minerais. Belo Horizonte, 1980.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha.** Biblioteca da Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 1968. v. 1.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Programa de Desenvolvimento Rural do Vale do Jequitinhonha (PLANRURAL).** Belo Horizonte: Codevale, 1979.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Programa Integrado de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha.** Belo Horizonte: Codevale, 1976.

CODEVALE (Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha). **Reflorestamento. Notícias do Vale.** Belo Horizonte, a. 1, n. 4, mai. 1973.

CONGRESSO EM FOCO. Manifesto do Vale do Jequitinhonha: por uma mineração sustentável e responsável. 2019.

CORREIO BRAZILIENSE (DF). Minas: quatro milhões para reflorestamento. **Caderno 2**, n. 4401, 10 de jan. 1975. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_02&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=56566. Acesso em: 04 de fev. 2025.

DEA. **Caracterização do uso da Energia no Setor Siderúrgico brasileiro**: nota técnica da Diretoria de Estudos Econômico-Energéticos e Ambientais 02/09. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Ministério de Minas e Energia (MME), 2009.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Sr. Teófilo Pires. **Seção I**, ano XXIV, n. 2, Capital Federal, 28 out. 1969. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD28OUT1969.pdf#page=5>.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Tem a palavra o Sr. Levy Tavares. **Seção I**, ano XXII, n. 37, Capital Federal, 15 abr. 1967. Disponível em: <https://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD15ABR1967.pdf#page=29>.

DIÁRIO DO LEGISLATIVO. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2023. Disponível em: <https://diariolegislativo.almg.gov.br/2023/L20231114.pdf>. Acesso em: 09 de jan. 2026.

DIÁRIO DO LEGISLATIVO. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. 2025. Disponível em: <https://diariolegislativo.almg.gov.br/2025/L20250823.pdf>. Acesso em: 09 de jan. 2026.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Nota técnica da FJP**: a exploração do lítio e as possibilidades para o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha. Número 3/2025. Belo Horizonte: Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2025.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**: almanaque. Belo Horizonte: FJP, 2017a.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**: Demografia e atividades econômicas principais – estudos de base. Belo Horizonte: FJP, 2017b. v. II.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**: desafios e direções prioritárias para o desenvolvimento da região. Belo Horizonte: FJP, 2017c.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**: desenvolvimento produtivo e meio ambiente. Belo Horizonte: FJP, 2017d. v. III.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha**: educação, saúde, assistência social, cultura e segurança pública. Belo Horizonte: FJP, 2017e. v. IV.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha:** estratégias e ações. Belo Horizonte: FJP, 2017f. v. I.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha:** infraestrutura, logística e finanças municipais. Belo Horizonte: FJP, 2017g. v. V.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha:** oficinas participativas – registro técnico e documental. Belo Horizonte: FJP, 2017h. v. VI.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Plano de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha:** Resumo executivo. Belo Horizonte: FJP, 2017i.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Vale do Jequitinhonha:** diagnóstico preliminar. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1975a.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Vale do Jequitinhonha:** plano de desenvolvimento regional. Belo Horizonte: Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, 1975b.

FRENTE MINEIRA DE PREFEITOS. **Seminário em Araçuaí desvenda os segredos por trás do lítio.** 2023. Disponível em: <https://frentemineira.com.br/2023/12/seminario-em-aracuai-desvenda-os-segredos-por-tras-do-litio/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

FRENTE PARLAMENTAR DE MINERAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2023. Disponível em: <https://mineracaosustentavel.org.br/o-litio-precisa-gerar-desenvolvimento-para-o-vale-do-jequitinhonha-diz-presidente-da-fpmin/>. Acesso em: 14 jan. 2026.

HENCES, Marci. Decreto de Bolsonaro promove abertura para exploração do lítio e permite que multinacionais explorem regiões já empobrecidas pelos processos históricos de mineração, como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. **Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração.** Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/decreto-de-bolsonaro-promove-abertura-para-exploracao-do-litio-e-permite-que-multinacionais-explorem-regioes-ja-empobrecidas-pelos-processos-historicos-de-mineracao-como-o-vale-do-jequitinhonha-em-m/>. Acesso em: 10 jan. 2023.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas.** Rio de Janeiro: IBGE, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 21 fev. 2025.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias.** Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBRAM. Mineração do Brasil (Instituto Brasileiro de Mineração). **Governo de Minas lança na Nasdaq projeto mundial do Vale do Lítio.** 2023. Disponível em: <https://ibram.org.br/noticia/governo-de-minas-lanca-na-nasdaq-projeto-mundial-do-vale-do-litio/>. Acesso em: 29. mai. 2023.

INVEST MINAS. Mineração: minerais críticos para transição energética. Disponível em: https://investminas.mg.gov.br/setores_estrategicos/mineracao/?_gl=1*10etth4*_ga*NDgzODU0ODIzLjE3Njc3NDkwOTE.*_ga_5JF94HG0PH*cze3Njc4ODM5MDckbzUkZzEkdDE3Njc4ODUxNTgkajUwJGwwJGgw. Acesso em: 08 jan. 2026.

JORNAL DO BRASIL. Doença reúne prefeitos do Jequitinhonha. Rio de Janeiro, 1 caderno, ano LXXIX, n. 167, 19 out. 1969. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pagfis=142665. Acesso em: 01 jun. 2024.

JORNAL DO BRASIL. Reflorestamento criou 60 mil empregos diretos. Suplemento especial, Minas, 14 nov. 1978. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22distritos%20florestais%22,%20%22vale%20do%20jequitinhonha%22&pasta=ano%20197&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=147394. Acesso em: 12 mar. 2025.

JORNAL DO BRASIL. Trinta anos é a média de vida dos que habitam o Vale do Jequitinhonha. 1. Caderno, Jornal do Brasil, fev. 1967. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1967_A00035.pdf. Acesso em: 06 nov. 2023.

JORNAL DO COMMERCCIO. **Distritos florestais melhoram vida em Minas**. Rio de Janeiro, ano 151, n. 89, Fundador dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, 18 de jan. 1978. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_16&pagfis=53772. Acesso em: 04 fev. 2025.

JUVENAL, Thais Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. O setor de celulose e papel. In: SÃO PAULO, Elizabeth; KALACHE FILHO, Jorge (Org.). **BNDES, 50 anos: histórias setoriais**. Rio de Janeiro: DBA, 2002.

KOTSCHO, Ricardo. O progresso no vale da fome: o povo não é beneficiado. In: **Série de reportagens sobre o vale do Jequitinhonha**: jornal O Estado de São Paulo de 28/08/77 a 04/09/77. Araçuaí: Igreja de Araçuaí, 1978. p. 18-24.

LAMBRANHO, Lúcio. Projeto do grupo americano Atlas para explorar lítio no Jequitinhonha recebeu prioridade do governo Zema em MG antes do registro da filial da empresa. 2025. **Observatório da Mineração**. Disponível em: <https://observatoriodamineracao.com.br/projeto-do-grupo-americano-atlas-para-explorar-litio-no-jequitinhonha-recebeu-prioridade-do-governo-zema-em-mg-antes-do-registro-da-filial-da-empresa/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

LITHIUM BUSINESS. Sobre o evento. Disponível em: https://lithiumbusiness.com.br/index.php/lithium_business_evento/. Acesso em: 11 jul. 2024.

MINAS GERAIS. Decreto nº 9.841, de 06/06/1966. **Legislação Mineira**. Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1966.

MINAS GERAIS. **Governo de Minas apresenta o Vale do Lítio para empresa líder mundial na cadeia do mineral, em Xangai, na China.** 2023a. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-apresenta-o-vale-do-litio-para-empresa-lider-mundial-na-cadeia-do-mineral-em-xangai-na-china>. Acesso em: 10. nov. 2023.

MINAS GERAIS. **Governo de Minas realiza lançamento mundial do projeto Vale do Lítio.** 2023b. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-realiza-lancamento-mundial-do-projeto-vale-do-litio>. Acesso em: 10. nov. 2023.

MINAS GERAIS. Lei Constitucional nº 12, de 6 de outubro de 1964. **Legislação Mineira.** Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1964.

MINAS GERAIS. Lei nº 3764, de 15 de dezembro de 1965. **Legislação Mineira.** Belo Horizonte, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1965.

MINAS GERAIS. **Mensagem à Assembleia Legislativa:** apresentada pelo Governador do Estado de Minas Gerais na sessão de 1º de fevereiro de 1959 pelo governador José Francisco Bias Fortes. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1959.

MINAS GERAIS. **Mensagem:** apresentada à Assembleia Legislativa na reunião inaugural da quarta sessão ordinária da oitava legislatura pelo Governador Antônio Aureliano Chaves de Mendonça. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1978.

MINAS GERAIS. **Mensagem:** apresentada à Assembleia Legislativa na reunião solene, 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura pelo governador José de Magalhães Pinto. Imprensa Oficial, 1963.

MINAS GERAIS. **Mensagem:** apresentada à Assembleia Legislativa na sessão de 1º de março de 1958 pelo governador José Francisco Bias Fortes. Imprensa Oficial, Belo Horizonte, 1958.

MINAS GERAIS. Minas Gerais entrega Medalha da Inconfidência a personalidades e instituições neste domingo (21/4). 2024. Disponível em: <https://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/minas-gerais-entrega-medalha-da-inconfidencia-a-personalidades-e-instituicoes-neste-domingo-21-4>. Acesso em: Acesso em: 10 jan. 2026.

MINAS GERAIS. **Projeto do Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (1972-1976).** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1971.

NASDAQ. **A Sigma Lithium e autoridades do governo brasileiro tocam o sino de abertura da Nasdaq para celebrar o lançamento da iniciativa Lithium Valley Brazil.** 2023. Disponível em: <https://www.nasdaq.com/press-release/sigma-lithium-and-brazilian-government-officials-ring-nasdaq-opening-bell-to>. Acesso em: 10 jan. 2026.

REPORT OF THE BLUE RIBBON COMMISSION ON LITHIUM EXTRACTION IN CALIFORNIA. Pursuant to Assembly Bill 1657 (E. Garcia, Chapter 271, Statutes of 2020). **California Energy Commission.** Dezembro, 2022.

SANTOS, Márcio Roberto Alves. Irapé: paisagem cultural e paisagem tecnológica. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2007.

SIGMA LITHIUM. **Social:** impacto social transformador. Disponível em: <https://sigmalithiumcorp.com/social/>. Acesso em: 09 jan. 2026.

UMVALE. **Carta aberta à população do Vale do Jequitinhonha.** União dos Municípios do Vale do Jequitinhonha. 2018.

USINAS DA CEMIG. **A história da eletricidade em Minas e no Brasil:** 1952 - 2005. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade do Brasil, 2006.

VIANA, Agripino Abranches. Distritos Florestais. Jornal do Brasil, Agricultura Mineira, Suplemento Especial, Minas Gerais, 29 de out. 1976.

VISÃO PARLAMENTAR. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. **Dep. Carlos Henrique (Republicanos).** 2024. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/comunicacao/tv-assembleia/videos/video?id=2141564>. Acesso em: 09 jan. 2026

VISÃO PARLAMENTAR. Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Dep. **Doutor Jean Freire (PT):** acordo de Mariana e lítio no Vale do Jequitinhonha. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nLOcOWdLybw>. Acesso em: 10 nov. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. In DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O Objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras, Revista de História**, v. 10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo; TAVARES, Eduardo. Os grandes projetos de desenvolvimento (GPDs): uma análise crítica a partir da geografia. **Terra Livre**, São Paulo, ano 34, v. 1, n. 52, p. 190-233, 2019.
- ALMEIDA, Clebson Souza de. **Território da água, território da vida: comunidades tradicionais e a monocultura do eucalipto no Alto Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2018.
- ALVES, Amanda Cristina Diniz et al. **Cenário e características do território de implantação da Usina Hidrelétrica de Irapé: o Vale do Jequitinhonha e suas contradições**. In: NEVES, Jorge Alexandre; NUNES, Felipe; OLIVEIRA, Nilton Fernandes (Orgs.). **Empreendimentos hidrelétricos: migrações, reassentamentos, participação e desenvolvimento comunitário inclusivo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. **A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana centro-goiano**. Goiânia: Editora Vieira, 2007.
- ASSUNÇÃO, Viviane Kraieski. A extração de lítio no deserto do sul da Califórnia e as disputas da nomeação. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 12, jan. / abri. de 2025, p. 121-138. ISSN: 2358-5587.
- BADARÓ, Murilo. **Alma de Minas**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1984.
- BAJOIT, Guy. Para repensar a questão do desenvolvimento. In: ESTIVILL, Jordi; BALSA, Casimiro (Org.). **Economia local, comunitária e solidária: o desenvolvimento visto de baixo**. Lisboa: Húmus, 2022, v. 1, p. 34-64.
- BARBOSA, Daniel Henrique Diniz. **Tecnoburocracias e pensamento desenvolvimentista em Minas Gerais (1903-1969)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BARBOSA, Rômulo Soares; BRITO, Isabel C. Barbosa; LIMA, Patrícia Morais. Mineração, sujeitos e resistências no norte de Minas Gerais, Brasil. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna (Orgs.). **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016. p. 301-318.

BARBOSA, Rômulo Soares. Mineração no semiárido mineiro: neoextrativismo, atos de Estado, princípios de classificação e resistência de comunidades tradicionais. **Revista Cerrados**, v. 22, n. 02, p. 354–378, 2024. DOI: 10.46551/rc24482692202431.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. **O poder simbólico**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2021a.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Campo intelectual e projeto criador. In: POUILLON, Jean *et al.* **Problemas do estruturalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas, *habitus*, prática. In: _____. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **La nobreza de estado**: educación de elite y espíritu de cuerpo. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O ponto de vista do autor, algumas propriedades gerais dos campos de produção cultural. In: _____. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. 11. ed. Campinas: Papirus, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral**: as formas do capital – curso no Collège de France (1983-1984). Petrópolis: Vozes, 2023. v. 3.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia geral**: *habitus* e campo – curso no Collège de France (1982-1983). Petrópolis: Vozes, 2021b. v. 2.

BRANDÃO, José G. Jardim. **O Vale do Jequitinhonha e sua riqueza mineral**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1974.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CANO, Wilson. Introdução. In: _____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970**. 3. Ed. São Paulo: Unesp, 2007.

CALIXTO, Juliana Sena. **Reflorestamento, terra e trabalho**: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG. 2006. 130 p. **Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006**.

CALIXTO, Juliana Sena; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. Três olhares sobre o reflorestamento: a percepção de atores sociais sobre a monocultura de eucalipto no Alto Jequitinhonha, MG. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 3, p. 437-450, 2007.

CARDOSO, Antônio Dimas; TIBO, Lucas. O olhar sociológico de Otávio Dulci sobre a “questão regional”. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 29, n. 57, p. 64–87, 2021. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v29i57.13902>.

CARNEIRO, Ana Maria. **Aprendizado da sobrevivência**: trabalhadores rurais de Araçuaí (MG). 1986. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Estudos Avançados em Educação - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1986.

CASTELLS, Manuel. A revolução da tecnologia da informação. In: _____. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade**: discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Terra Escrita, 2021.

CATANI, Afrânio Mendes. A sociologia de Pierre Bourdieu (ou como um autor se torna indispensável ao nosso regime de leituras). **Educação & Sociedade**, v. 23, p. 57-75, 2002.

COSTA, Pedro de Carvalho. **À margem de Irapé**: uma década de legados e consequências da barragem do Rio Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território). UFVJM – Unimontes, Montes Claros, 2018.

DELGADO, Guilherme. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças climáticas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.

DINIZ, Alexandre Magno Alves; BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, v. 17, n. 33, 2005.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

DURKHEIM, Émile. Prefácio da segunda edição. In: _____. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FONSECA, Pedro C. Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André. B.; BIANCARELLI, André. Martins; CINTRA, Marcos. A. Macedo (Orgs.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014. p. 29-78.

FROELICH, Girval Mosca. As matrizes ideológicas do II PND: 1957-1979. **Pesquisa e Debate**. São Paulo, v. 18, n. 1 (31), p. 1-26, 2007.

HEIDER, Mathias; SIQUEIRA, David Fonseca. A consolidação do lítio no Brasil. 2023. **In the mine**. Disponível em: <https://www.inthemine.com.br/site/a-consolidacao-do-litio-no-brasil-parte-i/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

JORGE, Mauricio Otavio Mendonça. **Emergência e consolidação do "padrão eucalipto" na indústria brasileira de celulose de mercado**. 1992. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1992.

LACOSTE, Yves. A colocação de um poderoso conceito-obstáculo: a região-personagem. In: _____. **A geografia: isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2 ed. Campinas: Papirus, 1989.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “boia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **O campesinato no Vale do Jequitinhonha: da sua formação no processo de imposição do trabalho à crise da (sua) reprodução capitalista**. 2015. 422 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEITE, Valéria de Jesus. **Estado, movimentos sociais e as teias históricas da sustentabilidade no desenvolvimento do Norte de Minas nos anos 1990**. 2016. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003.

MARTINS, Edvaldo Rodrigues; PEREIRA, Laurindo Mékie. O lugar da pobreza e do atraso na construção social do Vale do Jequitinhonha. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 25, p. 192-205, 2019.

MARTINS, Marcos Lobato. Os futuros do passado: projetos oitocentistas para o desenvolvimento do “Norte de Minas”. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Orgs.). **Vale do Jequitinhonha: desenvolvimento e sustentabilidade**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

MATTOS, André Borges de. Estado e representação: práticas estatais e desenvolvimento no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; DIAS, Caio Gonçalves (Orgs.). **Maquinarias da unidade; bordas da dispersão**: estudos de antropologia do Estado. Rio de Janeiro: 7Letras, 2021.

MAUSS, Marcel. A expressão obrigatória dos sentimentos. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org). **Marcel Mauss**: antropologia. São Paulo: Ática, 1979.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Niterói: Eduff – Universidade Federal Fluminense, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classe. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993

OLIVEIRA, Nilo Dias de. Os primórdios da doutrina de segurança nacional: a escola superior de guerra. **História (São Paulo)**, v. 29, p. 135-157, 2010.

ORTIZ, Renato. A procura de uma sociologia da prática. **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, p. 7-29, 1983.

PAULA, João Antônio de. FACE/UFGM, BDMG e Cedeplar: instituições do planejamento e desenvolvimento de Minas Gerais. *Nova Economia*, v. 26, p. 1075-1095, 2016.

PEREIRA, José Maria Dias. Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. **Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 121-141, jun./dez. 2011.

PEREIRA, Laurindo Mékie. **Em nome da região, a serviço do capital**: o regionalismo político norte-mineiro. 2007. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Intelectuais em ação, mineiridade em xeque. **Locus – revista de história**, Juiz de Fora, v. 20, n. 2, p. 103-124, 2015.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Reflexões sobre a atualidade e operacionalidade do materialismo histórico nos estudos das identidades regionais. **História & Perspectivas**, Uberlândia (40), p. 117-150, jan./jun. 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PREBISCH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. 1949. **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 3, p. 47-111, set. 1949. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/2443/1767>. Acesso em: 04 set. 2026.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **Historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil**. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2015.

RAMOS, Davidson Afonso; CELESTINO, Hugo Renan do Carmo. **A usina de Irapé e o debate sobre o desenvolvimento no vale do Jequitinhonha - MG**. In: NEVES, Jorge Alexandre; NUNES, Felipe; OLIVEIRA, Nilton Fernandes (Orgs.). Impactos sociais com a implantação de usinas hidrelétricas no Brasil e no mundo. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020.

RAMOS, Davidson Afonso; VALE, Teresa Cristina de Souza; RODRIGUES, Cláudio Eduardo. Alternativas aos grandes projetos de desenvolvimento para o Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. **Revista Parajás**, v. 3, n. 1, 2020, p. 129-146.

REIS, Liana Maria. Mineiridade: identidade regional e ideologia. **Cadernos de História**, v. 9, n. 11, p. 89-98, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. ¿Cuánto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos. **Desarrollo económico**, v. 27, n. 106, abr./jun. p. 3-27, 1987.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: _____. **Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014. p. 147-171.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Campesinato: resistência e mudança – o caso dos atingidos por barragens do Vale do Jequitinhonha**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

RIST, Gilbert. La invención del desarrollo. In: _____. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2002. p. 83- 96.

SÁ, José Haroldo da Silva. **Pegmatitos litíferos da região de Itinga-Araçuaí, Minas Gerais**. 1977. Tese (Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1977.

SANTOS, Albér Carlos Alves. **A Codevale e o discurso desenvolvimentista do Estado no Vale do Jequitinhonha entre 1960 a 1980**. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2018.

SANTOS, Albér Carlos Alves; MATTOS, André L. L. Borges de. O discurso do desenvolvimento e a ação do Estado no Vale do Jequitinhonha. In: BONADIMAN et al. (Orgs.). **Diálogos Interdisciplinares no Vale do Jequitinhonha**. Curitiba: CRV, 2019. p. 155-177.

SANTOS, Albér Carlos Alves. O Vale é o mundo: Desigualdades (multiplicadas) em contraponto à simplificação discursiva sobre “riqueza/pobreza” no Vale Do Jequitinhonha. **Revista Parajás**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2022.

SANTOS, Albér Carlos Alves; PEREIRA, Laurindo Mékie. A polivalência das elites no Vale do Jequitinhonha (MG): a trajetória de Murilo Badaró. **Revista Espacialidades**, v. 20, n. 01, p. 220–233, 2024. DOI: 10.21680/1984-817X.2024v20n1ID35885.

SANTOS, Elaine. O lítio no Brasil: história, políticas e desafios industriais. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 45, n. 1, p. 95-108, jan./jun. 2024.

SANTOS, Elaine. Um trabalho de campo no Vale do Jequitinhonha: reflexões metodológicas em um contexto de transição energética. **Revista Brasileira de Sociologia - RBS**, [S. l.], v. 13, p. e-rbs.1081, 2025. DOI: 10.20336/rbs.1081.

SANTOS, Renata Cristina. **Entre “territórios”**: uma análise cultural e política de uma comunidade atingida pela hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha-MG. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2016.

SENRA, Kelson Vieira. **Políticas federais de desenvolvimento regional no Brasil**: uma análise comparada dos períodos pós-guerra (1945-1964), pós-golpe militar (1964-1988) e pós-constituição federal de 1988 (1988-2009). 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciência Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SERVILHA, Mateus de Moraes. **O Vale do Jequitinhonha entre a “di-visão” pela pobreza e sua ressignificação pela identidade regional**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

SILVA, Dalva Maria de Oliveira. **A arte de viver**: riqueza e pobreza no médio Jequitinhonha – Minas Gerais de 1970 a 1990. São Paulo: Educ, 2007.

SILVA, Emília Pereira Fernandes *et al.* Avanços e desafios no planejamento em Minas Gerais: do II Planoroeste (1978) ao PDVJ (2017). **VI Congresso em Desenvolvimento Social** – desafios à democracia, desenvolvimento e bens comuns, PPGDS – Unimontes, ago. 2018.

SILVA, Rita Mariana Nogueira. **O “Desenvolvimento” por meio da mineração**: a revitalização de um discurso contraditório. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2016.

SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Orgs.). **Vale do Jequitinhonha**: desenvolvimento e sustentabilidade. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

SOUZA, João Valdir Alves de. Nota científica: fontes para uma reflexão sobre a história do Vale do Jequitinhonha. **Unimontes Científica**. Montes Claros, v. 5, n. 2, jul/dez. 2003.

SOUZA, Lauanda Lopes de. “Lítio Verde” no Vale do Jequitinhonha: ressurgência de discursos desenvolvimentistas e disputas internacionais. **Revista Mutirão**. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul, v. 4, n. 3, p. 221-244, 2023.

SOUZA, Lauanda Lopes de. **Mãos e pés na terra:** análise dos silenciamentos nos diagnósticos sobre o Jequitinhonha. Dissertação (Mestrado em Estudos Rurais), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2022.

SULZBACHER, Aline Weber; FERNANDES, Leonardo; ALMEIDA, Clebson Souza. Nas minas, a terra vale ouro” questão agrária e mineração no Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais, Brasil). **Revista Nera**, n. 59, p. 393–417, Dossiê, 2021. DOI: 10.47946/rnera.v0i59.8754.

SVAMPA, Maristela. Neoextrativismo e desenvolvimento. In: _____. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TIBO, Lucas. **A crise da “ideologia da mineiridade” e perda de protagonismo político das lideranças mineiras no cenário nacional.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Unimontes, Montes Claros, 2020.

WEBER, Max. A política como vocação. In: _____. **Ciência e política:** duas vocações. 18 ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política da Usina de Irapé:** o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas. 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.